



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

RINALDO DE CASTILHO ROSSI

LUGAR E COTIDIANO NO BAIRRO PERNAMBUÉS NA CIDADE DE
SALVADOR-BA: SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO

Salvador

2018

RINALDO DE CASTILHO ROSSI

**LUGAR E COTIDIANO NO BAIRRO PERNAMBUÉS NA CIDADE DE
SALVADOR-BA: SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFBA, como requisito para obtenção do grau de mestre em Geografia. Orientador: Prof. Dr. Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito_

Salvador

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

de Castilho Rossi, Rinaldo

Lugar e cotidiano no bairro de Pernambués, na
cidade de Salvador-BA: segregação e fragmentação /
Rinaldo de Castilho Rossi. -- Salvador, 2018.

194 f. : il

Orientador: Cristóvão de Cássio da Trindade Brito.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Geografia) -- Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Geociências, 2018.

1. Espaço urbano. 2. Lugar. 3. Cotidiano. 4.
Segregação. 5. Fragmentação. I. de Cássio da Trindade
Brito, Cristóvão. II. Título.

RINALDO DE CASTILHO ROSSI

**LUGAR E COTIDIANO EM PERNAMBUÉS NA CIDADE DO SALVADOR:
SEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Mestrado Acadêmico em Geografia.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Luís Cláudio Requião da Silva
Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília, Brasil.
Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Dr^a. Denise Silva Magalhães
Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil.

(Orientador)
Dr. Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda força que recebi para esse trabalho de dissertação, parte dela emana da própria natureza da vida, de Deus e do mundo espiritual; no plano terreno sou grato a todas aquelas e aqueles que muito me apoiaram, às vezes indiretamente. Inicialmente agradeço aos meus familiares em nome da minha mãe que sempre apoiou a minha atividade acadêmica e me incentivou de inúmeros modos, sendo uma referência de dedicação e perseverança profissional, para mim.

No âmbito acadêmico ao Prof. Dr. Cristóvão Brito por ter apostado no meu perfil de pesquisa desde a graduação e pelas incontáveis contribuições no âmbito teórico-metodológico, tendo me recomendado brilhantes leituras e dado recomendações decisivas; assim como também na revisão formal. Sua leitura extremamente atenta ao texto e a elaboração de uma crítica acadêmica estrutural mas minuciosa, muito colaboraram com este trabalho e com a minha atual experiência como pesquisador.

Além disso devo gratidão especialmente aos membros da minha banca, ao Prof. Dr. Luís Cláudio Requião pela dedicação à leitura do trabalho e pelas importantes sugestões; e mais ainda à Prof. Denise Magalhães que muito contribuiu com minha formação como geógrafo desde a graduação quando ajudou a despertar em mim o interesse pela cartografia, tendo sido importante também na pós como professora da Disciplina sobre Segregação e Fragmentação no POSGEO.

Devo um agradecimento muito especial ao Prof. Dr. Angelo Serpa por ter sido um importante mestre na minha formação no que tange a Geografia Urbana, Planejamento e Teoria da Geografia, tendo sido meu professor na graduação e na pós, além de ter permitido que eu fosse tirocinista em sua disciplina da graduação, há significativas contribuições suas no meu trabalho como pesquisador e professor de graduação.

Agradeço também todos e todas os professores da Geografia da UFBA que me possibilitaram grandes aprendizados como Clímaco Dias, Catherine Prost, Guiomar Germani, Noeli Pertile, Maria Auxiliadora, Marco Tomasoni, Antonio Puentes, Alcides Caldas, Antonio Lobo, Dária Cardoso, Wendel Henrique, Pedro Vasconcelos, Antonio Angelo, entre tantos outros que marcaram minha formação.

É inegável também a contribuição dos demais colegas estudantes do

POSGEO na formulação e amadurecimento de ideias acerca da teoria e da pesquisa empírica por isso agradeço a todas e todos da minha turma: Paula Regina Cordeiro, Luiza Chuva Leite, Jéssica Gleizer, Roberta Neri, Ricardo Kassius, Luiz Felipe Borges, Dezire, Ilo César de Andrade, Marcelo Goulart Santos, Desiree Alves. Bem como agradeço a membros da turma seguinte com quem tive debates muito produtivos, como: Natali Passos, Mônica Gualberto Santos, Dani Mascarenhas, Caio Bandeira, assim como outros.

No plano da sociedade em geral devo agradecer à contribuição de diversos atores do bairro Pernambués que ajudaram direta ou indiretamente com o trabalho, a exemplo do vereador Luiz Carlos Suica que concedeu valiosas informações e contatos com moradores antigos, ao Grupo Alerta Pernambués que disponibilizou dados da instituição para realização das pesquisas de campo, a Sociedade Beneficente Unidos de Pernambués, ao Terno de Reis de Pernambués, bem como a outros grupos ou moradores que contribuíram e abriram portas para a realização da pesquisa.

Agradeço também a Companhia Metropolitana de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) pela disponibilização de ortofotos e outros dados. Ao Centro Social Urbano vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado e pela disponibilização de informações. A Fundação Mário Leal Ferreira agradeço pelas informações disponibilizadas.

No mais, agradeço à sociedade brasileira por investir nesse trabalho e a Universidade Federal da Bahia que tem mantido uma atuação decisiva na formação de excelência e no pensamento crítico e produtivo no que tange as questões de Salvador, da Bahia, do país e do mundo; a UFBA, eu considero como uma segunda casa, por tantas vivências e experiências inesquecíveis.

Salvador, oito de Julho de dois mil e dezoito.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a urbanização, tendo como base a teoria da produção do espaço urbano e analisando processos e dimensões correlatas como segregação socioespacial, fragmentação socioespacial, lugar e cotidiano. Para contribuir com o debate acadêmico, esta dissertação analisou a aplicabilidade desses conceitos tendo como recorte espacial um grande bairro de Salvador, chamado Pernambués, visando discutir como os processos urbanos se realizaram e se realizam na perspectiva intra-bairro, sem desconsiderar os aspectos de interação entre bairro e cidade. Ao resgatar os eventos ocorridos ao longo da história deste bairro, mesmo antes de assim ser considerado, buscou-se identificar aspectos singulares, particulares e universais que dão sentido a sua urbanização. A partir disso, pôde-se analisar a Geografia do espaço de Pernambués na contemporaneidade, observando como este bairro que possui mais de 64 mil habitantes revela aspectos significativos da fragmentação socioespacial, quando se estrutura a partir de uma divisão entre lugares e núcleos de centralidade que correspondem a diferenças sociais, econômicas, ambientais, culturais e históricas que caracterizam a totalidade em análise. A pesquisa, que contou com revisão bibliográfica, estudo documental, entrevistas, questionários, observação direta, geoprocessamento, entre outros recursos metodológicos, revelou a diversidade deste espaço popular e periférico da cidade, bem como permitiu uma reflexão crítica sobre conceitos e categorias usados pela Geografia de base materialista-histórica-dialética. Os resultados – teóricos, estatísticos e cartográficos – são uma fonte relevante para outras pesquisas sobre este bairro, até então pouco estudado, bem como apresenta contribuições ao meio acadêmico e à organização local, na medida que disponibiliza dados que podem ser relevantes na elaboração de projetos de interesse local.

Palavras-chave: espaço urbano, cotidiano, lugar, segregação socioespacial, fragmentação socioespacial.

ABSTRACT

This manuscript intends to reflect about urbanization, using the theory of production of space and analyzing correlated processes and features as sociospatial segregation, sociospatial fragmentation, place and quotidien. To contribute with academic debate, this work analysed aplicability of those concepts using as spatial cutout Pernambués, a neighborhood of Salvador (BA, BRA), verifying how processes were developpt in intra-neighborhood scale. Reviewing events of local history it was possible to evidence singular, particular and universal aspects of its urbanization, making possible the study of Pernambués' contemporary Geography, neighborhood with more than 64.000 inhabitants that reveals aspects of sociospatial fragmentation, because the difference among places and centrality areas have relation with social, economic, cultural, environmental and historical differences that characterize the totality studied. The research was realized with bibliografic review, documental study, field observations, interviews, surveys, geoprocessing and others methodological resources and made possible critical considerations about concepts and cathegories used by materialistic-historic-dialetic base Geography. The results – expressed on theory, statistics and cartography – are a relevant source for other researches about the neighborhood, and give contributions to other academic works and to local projects.

Key-words: urban space, place, quotidien, sociospatial segregation, sociospatial fragmentation.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Grupos amostrais em Pernambuco, 2018.....	23
TABELA 2 - Evolução da população residente em domicílios particulares em Salvador, 1960-2010.	79
TABELA 3 - Renda média dos chefes de família nas áreas de habitação formal, 2010.....	114
TABELA 4 - Estabelecimentos comerciais por ramo de atividade, 1976.....	161
TABELA 5 - Serviços em Pernambuco, 1976.....	162
TABELA 6 - Consumidores de estabelecimentos nos núcleos centrais de Pernambuco e bairros onde residem, 2015.....	163
TABELA 7 – Pertencimento: “Em qual bairro você mora?” - 2018 (%).....	174
TABELA 8 – Frequência de ida ao Centro Social Urbano de Pernambuco (%), 2018.....	176
TABELA 9 – Frequência do uso das Unidades de saúde pública de Pernambuco (%), 2018.....	177
TABELA 10 - Local de aquisição mensal de cesta básica (%), 2018.....	179
TABELA 11 - Meio de transporte mais utilizado em Pernambuco (%), 2018.....	179
TABELA 12 – Local de trabalho dos moradores de Pernambuco (%), 2018.....	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Terreiros de Matriz Africana em Pernambuco (2017)	100
Quadro 2 – Considerações sobre os lugares de Pernambuco e década de surgimento, 2017.....	125
Quadro 3 - Escolas Públicas em Pernambuco, 2018	160

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Logradouros em Pernambuco e entorno, 2010.....	16
Figura 2 - Município de Salvador: ocupação e uso do solo, 1968.....	82
Figura 3 - Preço médio de terrenos nas macroáreas residenciais de Salvador, 2004.....	87
Figura 4 - Renda média dos chefes de família por macroárea residencial do município de Salvador, 2000.....	89
Figura 5 – Bacia hidrográfica do rio Pernambuco, 2010.....	93
Figura 6 - Curso inferior do rio Pernambuco onde é drenado para o subterrâneo da Av. Paralela, 2017.....	94
Figura 7 – Escoamento das águas canalizadas do rio Pernambuco para o Camarajipe, 2017.....	94
Figura 8 – Mapa de Salvador em 1952	98

Figura 9 – Desmembramento do Loteamento Jardim Brasília (vários anos).....	104
Figura 10 – Ruas e lugares residenciais em Pernambuco (1976)	105
Figura 11 – Diferenças na topografia e no uso do solo no perfil A-B (Pernambuco, 2010)	108
Figura 12 – Diferenças na topografia e no uso do solo no perfil C-D (Pernambuco, 2010)	108
Figura 13 – Curso médio do rio Pernambuco, rua 2 de julho e Av. LEM, 2017.....	110
Figura 14 – Córrego tamponado na rua 15 de Abril, Baixa da Horta, 2017.....	111
Figura 15 – Sede de antiga chácara conhecida como “castelo”, 2018.....	113
Figura 16 – Edifício no loteamento Jd. Brasília, 2017.....	114
Figura 17 – Média de renda dos responsáveis do domicílio por setores censitários de Pernambuco, 2010.....	116
Figura 18 – Saramandaia e Caminho das Árvores ao fundo, 2017.....	117
Figura 19 – Início de uma ocupação popular em área de morro e baixada em Pernambuco, em 1979.....	122
Figura 20 – Lugares da moradia popular em Pernambuco, 2018.....	124
Figura 21 – Praça e rua que ligam Alto da Ventosa, Santa Clara e Baixa da Guine, 2017.....	126
Figura 22 – Encosta situada no Alto da Ventosa, 2017.....	127
Figura 23 – Habitação na Baixa de Manu, 2017.....	128
Figura 24 – Modelo de terreno da Baixa de Manu, 2017.....	129
Figura 25 – Construção de creche comunitária por iniciativa local, 2017.....	130
Figura 26 – Escola Municipal de Pernambuco	132
Figura 27 – Rio Pernambuco e concessionária Grande Bahia, 2017.....	133
Figura 28 – Escadaria que dá acesso ao Barro, 2017.....	133
Figura 29 – Alagamento nas imediações da rua Nova do Vale em 2015.....	133
Figura 30 – Microônibus linha Alto do Cruzeiro – Pernambuco, 2016.....	134
Figura 31 – Ocupação e uso do solo na Baixa da Horta (1976,1992 e 2010)	135
Figura 32 – Manutenção improvisada da ponte sobre o rio Pernambuco, 2017.....	136
Figura 33 – Encosta que ameaça habitações na Baixa da Horta, 2017.....	136
Figura 34 – Córrego na Baixa da Guine, ano desconhecido.	138
Figura 35 – Autoconstrução de praça na Baixa da Guine, 2016.	139
Figura 36 – Edifício e Escola Municipal na avenida Hilda, 2017.	141
Figura 37 – Madeireira Brotas e Pernambuco, ano desconhecido.	142
Figura 38 – Fotografia panorâmica a oeste da av. Hilda, 2017.	143
Figura 39 – Anúncio do loteamento Jardim Brasília, 1967.	145
Figura 40 – Viela com portão, Baixa da Horta – 2017.	150
Figura 41 – Escadaria com portão na av. Thomaz Gonzaga, 2017.	151
Figura 42 - Espaços residenciais fechados e loteamentos regulares em Pernambuco, 2010.....	152
Figura 43 – Guarita de acesso ao Conj. Joao Durval, 2018.	153
Figura 44 - Condomínio Jardim Europa, 2017.	154
Figura 45 – Praça Arthur Lago, 2017.	156
Figura 46 – Núcleos de consumo coletivo em Pernambuco, 2010.	159

Figura 47 – Av. São Paulo margeada por estabelecimentos comerciais, 2017.....	167
Figura 48 – Praça na av. São Paulo, 2017.	168
Figura 49 – Pequeno comércio de rua na av. São Paulo, 2017.	168
Figura 50 – Frigoríficos e mercado de rua na rua do Hipódromo, 2017.	169
Figura 51 – Centro Social Urbano de Pernambués, 2016.	171
Figura 52 – Procissão S. J. Operário, 2016.	172
Figura 53 – Concurso Beleza Negra, 2014.	172

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	13
1.1 QUESTÕES DE PESQUISA E OBJETIVOS.....	19
1.2 METODOLOGIA.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1 UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL SOBRE CIDADE.....	27
2.2 (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	31
2.3 LUGAR E COTIDIANO.....	38
2.4 BAIRRO E LUGAR.....	40
2.5 DIFERENCIAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	48
2.6 REESTRUTURAÇÃO URBANA E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL	58
3. SALVADOR E A PRODUÇÃO DO SUBCENTRO DO CAMARAJIPE.....	76
3.1 MODERNIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO NA CIDADE DE SALVADOR	76
3.2 REESTRUTURAÇÃO URBANA E NOVOS VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA	82
3.3 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO SUBCENTRO DO VALE DO CAMARAJIPE.....	90
4.PERNAMBUÉS: URBANIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	96
4.1 DA HERANÇA RURAL E NEGRA À URBANIZAÇÃO DESIGUAL.....	96
4.2 DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM PERNAMBUÉS.....	111
5. GEOGRAFIA DOS LUGARES DE PERNAMBUÉS.....	118
5.1 LUGARES DE MORADIA.....	119
5.1.1 A EMERGÊNCIA DO LUGAR EM LOTEAMENTOS FORMAIS.....	144
5.2 LUGAR E SEGREGAÇÃO.....	146
5.3 NÚCLEOS DE CONSUMO COLETIVO.....	164
5.3.1 NÚCLEO CENTRAL DA PRAÇA ARTHUR LAGO.....	157
5.3.2 NÚCLEO CENTRAL DO FINAL DE LINHA DO BAIRRO.....	166
5.3.3 NÚCLEO DE CONSUMO COLETIVO DA AV. SÃO PAULO.....	167
5.3.4 NÚCLEO COMERCIAL DA RUA DO HIPÓDROMO.....	169
5.4 FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E INTEGRAÇÃO EM PERNAMBUÉS.....	170
5.4.1 PERTENCIMENTO E USO DOS NÚCLEOS DE CONSUMO COLETIVO.....	174
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182

REFERÊNCIAS

APÊNDICE

1. INTRODUÇÃO

A questão urbana é um tema comum e histórico, que se apresenta para a sociedade humana desde que houve a primeira divisão territorial do trabalho: a separação entre cidade e campo, a cerca de 3.800 anos a.C., na Mesopotâmia.

Ao longo desses milênios, a questão urbana subjacente às cidades tem se transmutado. Se nas civilizações hidráulicas (as primeiras) os maiores problemas estavam em torno do acesso e uso da água e da defesa contra invasores, tem ganhado complexidade nas sociedades, resultando no quadro atual em que graves problemas sociais urbanos afetam as cidades em todo o mundo.

Isso não ocorreu de modo linear, nem por toda parte. Os múltiplos problemas relativos à vida nas cidades tem variado, sendo produto da sociedade em seu tempo e espaço, criando demandas constantes por soluções, em que pese estas serem “todas” provisórias, uma vez que a transformação do espaço das cidades é contínua e cada vez mais dinâmica.

Pode-se dizer que a emergência de uma economia em escala mundial, como resultado da industrialização e da revolução burguesa, favoreceu a criação de cidades e a urbanização da sociedade se tornou uma tendência cada vez mais planetária. Uma vez que a produção do espaço no modo de produção capitalista, depende do desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988), a diferenciação e a segregação se tornaram aspectos relevantes para se compreender a questão urbana contemporânea, que é profundamente excludente.

Tendo sido analisada pelo pensamento crítico, que cresceu ao final do século XX, a urbanização desigual oriunda da modernidade decorre de um modelo de planejamento e gestão urbana que é tecnocrático¹, favorecendo uma organização da cidade em favor dos interesses econômicos dos grupos empresariais e agentes políticos hegemônicos que impõe uma seletiva disponibilidade de bens e serviços aos moradores das diferentes comunidades de vizinhança (HARVEY, 1980). O quadro se agrava nos países periféricos, de modo que suas economias desiguais

¹ Termo cunhado por Souza (2000), refere-se ao planejamento urbano sob a égide do mercado, mediado pelo Estado, em parceria com os poderes públicos.

têm colocado a questão habitacional como um dos principais problemas sociais urbanos nestes Estados (SANTOS, 1980).

No caso da América Latina, a segregação pode ser considerada como inerente à própria urbanização tornando a questão habitacional dramática na maioria desses países, onde os baixos salários da maioria da população e a seletividade dos investimentos públicos impõem aos mais pobres a habitação em condições muito precárias (SANTOS, 1982).

No Brasil, após o fim da escravidão, a população pobre do campo passou a ir às cidades a busca de trabalho com baixa remuneração, tendo como única possibilidade residir em ocupações populares e favelas com quase nenhuma infraestrutura, sofrendo tentativas de remoção pelos governos e discriminação na cidade (GARCIA, 2006). A questão habitacional brasileira é o resultado de um século de políticas públicas muito restritas que não conseguiram reverter o déficit de residências decorrente de quatro séculos onde não houve qualquer ação pública para este setor (MOTTA, [2016]), o que explica o déficit habitacional brasileiro que corresponde a 6.186.503 de domicílios, dados de 2015².

O crescimento urbano do século XX ocorreu com a reprodução ampliada das favelas em periferias próximas aos centros originais e aos distritos economicamente ativos. Essa configuração do espaço urbano começa a se alterar quando, no último quartel do século, os avanços tecnológicos permitiram que a produção capitalista alcançasse nova etapa chamada de acumulação flexível, que reconfigurou o modo de reprodução, ampliando a velocidade dos fluxos de capital e informação, fazendo crescer, por exemplo, o setor de serviço nas cidades (HARVEY, 2000; FRÚGOLI JR., 2006); essas transformações têm sido viabilizadas a partir da constante reestruturação urbana, com a expansão de metrópoles e cidades médias a partir da consolidação de novos eixos viários.

Um dos resultados da reestruturação urbana contemporânea é a construção de novos centros e subcentros nas cidades, geralmente voltados à atividade

² A elaboração do índice foi realizada pela Fundação João Pinheiro: O déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: (a) domicílios precários; (b) coabitação familiar; (c) ônus excessivo com aluguel urbano; e (d) adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, em que a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores.

financeira, setor de serviço e de entretenimento. Em meio ao expressivo déficit habitacional das cidades brasileiras, o processo de desconcentração fez crescer ocupações residenciais precárias e a construção de conjuntos habitacionais nas terras menos valorizadas no entorno das novas centralidades.

A dificuldade de acesso à moradia tem sido assim um dos principais fatores condicionantes da diferenciação e segregação socioespacial. No contexto atual, há uma segmentação cada vez mais intensa em escala local, o que cresce com a reprodução de condomínios e fechamento de logradouros públicos com muros e guaritas. A terra urbana passa a ser cada vez mais parcelada e verticalizada e os lugares da cidade passam a ser cada vez mais diferenciados em relação aos adjacentes, tendência que pode ser explicada pelo conceito de fragmentação socioespacial.

O conceito de fragmentação socioespacial, associado a outros discutidos neste trabalho, tem permitido uma análise renovada sobre dinâmicas intra-urbanas, e favorecido a análise de bairros populares heterogêneos em cidades influenciadas pela reestruturação urbana, como no caso de Salvador.

Deste modo que a reflexão teórica sobre o processo de urbanização em escala mundial e regional foram a base para a escolha de um recorte ou espaço de concepção³ local, onde foi possível desenvolver uma pesquisa sobre o cotidiano da habitação popular. O bairro escolhido foi Pernambués, na cidade do Salvador (BA), por este ser periférico, popular e heterogêneo do ponto de vista habitacional, tendo sua urbanização vinculada à produção e consolidação do subcentro do Camarajipe, a partir da década de 1970. A pesquisa concentrou-se no bairro de Pernambués (figura 1), tecendo considerações também sobre a Saramandaia⁴, uma vez que ambos possuem uma História e uma Geografia compartilhadas. Em Pernambués residem 64.983 habitantes, sendo que a renda média de 76% dos responsáveis por domicílio não ultrapassa dois salários mínimos mensais, segundo dados do censo de 2010 do IBGE.

³ A noção de escala e de recorte (ou espaço de concepção) são apresentadas em Castro (1995).

⁴ Com população de 11.272 habitantes (IBGE,2010), a Saramandaia foi reconhecida oficialmente como bairro em 2017, nesta pesquisa, é considerada um lugar que teve sua urbanização articulada com a de Pernambués.

Figura 1 – Logradouros em Pernambués e entorno (2010)



-  Limite oficial de bairro
-  Ruas secundárias
-  Ruas principais
-  Ruas externas

Escala
1 : 10.000

Datum:
CONDER, 2010

Fonte:
Elaboração própria,
2018



560000.000

8565000.000

A urbanização de Pernambués foi majoritariamente residencial e popular, sendo consolidada a partir de 1970 com a expansão física da cidade do Salvador que incorporou novas áreas, principalmente o vale do rio Camarajipe e os novos bairros próximos: Pituba, Costa Azul, STIEP, Itaigara e Caminho das Árvores, na Orla Atlântica da cidade.

A produção do espaço urbano de Pernambués, desde o início, apresenta uma face contraditória, com parte do bairro construída pelos agentes do mercado imobiliário formal em parceria com os governos, que optaram pelas terras ao longo das principais vias de acesso em cumeadas; e nas partes baixas e em áreas de encosta, muitas delas inapropriadas para loteamento por possuírem declividade superior a 30%, ocorre predominantemente a autoconstrução popular, informal.

Deste modo, a urbanização local foi favorecida pela segregação socioespacial ao ser resultante da luta dos pobres por uma habitação barata e que estivesse próxima do emprego, para evitar custos com transporte; isso explica o fato de Pernambués possuir, proporcionalmente, o maior quantitativo de população negra entre os bairros de Salvador, onde 82,46% declararam-se pretos(as) ou pardos(as), segundo dados do IBGE (2010).

A proximidade com os novos equipamentos metropolitanos (Terminal Rodoviário, principais Shoppings Centers, entre outros), tem tornado Pernambués um bairro cada vez mais atrativo para pessoas de baixa renda com valores de aluguel baixos e áreas ainda disponíveis para ocupação e verticalização. A proximidade com a oferta de transporte público e de emprego constitui-se atualmente uma vantagem das famílias de Pernambués frente às de outros bairros populares mais distantes.

Internamente, Pernambués pode ser caracterizado como um espaço heterogêneo. A pesquisa permitiu considerar, por exemplo, que há lugares produzidos por agentes do mercado imobiliário formal, como o Jardim Brasília e o Conjunto João Durval, onde as sociabilidades que permeiam o cotidiano dos moradores são muito diferentes daquelas que se desenvolvem em áreas de autoconstrução popular. Nesses espaços os moradores criam vínculos entre si a partir de sofrimentos e lutas que são comuns a todos: pela permanência na moradia,

pela garantia de infraestrutura e direitos, contra a remoção provocada pela reestruturação urbana.

Nesse sentido, o lugar é a parcela do espaço compartilhado em que a reprodução da vida cotidiana é influenciada pelo mundo e por uma ordem local (histórica e singular), onde vivências comuns entre os moradores ao longo do tempo geraram experiências e laços que criam um pertencimento individual e coletivo sobre o lugar, noção que pode ser apreendida pelo estudo do cotidiano (DAMIANI, 1997; CARLOS, 2013).

Pela mediação do cotidiano, no lugar somos levados dos fatos particulares à sociedade global. Tendo assento no social, o cotidiano, mesmo sendo mediador do econômico e do político, não é submisso a eles, uma vez que nem as superestruturas, nem as estratégias políticas e empresariais são capazes de anular por absoluto as resistências, costumes e simbolismos (DAMIANI, 1997).

Deste modo, ao estudar os lugares de Pernambués, pôde-se constatar que os modos de resistir à precarização ocorrida na cidade capitalista se configuram práticas contraditórias ao modo de produção, mas que são partes necessárias para a manutenção da estrutura profundamente desigual. Exemplos disso são a autoconstrução de equipamentos coletivos de uso comum e a colaboração entre moradores no cuidado e educação com os filhos, exemplos frequentes no cotidiano da moradia popular.

Partindo dos dados obtidos através de estudo bibliográfico, documental e estatístico e da reflexão sobre sua História e Geografia, foi possível analisar os lugares a partir da pesquisa de campo, utilizando os conceitos de lugar e cotidiano da Geografia Urbana, e observando as representações sociais entre os moradores (ALEXANDRE, 2004)⁵.

Essas diferenças e articulações entre os lugares de moradia e os núcleos centrais do bairro podem ser explicadas pelo modo como a segregação e fragmentação socioespacial condicionaram a produção do espaço. Os aspectos que foram analisados de modo dialético nesta pesquisa resultou em uma síntese sobre

⁵O estudo sobre representação social permite analisar como as sociabilidades do cotidiano articulam a percepção individual e social, o que produz uma elaboração coletiva sobre o espaço local, a partir da visão dos que o habitam.

os conflitos, diferenças e convergências que caracterizam a Geografia do bairro.

1.1 QUESTÕES DE PESQUISA E OBJETIVOS

Para nortear a pesquisa foram estabelecidas diretrizes afinadas com a abordagem teórico-metodológica. Estas diretrizes são definidas em forma de questões de pesquisa, objetivos gerais e específicos e a metodologia.

A pesquisa foi desenvolvida com base no método dialético em sua perspectiva materialista-histórica. Parte-se do pressuposto de que a realidade socioespacial é contraditória e que a produção do espaço ocorre, em grande medida, segundo “intencionalidades” (SANTOS, 2006) concebidas por indivíduos e/ou grupos, entre eles os detentores do meio de produção, os poderes públicos e aquelas pessoas que apenas possuem a sua força de trabalho.

Segundo esse entendimento deve-se pensar o espaço como totalidade integrada que só pode ser analisado com a compreensão dos fatos e das ações dos agentes em diferentes escalas espaciais, compreendendo a reprodução do espaço de modo processual (SANTOS, 1996). Essa ideia fundamenta a elaboração de questões de pesquisa que pode evidenciar os fenômenos propostos a partir da verificação dos seus componentes singulares e universais, que são capazes de desvelar uma realidade particular, sendo este resultado da inter-relação entre as ações dos agentes sociais e a reprodução do espaço. Ao entender o bairro e os seus lugares como realidades particulares, pode-se perceber que eles são uma mediação entre singular e universal, não existindo isoladamente.

As questões de pesquisa elaboradas para explicar o processo de ocupação e urbanização do espaço em Pernambués foram as seguintes:

I – Quais são os principais agentes produtores do espaço de Pernambués e como agem na perspectiva de realização dos seus interesses?

II – Que condições tornam possível a segregação socioespacial na cidade do Salvador quanto à função residencial e suas respectivas centralidades funcionais?

III – Quais as principais implicações da segregação e da fragmentação socioespacial na cidade do Salvador e o papel do bairro de Pernambués nesse contexto?

Essas questões são, por sua vez, orientadas pelo objetivo geral da pesquisa de compreender como os processos de segregação e de fragmentação na cidade do Salvador se reproduzem no espaço urbano de Pernambués criando diferenciações internas que são vividas no cotidiano dos moradores de cada lugar do bairro.

Na busca de atingir o objetivo geral e refletir sobre as questões de pesquisa foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- a) Entender como o processo de reestruturação urbana de Salvador a partir dos anos 1960 tem condicionado a urbanização em Pernambués;
- b) Levantar dados socioeconômicos e de infraestrutura urbana que permitam refletir sobre a questão habitacional no bairro;
- c) Descrever as condições socioambientais que permitiram historicamente a reprodução do bairro de Pernambués e identificar como influenciam o cotidiano nos lugares do bairro;
- d) Identificar a relação entre dinâmicas de segregação e a construção social dos lugares de moradia;
- d) Descrever os principais núcleos onde estão concentrados equipamentos de consumo coletivo e estabelecimentos de comércio e serviço em Pernambués;
- e) Identificar lutas e resistências vividas no cotidiano dos moradores que permeiam a representação social dos lugares de Pernambués;

1.2 METODOLOGIA

Ao reconhecer a importância do racionalismo e da lógica formal no desenvolvimento da ciência, Lefebvre (1979) alertou que estes eram insuficientes para compreender a realidade em sua integralidade. Segundo o autor, apenas o reconhecimento consciente do papel das contradições na análise científica, seria capaz de entender a realidade como ela é, de modo que o autor passou a defender como método para as ciências humanas a lógica concreta, ou dialética, mais adequada para compreensão dos fenômenos socioespaciais.

Tendo como base esta reflexão, o método escolhido para o desenvolvimento

da pesquisa foi o dialético, em sua perspectiva materialista e histórica (LEFEBVRE, 1979). Entendendo Pernambués e seus lugares como realidades particulares da urbanização em Salvador, definiu-se como pressuposto subjacente à reprodução deste recorte espacial que a urbanização de Pernambués, em decorrência da reestruturação urbana no subcentro do Camarajipe, tem-se processado a partir de intenso processo de fragmentação socioespacial.

Esse pressuposto pôde ser testado ao longo da pesquisa, tendo sido apenas parcialmente confirmado. Isso porque o trabalho empírico também revelou que os processos de fragmentação e reestruturação urbana não implicaram a desarticulação profunda no cotidiano dos moradores que, por meio das formas não capitalista de luta e resistência comunitária, e pelo uso de centralidades comuns, continuam possuindo vivências que mantêm laços locais de vizinhança e apoio mútuo.

Esta antítese, que emergiu com os dados obtidos em pesquisa documental e de campo, sugeriu os caminhos para a elaboração de síntese sobre a Geografia e a questão habitacional no bairro que remetem a elaborações teóricas mais amplas, que podem ser de interesse da Geografia Urbana e ciências afins, e de ações do serviço público e/ou comunitário. A síntese é apresentada ao longo do capítulo 5 e sistematizada nas Considerações Finais.

Os procedimentos de pesquisa adotados foram:

I – Pesquisa bibliográfica para compreender e discutir os conceitos fundamentais utilizados na abordagem sobre o recorte espacial, bem como as metodologias pertinentes. Esta parte foi realizada com a leitura de livros, artigos em periódicos e eventos científicos, além de teses e de dissertações.

Conjuntamente foi realizada a pesquisa documental para interpretar os fatos associados às principais transformações na cidade do Salvador que se vincularam à formação do bairro de Pernambués. A documentação utilizada é de domínio público e particular, a exemplo de leis, mapas, notícias em jornais, blogs, entre outros.

II – Levantamento, análise e interpretação de dados secundários publicados por instituições como IBGE, CONDER, Fundação João Pinheiro, entre outros.

III – Pesquisa de campo, executada segundo diferentes procedimentos e etapas:

a) Observação de campo em Pernambués com a finalidade de levantar informações sobre a infraestrutura urbana local, características residenciais, do comércio e serviços, equipamentos coletivos públicos e privados, espaços públicos, entre outros. As visitas foram registradas com relatórios e fotografias.

b) Realização de entrevistas semiestruturadas (LODI, 1974) com intuito de obter dados qualitativos, relativos a memórias e conhecimentos sobre a urbanização local e sobre o cotidiano do bairro. Este procedimento foi direcionado a um número restrito de moradores, especialmente aqueles mais antigos ou que exercem influência no contexto local.

Deve-se destacar que, com os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas com membros que possuem algum destaque no bairro, foi possível elaborar uma sistematização sobre os lugares do bairro, observando sociabilidades e dados espaciais presentes no cotidiano, que são comuns aos moradores de alguns subespaços do bairro. Essa análise foi feita com auxílio da teoria da representação social (ALEXANDRE, 2004).

c) Aplicação de questionários que permitiram levantar dados acerca dos deslocamentos cotidianos realizados pelos moradores do bairro e sua relação com os principais equipamentos públicos. Os dados foram tabulados e analisados para explicar o fenômeno da segregação e fragmentação socioespacial em Pernambués.

O tamanho amostral foi definido segundo cálculo de base estatística (GIL, 2008), tendo como metodologia a amostragem probabilística aleatória simples, definida, para número finito de população, a partir da seguinte fórmula:

$$N = \frac{\delta^2 \cdot p \cdot q \cdot U}{e^2 \cdot (N - 1) + \delta^2 \cdot p \cdot q}$$

O tamanho da amostra (N) foi definido segundo este cálculo, como resultante de algumas variáveis como: o tamanho do universo estudado (U = 25.496 domicílios), a margem de erro (e² = 0,5%), o grau de confiabilidade (δ² = 80%), a percentagem com que o fenômeno se verifica (p = 50%) e a percentagem complementar (q = 50%). O cálculo definiu uma amostra total de 206 domicílios nos quais foram aplicados os questionários.

Como a pesquisa se propôs a verificar lugares onde ocorrem práticas cotidianas semelhantes e representações sociais comuns, procedeu-se ao agrupamento de setores censitários de Pernambués e Saramandaia⁶ que possuem características socioespaciais semelhantes quanto à renda familiar, habitação, ruas de acesso, infraestrutura local, etc. O cálculo de definição da fração de amostra de cada grupo foi feito conforme fórmula a seguir, que define a amostra de um grupo x:

$$N_x = U_x \left(\frac{N}{U} \right)$$

A partir destes critérios e destes cálculos foram definidos 6 grupos amostrais⁷, cada qual com sua fração de amostra específica (tabela 1).

Tabela 1 – Grupos amostrais para realização de questionários em Pernambués (2018)

Grupos Amostrais	Residências	Questionários
Ventosa	5.602	45
São Paulo	4.438	36
Hilda	6.223	51
Arthur Lago	3.229	26
Numa Pompílio	2.553	21
Saramandaia	3.451	28
Total	25.496	207

Fonte: Cálculo de fração amostral com base nos dados do censo do IBGE de 2010.

O uso de dados empíricos foram cuidadosamente incorporados à análise

⁶ Os dados do último censo do IBGE, por serem de 2010, não incluem o Horto Bela Vista, condomínio de edifícios inaugurado em 2012; por conta disto sua população não foi incluída no universo amostral do levantamento estatístico.

⁷ Os grupos amostrais foram identificados com nomes de logradouros que estão articulados a lugares de moradia e ruas residenciais que possuem características semelhantes: a) Ventosa – Alto da Ventosa, Baixa da Paz, Baixa da Guine, Santa Clara; b) São Paulo - Baixa de Manu, Barro, Baixa da Horta; c) Hilda – Manguinhos, Vila Araguaia, rua das Flores; d) Arthur Lago – Lot. Chácara da Perseverança, Cond. Sistema Solar, Conj. S. J. Tadeu; e) Numa Pompílio – Lot. Jardim Brasília, Conj. João Durval; f) Saramandaia

socioespacial, seara em que a Geografia possui ampla contribuição, uma vez que o trabalho de campo do pesquisador tem sido amplamente defendido, assim como o uso de questionários, entrevistas qualitativas e cartografias participativas para coleta de dados e construção de análises científicas identificadas com demandas e valores locais (LACOSTE, 2006).

IV – Geoprocessamento através de dados e imagens sobre Pernambués, como a série histórica (1959, 1967, 1991, 2016) de ortofotos da CONDER, dados da sociedade e do terreno, obtidos a partir da CONDER e do IBGE. Além do trabalho em ambiente SIG agregar dados à interpretação do espaço, ainda permite a apresentação de alguns fenômenos analisados.

A principal ferramenta utilizada foi o *software* gratuito de geoprocessamento (Quantum GIS - QGIS) que permitiu tratar dados socioeconômicos e dados do terreno para gerar os mapas de hidrografia, relevo, declividade, ocupação histórica, etc.

A partir das informações verificadas através da pesquisa de campo, com observações e entrevistas, foi possível construir mapas que localizam os lugares de Pernambués, com marcos definidos por limites formais ou percebidos, referenciados em logradouros públicos e equipamentos locais.

Para elaboração desta dissertação foram feitas interpretações com base em dados quantitativos e qualitativos, que permitiram identificar as características e dinâmicas associadas aos lugares de moradia e aos núcleos de consumo coletivo do bairro, revelando como a fragmentação socioespacial neles e entre eles se processa. Por se tratar de um bairro popular, grande, diversificado e periférico, optou-se por valorizar memórias e visões de mundo que envolvem a história singular da construção social dos lugares do bairro, que revelam lutas, resistências, transformações e conflitos.

Essa fundamentação teórico-metodológica foi amparada na proposta de “genealogia do conhecimento” (FOUCAULT, 1979), buscando incluir conhecimentos e pontos de vista marginalizados como parte da antítese que deverá ajudar a fundamentar uma nova síntese. Tendo sido elaborada com base nesses moldes, a pesquisa buscou levar em conta as aspirações e conhecimentos locais na elaboração da síntese sobre a história e o cotidiano do bairro, bem como nas

considerações finais, de cunho teórico, subsequentes.

A metodologia apresenta uma articulação entre os procedimentos de pesquisa e etapas de realização que viabilizaram, em termos práticos, a análise da urbanização e da realidade intra-bairro. Através desta metodologia pôde-se obter dados necessários que sirvam para interpretar a realidade existente em Pernambués, fato que só foi possível graças a elaboração de ampla reflexão teórica sobre o fenômeno urbano, em capítulo subsequente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A princípio deve-se compreender que a emergência de uma economia em escala mundial, ocorrida no século XIX como resultado da industrialização e da revolução burguesa em vários países da Europa, está diretamente relacionada à ideia de modernidade, atrelada ao racionalismo e ao surgimento dos Estados modernos, que influenciaram todo contexto político, científico, ideológico e produtivo dos séculos seguintes. As novas formas de organização e reformas ocorridas na modernidade legitimaram o modo de produção capitalista, favorecendo a expansão de atividades corporativas ou empresariais em escalas mundiais, como o extrativismo, o comércio internacional, a atividade fabril e os instrumentos de produção e circulação de mercadorias.

Com as crises de superprodução ocorridas no século XX (ex: 1929, 1968), os capitalistas tenderam a buscar uma reprodução do espaço cada vez mais ampliada que favorecesse a produção, circulação e consumo de mercadorias incorporando novas parcelas do espaço mundial, em áreas cada vez mais distantes, beneficiando uma desconcentração das atividades econômicas. Por essa razão que os grupos econômicos tendem a almejar lucros em escalas sempre mais ampliadas, o que, por meio dos investimentos em tecnologia, tem viabilizado uma expansão da economia e da informação em um contexto internacional, criando a possibilidade de reprodução do capitalismo global e configurando o desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988).

No modo de produção capitalista, a cidade passa por metamorfoses que tendem a fazer nela emergir a sociedade urbana, que seria resultado de uma urbanização concreta, sendo uma virtualidade, realidade e modo de vida pós-industrial, ainda não concretizada (LEFEBVRE, 1999). Com a consolidação da urbanização capitalista, destaca o autor, há uma “explosão da cidade” que passa a tornar-se centralidade que influencia diversos subespaços como subúrbios, núcleos satélites, campos agrícolas, cidades médias favorecendo o protagonismo político, econômico e cultural das metrópoles.

Antes que alcance a urbanização completa, a sociedade contemporânea vive

influenciada pelo modo de vida urbano mas permeada por conflitos de natureza capitalista e industrial. Especialmente na América Latina, os conflitos decorrentes das transformações das cidades no capitalismo têm sido diversos, refletindo sofrimentos e lutas cotidianas em prol de direitos na cidade (MOTTA, 2017).

A reprodução destes conflitos e desigualdades pode ser analisada a partir de conceitos como segregação e fragmentação, que decorrem do modo excludente como os agentes detentores dos meios de produção investem em uma urbanização desigual para que possam assegurar seus interesses econômicos, influenciando agentes dos governos para que legitimem suas propostas, criando diversos problemas urbanos, como a questão da habitação.

No caso brasileiro como exemplo, Souza (2000) apresenta, além da questão habitacional, outros importantes problemas sociais urbanos como a crise de gestão, os problemas ambientais decorrentes da urbanização precária (alagamentos, deslizamentos de terra, etc.), a militarização que causa grandes índices de violência e muito sofrimento nos bairros populares, recorrentes nas metrópoles brasileiras.

2.1 UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL SOBRE A CIDADE

Para refletir sobre a questão urbana no Brasil e na América Latina é preciso destacar o papel histórico que foi imposto a grupos étnicos durante a colonização e descolonização nestes países.

No caso brasileiro, a população apresenta um grupo numeroso formado por negros, índios e pardos, descendentes diretos dos povos que foram subjugados pela colonização e os colonizadores. Em 2010, 56,2% da população era formada por negros, índios e pardos e 43,8% era branca, segundo critério de autodeclaração (IBGE, 2010).

Isso é explicado quando se admite que a perspectiva eurocêntrica é predominante na produção científica, uma vez que o conhecimento universitário tem sido uma das ferramentas de legitimação de discursos dominantes (FOUCAULT, 1979). A partir das disciplinas científicas e das universidades em colônias puderam os Estados Modernos exercer maior influência sobre os povos e as terras em outros continentes, tendo sido este o contexto inicial da difusão das universidades.

Hoje, o conhecimento científico tornou-se importante ferramenta para combater o desenvolvimento geográfico desigual, tendo sido utilizado por diversos pensadores como ferramenta para fortalecimento da soberania dos povos no “Terceiro Mundo” (SANTOS, 1980). Nesse sentido que tem ganhado força no pensamento científico da América Latina a noção de colonialidade e a decolonialidade do poder, que contribuiu com novas leituras sobre a segregação socioespacial em bairros populares e periféricos: como fez Garcia (2006) ao analisar o caráter racial da segregação em Salvador e Rio de Janeiro.

A noção de colonialidade do poder parte do pressuposto de que o racismo constitui um princípio organizador das relações de poder do sistema-mundo e tem na acumulação de capital em escala mundial uma de suas principais implicações. Deste modo, a estrutura racista não se refletiu apenas no trabalho forçado, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições sobre a cidadania e a cultura dos povos subjugados, reduzindo sua representatividade no contexto da produção do conhecimento científico (QUIJANO, 2005; BERNADINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

Em contraposição à colonialidade é colocada a decolonialidade como possibilidade de romper o paradigma dominante e que está enraizado nas dimensões social, política, cultural, técnica, produtiva e espiritual da sociedade mundial e brasileira, reafirmando e reproduzindo a subalternidade dos povos, nações e comunidades às hierarquias de origem colonial.

A proposta do projeto de decolonialidade abre a perspectiva de se produzir conhecimentos considerando e incorporando vivências, práticas e ações desenvolvidas pelos sujeitos que foram “subalternizados” cultural e economicamente com a colonização.

Para os teóricos da decolonialidade são diversas as fronteiras existentes na sociedade dos países empobrecidos que demarcam as precárias áreas que são acessíveis aos grupos étnicos excluídos, por não serem de interesse dos grupos dominantes. Fala-se assim de bolsões de pobreza rural, aldeamentos indígenas isolados e sem direito a terra originárias, guetos e quilombos urbanos⁸, para se ter

⁸ Carril (2006) entende que o quilombo urbano surge a partir da tomada de consciência por uma comunidade negra da cidade de que a segregação por ela vivida possui uma origem colonial e

uma ideia de como essa fronteira pode ser manifestada, expressando diferenças de origem colonial.

A diferença se torna visível na sociedade segregada e separada. Pertencer culturalmente a um determinado grupo é algo que todos partilham em sua própria especificidade, tornando-se uma particularidade universal e concreta. As identidades culturais se definem pelo estabelecimento dos limites do que são pelo que não são, fundadas sobre a exclusão (MOTA, 2016: 53).

Cabe ressaltar que nas sociedades segregadas, que tem na afirmação da identidade cultural um modo de resistência, a adesão a esta identidade não abarca todos, de modo que o poder colonial atua também na cooptação de membros do próprio grupo social ao qual se impõe uma fronteira de traço colonial. Neste contexto que emergem figuras contraditórias como o “capitão do mato” ou o negro negociador Pai João, destacados por Reis e Silva (1989).

As fronteiras coloniais e as influências dos grupos dominantes nesses espaços têm se perpetuado na reprodução espacial, o que não pode ser desconsiderado para a interpretação da segregação socioespacial nas cidades brasileiras, especialmente em uma cidade com maioria da população negra como em Salvador. Admitir a existência das fronteiras coloniais no espaço urbano é essencial para uma leitura concreta da segregação socioespacial.

Para a pesquisa sobre Pernambués e sua matriz, a cidade do Salvador, utiliza-se então o conceito de segregação urbana de caráter racial como defende Garcia (2006), que identifica as invasões como alternativa de sobrevivência dos ex-escravizados nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador ao longo do século XX. Essa formulação permite reconhecer uma origem colonial, ainda que indireta, que explica a ocorrência frequente de invasões de terrenos e edificações abandonados na capital baiana e a perpetuação da precariedade nessas comunidades de vizinhança.

A abordagem decolonial nesta pesquisa permite adicionar o conteúdo étnico-racial à interpretação da segregação socioespacial, contrapondo a definição de Sposito; Goés (2013) que considera que a especificidade da segregação urbana

racista, fazendo com que, por meio da afirmação política e cultural, ela retome valores ligados a sua africanidade.

no Brasil em relação à que ocorre em outros países da América Latina, é que aqui ela seria definida apenas por fatores de ordem socioeconômica.

A perspectiva decolonial também sugere que o movimento de produção do conhecimento deve transitar entre o mundo da ciência e da ação, aproximando-se com a concepção de genealogia, proposta em Foucault (1979), buscando construir uma síntese teórica que seja alimentada pelo conhecimento popular e que dialogue com os “lugares de fala” das pessoas do bairro.

Diante do exposto, entende-se que para pensar a condição do morador de Pernambués, onde mais de 80% (IBGE, 2010) se declaram negros faz-se necessário levar em consideração os princípios da colonialidade e da decolonialidade do poder. Reconhecer a escravidão como paradigma da modernidade permite compreender um pouco mais as condições históricas que permitiram o surgimento de espaços residenciais de pobreza acentuada e infraestrutura precária, como em favelas.

As implicações do racismo nas cidades têm ganhado terreno no debate científico em várias partes do mundo. E um dos aspectos que perpassa essa discussão no Brasil envolve a vulnerabilidade da população negra, indígena e parda à violência e à falta de oportunidades, quadro agravado com a perpetuação dos “capitães do matos” e milícias do período colonial, por meio das novas milícias e polícias que mantêm controle sobre favelas, submetendo muitos pobres a prejuízos econômicos e emocionais (TELLES, 2010).

O banditismo existente na história do Brasil colonial e republicano, é retratado por Reis (2005) como uma estratégia de sobrevivência dos pobres frente às injustiças exercidas por milicianos, a exemplo dos quilombos suburbanos que assaltavam viajantes, tropas e comerciantes nas estradas do Recôncavo baiano, até o século XIX, a fim de amedrontar os mercenários e obter espólios para seus grupos. O banditismo atual, por outro lado, pode ser interpretado através das gangues urbanas, instrumentalizadas pelo mercado internacional de armas e drogas ilícitas, que acabam recrutando crianças, adolescentes e jovens pobres para seus grupos, exercendo forte controle/influência em favelas brasileiras como afirmou Souza (2000).

Graham (2011) entende que há atualmente em escala mundial uma militarização da sociedade e do espaço urbano, fenômeno que atinge em certo modo

os diversos grupos sociais, quanto as empresas e meios de comunicação tendem a fomentar o armamento individual, a criação de empresas de segurança privada e a sensação de insegurança. Isto ocorre através da criação do perfil ideal do 'inimigo interno' que deve ser perseguido ou vigiado na cidade (GRAHAM, 2010; DAVIS, 2006; FOUCAULT, 1975), perfil que está invariavelmente associado a colonialidade do poder em cada país, que tende a discriminar um grupo étnico prioritário.

A militarização tem favorecido a segregação socioespacial nas cidades na medida que promove a discriminação dos bairros periféricos e associa seus moradores a um estereótipo violento, o que reforça uma atitude militar dos governos em relação a esses lugares, que muitas vezes precisam apenas de políticas de educação e infraestrutura para que superem o quadro de pobreza e diminua a adesão ao banditismo. Além disso a militarização promove execuções sumárias e prisões por vezes excessivas ou injustas, o que amplia o sofrimento e dificulta a superação do quadro de pobreza de muitas famílias, como destaca Telles (2010).

No Brasil ao prejudicar mais intensamente os negros (SOUZA, 2000), a militarização contemporânea se destaca como uma questão urbana de destaque, fato que compõe, em associação a outras variáveis, a segregação imanente a reprodução dos bairros negros na cidade de Salvador e nas demais cidades brasileiras. Assim, em uma perspectiva decolonial, pode-se melhor entender as 'invasões' e sua resistência histórica até os dias atuais (GARCIA, 2006), fator importante para o estudo sobre o cotidiano dos moradores das favelas.

2.2 (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A cidade como forma e função aparece como produto histórico e social nos mais diversos sistemas econômicos e sociais, desde as antigas civilizações, surgindo naqueles lugares onde a agricultura já apresentava certo grau de elaboração, onde a produção já superava a subsistência, com suporte do desenvolvimento das técnicas, dando condições de acumulação em um ambiente concentrado como as cidades, onde estariam situadas formas-conteúdos administrativos, comerciais e religiosos (CARLOS, 2005).

Assim, a cidade é entendida como aglomeração populacional e de formas-funções que, além de estar vinculada a um sítio, um quadro topográfico (base física específica), é influenciada de acordo com sua posição na dimensão regional, o que pode favorecer o crescimento populacional e sua importância política e econômica. Todos esses fatores podem ser alterados com o tempo.

A cidade situa, como afirma Carlos (2005: 73), a “[...] concentração de instrumentos de produção, serviços, mercadorias, infraestruturas, etc.”, caracterizada nos dias atuais a partir da justaposição de unidades produtivas, dispondo de formas-funções em constante adaptação, preparadas para favorecer uma articulação cada vez mais efetiva entre processos de produção, distribuição, troca, consumo e gestão; onde também coexistem residências, instituições públicas, estabelecimentos privados e diversos equipamentos de consumo.

O urbano é um modo de vida que tem se difundido mundialmente a partir do século XX, a partir da reprodução cada vez mais ampliada das atividades capitalistas, fator que está relacionado à universalização de técnicas de produção do espaço e intensas trocas de mercadorias e informações no contexto internacional. Este contexto tem favorecido a concentração habitacional em metrópoles e cidades grandes e médias, além de que o modo de vida urbano tem permitido que até as áreas mais remotas do planeta, inclusive o campo, sejam influenciadas com novos valores e práticas, decorrentes da difusão do consumo e dos meios de telecomunicações e redes produtivas que influenciam cada vez mais os lugares.

A difusão ampliada do modo de vida urbano está relacionada a industrialização das sociedades e à emergência de uma economia de mercado em escala mundial que, por meio de seus agentes, têm difundido um crescimento de cidades capitalistas, que possuem uma face bastante desigual, que se expressa na diferença da urbanização ocorrida em países capitalistas desenvolvidos e naqueles da América Latina ou do considerado “Terceiro Mundo” (SANTOS, 1980; 1982).

Essa urbanização desigual ocorrida também no Brasil foi analisada por Corrêa (1989) como resultado da inter-relação processual entre o poder público e os demais agentes privados, promovendo uma incorporação imobiliária segmentada das parcelas da terra urbana. Por meio da ação dos governos, dos proprietários fundiários e das empresas (imobiliárias, construção civil, serviços etc.) e de

consumidores de habitação e de serviços urbanos, a instalação de equipamentos úteis viabilizam a acumulação capitalista realizando, por meio de atividade empresarial, demandas do cotidiano da própria sociedade. Há portanto um certo grau de homogeneidade na forma como a urbanização se processa, apesar de esta sempre possuir especificidades locais ou regionais:

Evolutivamente, os elementos estruturantes do modo de produção capitalista têm-se manifestado idealmente homogeneizante, forjando através da sua lógica um espaço prioritariamente racional, funcional e produtivo, em tensão permanente de destruição/construção. Observa-se, no entanto, que este processo conflita com o conjunto plural das relações sociais como um todo, acumuladas historicamente, criando, desta forma, nas interações, formas diversas de comportamento dos grupos envolvidos, que irão se refletir no espaço físico, dando origem a situações e fenômenos específicos. Esta pluralidade se manifesta principalmente nas formas habitacionais, que são particularmente impulsionadas pelas necessidades individuais de abrigo e sobrevivência na cidade. Constituem, assim, uma fragmentação de espaços com dinâmicas próprias. Algumas produzidas pela ação do próprio capital imobiliário ou pelo Estado, como loteamentos e conjuntos, outras resultantes de arrendamentos do solo, herança de lógicas anteriores, e ainda aquelas, na sua origem, mais antagônica à mercantilização capitalista plena e formal, como as 'invasões' ou ocupações coletivas (GORDILHO-SOUZA, 1999: 2).

O crescimento urbano e a diversificação funcional da cidade vai se processando por meio da instalação de fixos, que são objetos construídos na cidade (e: edifícios, fábricas, escolas, praças, *shopping centers*, ruas, etc.) que facilitam a reprodução espacial em áreas adjacentes, a exemplo da instalação de uma fábrica que tende a favorecer a instalação da moradia popular nas proximidades tendo em vista a demanda por empregos diretos e indiretos (alimentação, vestimenta etc.) gerados por aquele novo fixo. Tendo como base o mesmo exemplo, pode-se falar também da desvalorização causada pelos impactos negativos da prática fabril, como a poluição ou a desarticulação de outras atividades de subsistência, que com a chegada de tais infraestruturas deixa muitas vezes de existir, como no caso da pesca artesanal.

A fixação implica, assim, uma efetiva produção do espaço, pois permite a realização de uma acumulação *in situ*. O excedente de trabalho de sucessivas gerações, sociedades, e mesmos modos de produção, vão se incorporando cumulativamente ao solo. [...] este já representa um momento superior do processo de valorização, aquele que se assenta no efetivo domínio do espaço, agora já plenamente concebido como espaço de

reprodução da sociedade (COSTA; MORAES, 1987:137).

Com a crescente urbanização das relações sociais e de produção e o crescimento das cidades ocorrido no século XX, pode-se dizer que são instalados objetos cada vez mais em áreas longínquas, a fim de permitir a realização da produção, circulação e consumo de mercadores.

Ao pensar na escala intra-urbana, Carlos (2007a) considera que a reprodução do espaço urbano tem feito emergir a construção social do lugar nas cidades, que corresponde ao espaço vivido pelas pessoas localmente. O conceito de lugar pode se referir aos diferentes espaços onde se reproduz a vida cotidiana, seja em termos da moradia, do lazer ou dos circuitos diários do trabalho (CARLOS, 2007a).

Como considera Fonseca (2001), a aceção do conceito de lugar na Geografia marxista diferencia-se daquela utilizada no positivismo, em que o lugar é mera localização passível de ser apropriada economicamente, e também na fenomenologia, que reconhece o lugar enquanto experiência e percepção individual.

Deve-se ressaltar que para analisar o contexto atual de mundialização, em uma cidade como Salvador, a construção social do lugar tem sido influenciada por processos de mundialização, segregação e fragmentação.

A sociedade urbana que, hoje, se produz em parte de modo real e concreto, em parte virtual e possível, constitui-se enquanto mundialidade, apresentando tendência à homogeneização ao mesmo tempo que permite a diferenciação. O lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano que se manifesta como horizonte. É a partir daí que se descerra a perspectiva da análise do lugar na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana. O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. Ao mesmo tempo que o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis (CARLOS, 2007a: 14).

Para a Geografia Crítica o lugar é definido como espaço condicionado por processos multiescalares (CARLOS, 2013), deve ser concebido a partir do que lhe é universal - processos gerais da produção do espaço capitalista e da reprodução da vida humana - e do que lhe é singular, seu histórico local e peculiaridades culturais e

socioespaciais. Essa concepção reconhece o lugar enquanto espaço que é vivido no cotidiano, onde se materializam relações sociais mediadas pelo consumo (valor de troca) ou pelos usos e pertencimentos que remetem aos valores de uso do espaço.

A produção do espaço envolve vários níveis de realidade como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade: o da dominação política, o das estratégias do capital objetivando sua reprodução continuada e o das necessidades/desejos vinculados à realização da vida humana. Esses níveis correspondem à prática socioespacial real que se revela produtora dos lugares, encerrando, em sua natureza, um conteúdo social dado pelas relações que se realizam num espaço-tempo determinado, na qualidade de processo de produção/apropriação/reprodução dos indivíduos em sociedade. Tal prática ao se realizar no plano do lugar, expõe a construção de uma história coletiva nas atividades e nos atos da vida cotidiana como modo de apropriação que se realiza por meio das formas e possibilidades de acesso e uso dos espaços-tempos (CARLOS, 2013: 96-97).

Sposito; Goés (2013), por sua vez, aprofundam as possibilidades de aplicação do conceito de lugar, associando-o também à noção de práticas socioespaciais. A ideia é que os lugares são parcelas do espaço onde há práticas sociais compartilhadas por aqueles que ali moram ou trabalham, o que dá àquele grupo condições semelhantes de realização das suas necessidades cotidianas, como: onde comprar, quais vias percorrer e quais bens e serviços oferecidos na cidade pode-se obter.

Em sentido semelhante, Santos (1987) verifica a correlação que se estabelece, na prática, entre lugar e cidadania. Ao afirmar que o conceito de cidadania não deve apenas se referir àquela assegurada pela norma criada pelo Estado, o autor afirma que há nas cidades brasileiras cidadãos completos e incompletos, a diferença se estabelece entre aqueles que vivem em lugares onde os bens e serviços estão disponíveis (seja por meio da atividade estatal ou pelos preços acessíveis) e aqueles que moram nas periferias sociais da cidade⁹, lugares onde a vida social se desenvolve de maneira precária por causa da pobreza e pelo “desprezo do mercado e do Governo” dirigidos às pessoas que lá vivem praticamente abandonadas à própria sorte; se o governo de alguma chega a estes

⁹ Fernandes (1992) explica a diferença entre periferia geográfica, definida simplesmente pela distância em relação a um determinado centro, e a periferia social que se refere a lugares urbanos onde há condições precárias de infraestrutura e habitação, onde prevalece uma condição socioeconômica inferior.

lugares é para garantir que não cresça a rebelião e o banditismo; e se os negócios particulares chegam é para capturar a renda disponível no local, mínima que seja.

Cada lugar é, do seu modo, também o mundo, ainda que carregue em si uma diferença exponencial em relação aos demais. A emergência do lugar, especialmente no contexto de mundialização, não pode se dar a partir de um tratamento localista, uma vez que o mundo acaba por influenciar o urbano em toda parte; assim como se deve evitar também a simplificação cega, a partir de uma noção de particularidade que apenas leve em conta fenômenos pautados apenas por forças globais (BENKO, 1996; DIAS, 2017).

As práticas sociais no espaço correspondem às escolhas e ações que se procedem cotidianamente pelos mais diversos agentes sociais, associados ou não ao poder público e ao mercado privado (SPOSITO; GOÉS, 2013). Esta noção abarca desde as investidas de um determinado agente sobre o planejamento urbano, bem como se expressa através dos circuitos cotidianos das pessoas em seus usos e apropriações dos equipamentos e formas da cidade.

A emergência de lugares na cidade está relacionada a diversas circunstâncias, a depender das relações de vivência e pertencimento que se apresentam na realidade local, podendo se referir a uma rua, uma praça, uma vizinhança, um bairro ou até mesmo a uma cidade (CARLOS, 2007a).

Para compreender o papel do lugar e das localizações residenciais na cidade capitalista, considerando sua gestão e sua reprodução, Harvey (1980) evidencia a noção de que cada comunidade de vizinhança possui uma certa homogeneidade socioeconômica e ambiental, que define a condição de reprodução da segregação e ela atribuída.

A desigualdade entre os diferentes lugares da cidade está relacionado à repartição da cidade segundo os interesses dos agentes sociais, impondo aos grupos na cidade vantagens ou desvantagens, físicas ou socialmente produzidas, que terminam por condicionar a vida no lugar a partir de aspectos como disponibilidade de emprego, fatores de risco a saúde mental, acesso a mobilidade, ao saneamento, a existência de espaços públicos, amenidades ambientais, entre outros fatores (HARVEY, 1980).

Com base nesta ideia, Harvey (1980) explicou o que considera como

“diferenciação residencial”, resultado direto da expressão das desigualdades socioeconômicas no espaço, ocasionada pelo desenvolvimento geográfico desigual que termina por hierarquizar os lugares de moradia da cidade capitalista.

Para o autor, a diferenciação residencial é definida a partir da síntese de condicionantes ambientais, econômicas, sociais, culturais e políticas, correspondendo ao esquema geral de valorização e desvalorização dos espaços residenciais da cidade segundo a disponibilidade e manutenção de equipamentos de consumo coletivo e amenidades naturais. Deste modo, a gestão do poder público seria decisiva ao planejar as intervenções públicas e assim manejar a distribuição da renda local entre os espaços da cidade, geralmente associando-se ao mercado privado e produzindo zonas de relativa homogeneidade social, constituindo processos de segregação não apenas residencial, a exemplo da segregação que ocorre em espaços públicos, identificada por Serpa (2013)¹⁰.

Segundo esta linha de raciocínio, a diferenciação residencial nos moldes atuais seria uma característica do modo de reprodução contraditório da sociedade no espaço urbano:

A hipótese da diferenciação como imanente à produção espacial obriga-nos a desvendar os conteúdos dos processos constitutivos da ‘produção social do espaço’ fundada na contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada – posto que se trata de uma sociedade de classes. Nesse sentido, a diferenciação socioespacial é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente a escala do lugar. Tal situação implica em entender as mediações que se impõem num determinado momento histórico à relação sociedade/espaço (CARLOS, 2007c: 48-49).

Esta abordagem conduz, no espaço vivido, à diferenciação enquanto dimensão socioespacial das tensões e conflitos entre classes (operários, camponeses, burgueses, pequeno-burgueses ou subproletários), como afir Marx e Engels (2010). Assim, as classes sociais segundo o pensamento marxista serão aqui definidas em seu processo de apropriação do espaço urbano, o que significa compreender classes internamente diversificadas, compreendidas portanto enquanto

¹⁰ Ao estudar espaços públicos em Salvador e em Paris Serpa (2013) reconhece que há uma segregação socioeconômica e cultural no modo como os grupos sociais utilizam as áreas de praças, parques e praias em diferentes momentos do dia e da semana, concluindo que a reestruturação urbana pode agravar tal diferenciação.

frações de classe, que se apropriam da cidade a partir de condições socioeconômicas e políticas prévias, que são distintas e estão relacionadas a etnia, profissão, escolaridade, herança familiar, entre outros fatores (GORDILHO-SOUZA, 2000; RODRIGUES, 2013).

A realidade contraditória da estrutura econômica e social brasileira dividida em classes sociais é debatida por Oliveira (1972) que identificou no fenômeno da autoconstrução da moradia uma evidência significativa da superexploração das famílias que recebem remunerações próximas ao salário mínimo brasileiro. Para ele, a construção da própria moradia nas ocupações e favelas, – fruto da estrutura socioeconômica profundamente desigual e em grande medida miserável nas cidades brasileiras – demonstra como frações da classe trabalhadora e do subproletariado se encontram em plena desvantagem no que tange à cidadania e aos direitos sociais, de modo que, por sua condição histórica não consegue acesso a moradia digna, preceito constitucional.

Kowarick (1993) argumenta que a ideia de espoliação urbana explica essa condição de marginalidade imposta a muitos cidadãos na cidade, que vivem em extrema vulnerabilidade social, habitantes com residências precárias, que são inseridos em um ciclo de pobreza urbana, em assentamentos onde há eminência constante de impactos ambientais e problemas sanitários, como também identificou Seabra (1989), aos estudar ocupações ao longo do rio Tietê, na cidade de São Paulo.

A reprodução de invasões e favelas como forma particular do capitalismo brasileiro torna evidente que os estudos urbanos não podem deixar de observar como a diferenciação socioespacial tem se aprofundado, favorecendo reflexões sobre outros processos correlatos como a periferização, a segregação, a autoss segregação e a fragmentação socioespacial. A autora explica como o conflito colonial de matriz étnico-racial é também base para o quadro atual da espoliação e da autoconstrução nas cidades.

2.3 LUGAR E COTIDIANO

Os planos executados por agentes hegemônicos não tem implicado, especialmente na urbanização em países considerados periféricos, as determinações esperadas, de modo que a produção do espaço tem ampliado em âmbito local contradições importantes, resultantes das heranças socioespaciais e da organização coletiva das pessoas que resistem às condições precárias que lhe são impostas na cidade capitalista (CANETTIERE, 2016).

A luta por moradia e direitos básicos na cidade por parte dos trabalhadores (operários ou não) e desempregados são elementos que ajudam a estabelecer vínculos formais ou informais entre si e o espaço local, que perdura nas memórias e resistência aos problemas sociais, políticos, ambientais, econômicos vividos no cotidiano dos bairros populares (MOTTA, [2016]).

A reflexão sobre como as práticas dos moradores do bairro popular permitiram a construção social de lugares contraditórios ao *modos operandi* hegemônico da urbanização capitalista, pode ser favorecida com uso da teoria crítica do cotidiano:

Lidando com o cotidiano se coloca o acento no social, como nível mediador entre o econômico e o político, totalmente atingido por essas outras esferas do real. O social não pode permanecer, em termos de análise, submerso ao econômico e ao político. [...] A mesma base tecnológica e econômica pode sugerir sociedades concretamente diferentes, pois não se faz tábula rasa das maneiras de viver, dos costumes, dos simbolismos de um povo de forma absoluta, por mais rigorosos que sejam os processos reprodutores, envolvendo empresas e estratégias políticas. Pode-se definir como relações sociais não redutíveis às relações de produção, nem às superestruturas políticas. São relações de solidariedade, de associação, no sentido autogestionário. [...] A teoria não exclui aqui a transformação. Ao contrário, a crítica da vida cotidiana propõe 'mudar a vida' (DAMIANI, 1997)

Isso remete a uma percepção fundamental de que o cotidiano também é revelador de tensões e conflitos que são reflexos do mundo e da história, mas correspondem às suas expressões e singularidades que tangem o lugar, sua história e o dia-a-dia dos moradores.

[...] os grandes conflitos que se verificam no conjunto social provém dos conflitos da vida cotidiana, tentam dar-lhes uma resposta e, apenas quando

resolvidos, estes conflitos desembocam novamente na vida cotidiana transformando-a e reestruturando-a (HELLER, 1987: 96)¹¹.

Assim, uma teoria crítica do cotidiano deve compreendê-lo não a partir do determinismo econômico ou do predomínio universal do consumo, de modo que o conceito não deve apenas referir-se ao que é programado ou reproduzível, que compõem o universo das consequências das alienações possíveis.

Admite-se cotidiano como instância do possível, conferindo destaque a noção de desalienação (SANTOS, 1987; DAMIANI, 1997), que pode ser entendida no cotidiano a partir de uma mudança significativa na prática social e concepção individual/coletiva sobre o espaço, que se torna possível em decorrência da contestação ao próprio estado das coisas, que reside no potencial contraventor do corpo e das frações de classe situadas no lugar (HARVEY, 2000). Como “[...] nem tudo é programado, capturado, a cotidianidade, como resíduo, dá lugar ao informal, ao espontâneo” (DAMIANI, 1997), tornando possível a desalienação, ainda que relativizada.

Isso explica a ocorrência de práticas nas periferias das cidades capitalistas que muitas vezes não se constituem enquanto práticas tipicamente capitalistas engendrando a contradição inerente ao capitalismo brasileiro que é permeável a resistências e práticas divergentes aos seus princípios, como é o caso da autoconstrução, desde que essas assegurem a reprodução do consumo e da atividade econômica (OLIVEIRA, 1972; CANETTIÈRE, 2016).

2.4 BAIRRO E LUGAR

Entende-se que a diferenciação socioespacial pode ser analisada a partir do estudo dos lugares da cidade e suas diferenças e interconexões. E ao pensar a diferenciação espacial urbana no Brasil é difícil não remeter à referência do bairro, tal qual uma unidade socioespacial que abarca uma parte da população, das formas-conteúdos e das atividades de comércio e serviços na cidade.

¹¹ [...] los grandes conflictos que se verifican en el conjunto social provienen de los conflictos de la vida cotidiana, intentan darles una respuesta y, apenas estos conflictos quedan resueltos, desembocan de nuevo en la vida cotidiana transformándola y reestructurándola.

Por ser um referencial de caráter popular e institucional, o bairro tornou-se uma categoria importante para entender a cidade. Acredita-se aqui que a articulação do conceito de lugar com a realidade do bairro pode potencializar o estudo dos processos de diferenciação socioespacial na cidade.

Sobre bairro, Barros (2004) entende que:

O bairro revela, antes de tudo, uma forma física, um pedaço urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções, e um determinado tamanho, seu traçado segue uma lógica espaço-social. Ou seja, o bairro é uma unidade morfológica espacial e morfológica social ao mesmo tempo. [...]

A unidade dessas partes é dada fundamentalmente pela história, pela memória que a cidade tem de si mesma. Essas áreas, essas partes, são definidas essencialmente pela sua localização: são a projeção no terreno dos fatos urbanos, a sua comensurabilidade topográfica e a sua presença, cultural e geográfica suficientemente circunscrita (BARROS, 2004: s/p.).

Segundo as abordagens apresentadas pela autora, é possível definir o bairro como uma unidade física, mas definida histórica e socialmente, sua existência não prescinde a existência de uma oferta mínima de equipamentos sociais de uso coletivo, bem como de estabelecimentos comerciais para atender a população local. Barros (2004) estabelece que a população de um bairro deve ser maior que 5.000 habitantes, parâmetro que deve variar conforme características regionais e nacionais. A autora também defende uma ideia de bairro atrelada à consolidação de uma memória compartilhada pelos moradores acerca de uma parcela da cidade.

Essa perspectiva se verifica na sociedade quando ocupações precárias crescem e se consolidam e os próprios moradores passam defender afirmar que a favela se tornou bairro como modo de obter acesso a políticas públicas e valorização material e simbólica, esta prática é comum em Salvador, analisada no estudo de caso sobre o bairro Nova Constituinte em Salvador (ROSSI; PASSOS, 2017). Com o passar do tempo os lugares precarizados da cidade passam a ser reconhecidos socialmente e institucionalmente como bairro, como ocorreu com o Pero Vaz, Saramandaia, Santa Cruz, apenas como exemplos em Salvador.

Geralmente utilizado para falar de unidades intra-urbanas predominantemente residenciais, legalmente demarcados ou não, os bairros são concretamente um “referencial para a vida” (CARLOS, 2001), socialmente conhecido e mencionado no cotidiano como mais um elemento dentro do quadro geral dos marcos que localizam

e qualificam a percepção do lugar nas cidades, por meio da vivência e percepção dos indivíduos e grupos que possuem maior contato.

O bairro define-se através do vivido e do agir social, consolidando-se a partir da sua história. O bairro é, pois, polissêmico e não rigorosamente delimitável. Por outro lado, se a significação atribuída ao bairro não é a mesma para todas as pessoas o interesse pelo bairro pode concretizar-se, para uns, numa tomada de consciência dos problemas globais e numa responsabilidade acrescida, enquanto que para outros pode acentuar um comportamento de retraimento e de enquistamento, o que reforçará a política daqueles para quem o bairro não tem valor em si e não passa dum peão no xadrez que se joga a outra escala (GONÇALVES, 1988: 30-31).

Ao concordar também que o bairro é consolidado a partir da história e da sociedade, Gonçalves (1988) defende uma avaliação crítica sobre a dimensão política; a partir desta visão deve-se alertar para o fato de que a criação de bairros a partir do interesse popular pode ser fruto de uma agenda corporativa que venha a prejudicar a própria garantia de direitos ou a associação entre comunidades de vizinhanças periféricas. O fenômeno da favela, por exemplo, não se encerra necessariamente nos limites entre bairros, em alguns casos há uma continuidade interbairro, como no caso do aglomerado de bairros do Nordeste de Amaralina, estudado por Dias (2017).

A contribuição de Gonçalves (1988) implica uma reflexão importante para o presente estudo, uma vez que, ainda que as organizações políticas e sociais e o poder público reconheçam um bairro, muitas vezes não se deve desassociar seu processo histórico ou suas lutas por direitos de um contexto urbano mais amplo, que deve levar em consideração a produção do espaço de outros bairros, lugares ou subcentros contíguos.

Aprofundando a concepção sobre bairro, Souza (1989) afirma que:

[...] o bairro pertence àquela categoria de 'pedaços da realidade social' que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores de outros bairros da cidade, ainda que com variações (SOUZA, 1989: 149).

Há, inevitavelmente uma aceção política e histórica na realidade do bairro, na medida que além de ser muitas vezes ligados à divisões de cunho político-administrativo, como no caso das freguesias católicas nas cidades

brasileiras mais antigas, como Salvador. O autor admite também que o bairro é, muitas vezes, concebido a partir de um movimento político autônomo da sociedade. Em ambos os casos se trata de uma dimensão onde a coletividade converge em torno das reivindicações e demais práticas políticas na cidade:

[...] ele é um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação socioespacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana (SOUZA, 1989: 140).

Apesar de a maioria dos bairros possuir conteúdo residencial, como evidencia Gonçalves (1988), também possuem atividades comerciais e serviços. Partindo do mesmo pressuposto, Corrêa (1989) define o núcleo central do bairro, como área em meio ao contexto residencial que concentra equipamentos públicos e estabelecimentos privados de comércio, serviço, lazer, educação entre outros.

A realidade contemporânea das cidades brasileiras tem revelado que cada vez mais as áreas residenciais são permeadas por estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Mas diferente do estudo de Gonçalves (1988) para o caso português, pode-se dizer que no Brasil e na América Latina, nem sempre os bairros tendem a possuir um grupo homogêneo de habitantes, de modo que muitos são exemplos de bairros que abarcam a diversidade interna de tipos habitacionais que são ocupados por famílias de diferentes grupos de renda.

As palavras de Santos (1982) explicam bem a ideia de homogeneidade ou heterogeneidade social nos bairros de cidades brasileiras e latino-americanas:

O bairro dos ricos e da alta classe média, formado de casas isoladas ou prédios de apartamentos contrastando com as favelas, é uma constante em todas essas cidades, construindo um elemento bem característico da paisagem urbana pela sua relativa homogeneidade enquanto os bairros de classe média e pobre são frequentemente misturados. Mas a dosagem não é a mesma, e as favelas podem apresentar-se diferentemente, seja no seu aspecto externo, seja quanto aos equipamentos domésticos de que dispõem. Pode-se, então falar de 'favelas' e de 'semifavelas' [...] (SANTOS, 1982: 45).

O autor destaca que é insuficiente uma interpretação do bairro pobre enquanto espaço homogêneo, destacando que, até entre as favelas há diferenças em termos de infraestrutura, oferta de serviços e renda familiar. A partir desta concepção pode-se pensar que em bairros populares e populosos das cidades brasileiras, as dinâmicas de diferenciação socioespacial também se realizam segundo uma lógica de diferenciação socioeconômica e étnica que organiza historicamente o espaço do bairro, justapondo áreas pobres que recebem maior investimento público a outras muito precarizadas.

O modo como Santos (1982) leu a urbanização latino-americana, demonstra-se plausível para pensar bairros populares e periféricos em Salvador, na medida que muitos desses possuem uma diferenciação interna marcada pela existência de tipologias habitacionais e gêneses distintas como no caso dos bairros que possuem áreas com conjuntos habitacionais, loteamentos formais, barracos e edificações autoconstruídas de diversos tipos. Inúmeros estudos têm analisado a heterogeneidade interna existente em bairros periféricos em grandes cidades brasileiras (ARAUJO, 2010; CARLOS, 2001; GOUVEIA, 2010; DIAS, 2017; VALLADARES, 2005).

Isso permite dimensionar a favela como um fenômeno da habitação na América Latina, que pode ser, na concepção de Santos (1982), uma parte do bairro popular sujeita a maior precariedade, possuindo características ambientais e habitacionais que são particulares a cada região, país ou cidade, como no caso das 'vilas miséria' (Argentina), 'quebradas' (Caracas), 'barreadas' (Lima), 'jacarés' (México), 'mocambos' (Recife), favelas e invasões em Salvador, entre outros.

Ao refletirem sobre a dimensão das vizinhanças internas ao bairro, Souza (1989) e Barros (2004) convergem ao admitirem bairros como unidades da cidade frequentemente dotadas de profunda heterogeneidade. Segundo tais perspectivas as vizinhanças possuem peculiaridades, mas estão interconectadas no contexto mais amplo do bairro frequentando as centralidades desses, que pode ser entendido como o que Corrêa (1989) chamou de núcleos centrais.

Há, no entanto, uma discordância fundamental entre a definição de Souza (1989) daquela de Santos (1982), quando o primeiro afirma que bairro e favela devem ser necessariamente separados nos estudos urbanos. Souza (2000) reafirma

esta ideia ao considerar favelas como enclaves territoriais de controle do tráfico de drogas que seriam diferentes dos bairros populares, qualificando-as como aglomerados.

A definição presente nas reflexões de Souza (1989; 2000) demonstra-se empiricamente limitada para compreensão da realidade urbana brasileira e até mesmo da carioca ao não considerar favelas como bairros ou parcelas de bairros. Isso porque o autor acaba por desconsiderar o papel exercido por núcleos de comércio e serviço nessas áreas (ex: aglomerado de favelas da Rocinha no Rio de Janeiro), deixando de reconhecer a integração social, econômica, funcional, cultural, política e produtiva da população local, o que tem favorecido uma consolidação de favelas como bairros.

Apesar de o autor estar parcialmente correto ao verificar que muitas favelas estão totalmente isoladas do contexto dos bairros populares, sendo periféricas a estes e possuindo infraestrutura muito precária (SOUZA, 1989); um grande número de estudos, já comentados, identificaram que há também bairros onde convivem frações de classe distintas, subespaços residenciais diferenciados: entre loteamentos formais e informais, e também favelas com maior ou menor infraestrutura.

A heterogeneidade existente nos bairros de grandes cidades latinas pode ampliar o potencial explicativo do conceito de lugar, tirando o foco apenas dos lugares de encontro e convivência como praças e ruas, e utilizando-o para explicar o fenômeno residencial, que também abarcam lugares de interação, como as comunidades de vizinhança que compartilham a construção social do espaço local e por vezes até constroem suas praças e escolas.

A emergência do lugar de moradia no bairro advém das sociabilidades que integram pessoas e gerações ao longo da urbanização local, o que pode ocorrer por meio de práticas isolacionistas e uso de equipamentos intra-muros, como no caso de conjuntos habitacionais e condomínios; ou por meio das lutas, resistências e sofrimentos compartilhados pelos moradores de áreas em que predomina a autoconstrução (MOTTA, [2016]). Esses lugares emergem como referências dentro do próprio bairro, o que permite identificar parcelas dele que possuem certa homogeneidade socioespacial.

Ao associar a análise intra-bairro ao conceito de lugar torna-se possível verificar tais diferenças internas, seus significados, toponímia, integrações e fragmentações, e principalmente, as mudanças decorrentes de processos de reestruturação urbana. Essa abordagem apresenta-se útil para a análise da realidade de Pernambués na medida que se trata de comunidades de vizinhanças altamente impactadas por reestruturações urbanas relativas à expansão da atividade econômica na cidade do Salvador, com a construção do subcentro do Camarajipe, de grandes avenidas (Luis Eduardo Magalhães, Tancredo Neves, etc.) e de *shoppings centers* (Salvador, Bela Vista etc.).

Assim, a abordagem proposta neste estudo parte de uma definição de bairro que abarque uma diversidade interna, que confere ao conceito de bairro potência para a análise socioespacial, capaz de remeter a análise da diferenciação socioespacial na cidade.

Nesse sentido, Carlos (2001: 51) afirma que o morador da cidade grande e da metrópole “[...] não a habita em sua totalidade: a vida urbana é delimitada, dividida em frações tanto espaciais quanto temporais”. De todo modo, segundo a autora, a análise do bairro permite a reflexão sobre o espaço urbano. Neste sentido, a utilização do bairro como recorte de análise ou espaço de concepção não reduz o desafio de situá-lo segundo dinâmicas ou decisões apreendidas por outras escalas.:

[...] uma vez que o bairro não constitui uma totalidade em si, isto é, a realidade urbana não se reduz à do bairro, o que significa pensar a escala local em sua relação com uma totalidade espacial mais ampla, para que ele ganhe sentido explicativo. No plano da vida cotidiana, a articulação de escalas espaciais se esclarece nas articulações das ações que colocam o indivíduo diante das necessidades de reprodução da vida, compartimentadas e delimitadas pelas esferas do trabalho, do lazer e da vida privada, em um processo que transforma a cidade em mercadoria (CARLOS, 2001: 245).

A reflexão sobre lugar e bairro na urbanização contemporânea permite evidenciar como se processa a diferenciação socioespacial como fator imanente da reprodução do espaço nas cidades, permitindo analisar mais detalhadamente a ocorrência de processos de segregação e fragmentação socioespacial. O bairro assim não pode ser qualificado como uma totalidade, é apenas uma unidade social e política que deve ser levada em conta na pesquisa urbana. A heterogeneidade dos

bairros e a continuidade de fenômenos urbanos interbairros não permite portanto o estabelecimento de um espaço de concepção que coincida perfeitamente com uma definição de bairro, até porque esta pesquisa privilegia o estudo do lugar que não prioriza tais demarcações.

Nesse sentido que se admite aqui que um estudo científico sobre a urbanização de Pernambués não pode ignorar a Saramandaia, já que não se trabalha aqui com a verificação de limites precisos entre bairros. Por possuírem uma urbanização muito articulada, terem uma origem fundiária comum e uma população de características semelhantes, Pernambués e Saramandaia não devem ser analisados de modo dissociado, ainda que por uma trajetória política ou institucionais tenha sido demarcada tal diferença.

Não se pode desconsiderar, portanto, inter-relações e conflitos cotidianos nos circuitos e na vida dos que moram em Saramandaia e alguns lugares de Pernambués, como no caso do Jardim Brasília (Pernambués), que teve parte do terreno ocupado formando Saramandaia, onde a segmentação entre favela e loteamento formal se dá por uma rua (Numa Pompílio Bittencourt).

A partir dessa reflexão, afirma-se que os limites institucionais entre bairros não podem limitar a análise dos fenômenos socioespaciais, o que permite definir Pernambués enquanto espaço de concepção que abarca também a urbanização da Saramandaia.

Pernambués, portanto, possui um caráter periférico, na medida que seus moradores, em sua maioria, enfrentam diversas barreiras de acesso aos bens e serviços ofertados na cidade e no subcentro do Camarajipe¹². Tais barreiras impostas aos moradores de Pernambués são constituídas pela própria estrutura socioeconômica e cultural, que ao limitar a renda e a mobilidade urbana, implica a segregação socioespacial em relação aos principais áreas centrais/subcentrais da cidade.

A proximidade com loteamentos residenciais da Orla Atlântica (Pituba, STIEP, Caminho das Árvores) e com o subcentro do Vale do Camarajipe ocasionam uma maior oferta de transporte coletivo no entorno de Pernambués e uma maior

¹² Como será demonstrado, a urbanização de Pernambués está intimamente relacionada com a produção do subcentro do Vale do Camarajipe, que é adjacente ao bairro, sendo tal proximidade um dos principais fatores de atração populacional.

disponibilidade de empregos marginalizados (construção civil, vigilância, portaria, atendimento, lavagem de carros, entre outros); estes são os principais fatores que explicam a densidade da moradia popular em Pernambués, tornando-o um bairro populoso e heterogêneo, que continua a crescer.

Nesse sentido, ainda que seja uma realidade local, influenciada por diversas singularidades, Pernambués apresenta-se como espaço de concepção potente para o estudo do fenômeno urbano contemporâneo, por ser um espaço em plena transformação e constante reestruturação, capaz de apresentar nuances de como se processa a segregação e a fragmentação socioespacial de modo cada vez mais ampliado, também internamente aos bairros periféricos, na cidade do Salvador.

2.5 DIFERENCIAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Buscando explicar o quadro da segmentação e da estratificação residencial ocasionado pelo desenvolvimento geográfico desigual das cidades, a teoria crítica da Geografia Urbana desenvolveu a ideia de diferenciação socioespacial, que remete ao processo de constante segmentação dos grupos sociais e das funcionalidades no espaço da cidade (CARLOS, 2007c). Essa concepção é também a principal base da presente pesquisa, afinal, o conceito de diferenciação socioespacial é um princípio geral que permite refletir sobre dinâmicas correlatas como a segregação e a fragmentação.

Sendo tributário direto das ideias do desenvolvimento geográfico desigual e da divisão territorial do trabalho, o conceito de diferenciação socioespacial possui destaque nesta abordagem por ser um ponto de partida para compreender uma dada totalidade espacial. O termo 'socioespacial', discutido por Carlos (2007c), permite ressignificar a abordagem apenas residencial da diferenciação feita por Harvey (1980), ressaltando a diferenciação socioespacial como dinâmica imanente à produção e reprodução do espaço urbano em sua configuração multifacetada e contígua entre residências, comércio, espaços públicos, subcentros entre outros.

Ao partir da diferenciação socioespacial para compreender o fenômeno intra-bairro, objetiva-se ressaltar os conflitos e contradições presentes na escala local, que se expressam pela história e pelas características socioespaciais e

ambientais de cada comunidade de vizinhança do bairro (habitação, risco ambiental, renda etc.) permitindo também uma classificação dos núcleos centrais do bairro que concentram atividades e equipamentos públicos, comerciais, culturais e serviços (terminais de transporte público, comércio de alimentos, praças etc.). A análise da diferenciação permite, assim, sistematizar um quadro geral da estratificação residencial e da segmentação entre grupos de renda e centralidades dentro do próprio bairro.

Os processos históricos de diferenciação socioespacial têm implicado aos bairros populosos de grandes cidades a segmentação entre áreas residenciais para públicos de rendas diferentes, conforme reflexão sobre heterogeneidade discutida em item anterior, que expressa, nos bairros populares, as possibilidades habitacionais e o modo como se separam as frações da classe trabalhadora na cidade (RODRIGUES, 2013).

As frações da classe trabalhadora referem-se aos grupos sociais que possuem diferentes posições na divisão social do trabalho que são definidas por critérios como profissão, escolaridade, etnia, entre outros. Para compreender os fenômenos contemporâneos é fundamental pensar uma classe trabalhadora que não é homogênea o que se expressa também na organização das cidades e dos bairros. A condição do subproletariado, por exemplo, deve ser destacada por se tratar de um grupo social que foi alijado do mercado formal de trabalho, possuindo salários abaixo do mínimo e nenhuma comprovação de renda o que inviabiliza a sua cidadania.

Os argumentos apresentados nos leva a concluir que a diferenciação socioespacial ocorre a partir do privilégio de alguns grupos de trabalhadores, que conseguem residir nas habitações com maior acessibilidade ou mais próximo dos núcleos centrais. Pode-se falar aqui em categorias profissionais que obtiveram acesso facilitado à moradia urbana em bairros populares em várias cidades brasileiras, por meio de mecanismos de crédito financeiro pela categoria profissional ou comprovação de renda, como no caso dos servidores públicos, bancários, comerciários, entre outros. Além disso, pode-se falar de profissionais liberais e pequenos empresários locais que podem morar nas áreas mais valorizadas dos bairros, sejam aquelas residências situadas nas ruas principais ou nos loteamentos

com melhor infraestrutura, como no caso dos condomínios de Pernambués destinados a famílias de grupos de renda maiores, onde a renda média é de 4 salários mínimos ou mais, o que está equivalendo a cerca de R\$3.500.

Muitos autores admitem a diferenciação socioespacial como base para compreensão das dinâmicas intra-urbanas que implicam o desenvolvimento desigual das cidades (SANTOS, 1990; SPOSITO, 2013), compreendendo a diferenciação como processo imanente a reprodução do espaço urbano contemporâneo – verificável ao seu modo em cidades socialistas do Leste europeu¹³.

A diferenciação socioespacial presente na reprodução do espaço é a base principal para refletir sobre o conceito de segregação socioespacial, que segundo a abordagem utilizada nesta pesquisa, significa uma dinâmica sistemática que impõe barreiras aos pobres, sendo em maioria negros no Brasil, no uso dos bens e serviços dispostos nas cidades brasileiras, dinâmica que implica a espoliação urbana e consequente reprodução ampliada da pobreza.

A segregação é um conceito-chave para os estudos urbanos e ganhou força com as proposições da Escola de Chicago no início do século XX influenciando a análise da Geografia, do Urbanismo, da Sociologia e da Antropologia, entre outras disciplinas, tendo sido aplicado conforme diversas abordagens, como aponta a revisão bibliográfica feita por Vasconcelos (2013), Corrêa (2013) e Clark (1985).

Atualmente alguns pesquisadores têm criticado a utilização indiscriminada do termo segregação, o qual estaria banalizando seu valor conceitual, sendo usado para se referir a qualquer segmentação ou desigualdade vivida na cidade. Para lidar com essa questão, alguns geógrafos defendem o retorno ao uso tradicional do conceito, ressaltando seu sentido restrito:

[...] nós consideramos apenas a segregação involuntária, isto é, o processo que conduz à formação de áreas semelhantes aos guetos, nas quais a população é forçada a residir. Os casos mais representativos são os guetos judeus das cidades medievais e renascentistas, inclusive portuguesas ('judiárias'), os novos guetos implantados durante a ocupação nazista de

¹³ Ruoppila (2004) caracteriza a diferenciação socioespacial em diversas cidades como Budapeste, Praga, Tallinn e Varsóvia, durante a reorganização das cidades decorrente da emergência do socialismo de Estado, após a Segunda Guerra. Esses processos não ocorreram de modo homogêneo em todas as cidades, mas geralmente a diferenciação estava relacionada a grupos profissionais, como no caso da burocracia pública que tinha vantagens em Budapeste.

idades europeias, como Varsóvia, e os bairros negros segregados das cidades norte-americanas (VASCONCELOS, 2013: 24).

Segundo este autor, o conceito de segregação seria inapropriado para explicar o fenômeno urbano brasileiro de modo geral, proposição que diverge da abordagem aqui defendida, que entende que a opção por uma moradia precária, geralmente em sítios instáveis ou distantes, é involuntária, sendo efetivamente imposta a um grande número de pessoas (BRITO, 2005; GARCIA, 2006; SPOSITO, 2013; MAGALHÃES, 2015).

Corrêa (1979) também defende que a segregação no Brasil é uma tendência para a organização espacial das cidades, que se dividem em áreas de forte homogeneidade social interna, com grandes diferenças entre si. Esse modo de organização é resultado, em parte, do planejamento público-privado e da valorização seletiva de empreendimentos nos melhores sítios, onde apenas os que possuem renda mais elevada podem pagar os valores definidos pelos incorporadores imobiliários, como explica a teoria do uso do solo urbano defendida por Harvey (1980).

Nos lugares onde a maioria das residências foi autoconstruída, a ocupação ocorre em terras de propriedade dos Governos ou de particulares, mas que foram desvalorizadas pela presença de condições ambientais desfavoráveis, como encostas íngremes, vales inundáveis, concentração de poluentes, entre outros fatores (CORRÊA, 1979). Em muitos casos há acordos informais entre proprietários fundiários e ocupantes ou na grilagem por pequenos incorporadores que constroem lotes em terrenos ilegalmente ocupados para benfeitoria e posterior revenda. As condições da produção e da reprodução histórica da precariedade nessas comunidades de vizinhança apresentam-se como elementos de análise pertinentes ao conceito de segregação socioespacial.

Corrêa (2013) apresenta uma revisão de modelos teóricos que se consolidaram nesta temática, segundo abordagens positivistas ou dialéticas. A influência desses modelos foi significativa em muitas pesquisas sobre a realidade urbana nas cidades brasileiras até o final do século XX, que buscaram caracterizar a segregação decorrente da nova estrutura metropolitana e industrial ocorrida ainda

nos anos 1970-80.

Nesse sentido, vários estudos buscaram evidenciar a existência da segregação nas cidades brasileiras e também na cidade do Salvador. A definição dos setores residenciais soteropolitanos (Subúrbio Ferroviário, Miolo, Centro e Orla Atlântica) foram recorrentemente estudados sob a perspectiva da teoria da segregação socioespacial.

Tendo o caso de Salvador como exemplo, o Observatório das Metrôpoles (CARVALHO; PEREIRA, 2014) apresenta várias aplicações do conceito de segregação à pesquisa socioespacial. Neste livro, diversos estudos visam comprovar a existência de segregação segundo diferentes variáveis/indicadores: econômicos, educacionais, serviços públicos, formas espaciais, entre outros. Destaca-se também o estudo da segregação em Salvador segundo dados de valorização da terra e da especulação imobiliária (BRITO, 2005).

Apesar da discordância com a aceção sobre segregação proposta por Vasconcelos (2013), entende-se que é necessário aprofundar a discussão sobre o conceito de segregação, como ressalta Sposito (2013) ao dizer que, pela sua importância, este conceito não deve ser confundido com qualquer processo mais simples de segmentação ou diferenciação socioespacial. Trata-se do modo como as contradições entre classes implica aos grupos excluídos um ciclo de pobreza decorrente da precariedade habitacional, como explica Castells (1983):

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo da vida etc. Falaremos, por conseguinte, de uma estratificação urbana, correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição de produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de segregação urbana. Num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 1983: 249-250).

A segregação é decorrente da divisão do trabalho, na medida que segmenta o espaço segundo grupos de renda, implicando processos de extrema diferenciação socioespacial, disponibilizando para esses grupos espaços com condições adversas

em termos sociais e ambientais. Nestas condições, as famílias com baixa renda encontram-se tolhidas de direitos e são, geralmente, discriminadas, obtendo menor acesso aos espaços da cidade e direitos sociais, o que as isola facilitando a reprodução da condição de pobreza (SANTOS, 1987).

A segregação é assim um processo socioespacial que condiciona o cotidiano das pessoas na cidade a partir de elementos concretos (moradia, trabalho, meio de transporte, consumo de bens e serviços) e simbólicos, por decorrência da ação de agentes do poder público e da sociedade de classes, que buscam reproduzir zonas socialmente homogêneas na cidade e estabelecer barreiras de diversos tipos que possibilitem aos que tem maior poder aquisitivo ou compõem o grupo dominante um isolamento frente aos mais pobres ou tidos como diferentes (DAVIS, 2006). A segregação enquanto dinâmica intra-urbana, só pode ser compreendida espacial e temporalmente como um processo.

Apesar de não ser uma abordagem prioritária, deve-se aqui registrar que a segregação também se processa nos lugares públicos e de lazer na cidade, conforme aponta Serpa (2013) e Magalhães (2015), ao identificar como as praças e praias, por exemplo, são apropriadas por diferentes frações de classe e grupos sociais no cotidiano a partir de variáveis sociais e culturais, por exemplo.

Tem-se, portanto, uma definição de segregação que não se restringe aos espaços residenciais, sendo aqui concebida como segregação socioespacial porque diz respeito aos diversos processos de isolamento involuntário a que são submetidos os grupos sociais ou étnicos em suas possibilidades de uso da cidade, de modo que se tratando dos negros e pobres das grandes cidades, como Salvador, pode-se dizer que são grupos que preferencialmente encontram-se restritos ao “seu lugar” em condições mais extremas de segregação socioespacial.

Reside no conceito de segregação, portanto, a possibilidade de uma abordagem em diferentes recortes espaciais. Assim, é pertinente ao conceito de segregação socioespacial explicar os usos dos espaços públicos, evidenciando conflitos históricos que permitem analisar a diferenciação dos lugares na realidade de um bairro. O que se deve ter como premissa é que, em linhas gerais, essa dinâmica perversa tem sido reproduzida no cotidiano dos mais pobres por conta da estrutura econômica, social e cultural que coloca em desvantagem os que não

detém meios de produção ou profissões muito especializadas.

A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deterioração/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como expressão do estreitamento da esfera pública). Esta diferenciação ganha realidade como separação/apartamento, condicionando as relações sociais, assim como o modo como cada cidadão se apropria do espaço. Deste modo, a segregação surge em contradição à reunião (sentido mais profundo da prática urbana) como porta de entrada para a compreensão da condição urbana (CARLOS, 2013: 96).

Como destaca a autora, a dimensão espaço-temporal da segregação pode ser observada a partir das práticas socioespaciais do cotidiano. Entende-se, assim, que a segregação não é uma forma herdada ou uma proibição legal, mas um conjunto de condicionantes históricos, econômicos, sociais, culturais que limitam as possibilidades de utilização da cidade pelo cidadão no cotidiano. Isso não significa ignorar o papel da estrutura herdada e das jurisprudências na realização da segregação. Sobre a segregação como processo socioespacial multifacetado, Sposito (2013) explica que:

Essa perspectiva, além de oferecer elementos para pensar a segregação como um processo espaço temporal e não apenas como um fato, possibilita trata-lo em múltiplas escalas (da área residencial à da cidade), e em múltiplas dimensões (com destaque para as da relação entre a cidade e o urbano, entre o objetivo e o subjetivo) (SPOSITO; GOÊS, 2013: 280).

Entende-se que a segregação é um processo socioespacial, condicionado em grande medida pela modo capitalista de reprodução do espaço nas cidades. O papel do poder público é decisivo sendo parceiro dos empreendimentos privados ao assegurar a promoção de mais investimentos e equipamentos públicos nessas vizinhanças. Da atuação desses agentes podem-se consolidar tendências ao isolamento exagerado de vizinhanças residenciais em relação a outros espaços.

Parte-se do pressuposto, revelado por meio da leitura teórica, que a segregação imposta à população dos bairros populares em Salvador não resultou na reprodução de uma periferia homogênea. Deste modo, o bairro periférico também

pode ser *lócus* de heterogeneidade social, econômica e residencial.

Em estudo sobre o bairro do Pero Vaz em Salvador, Araújo (2010) identificou a “Grande Liberdade” como um agrupamento de bairros onde predominou a moradia de famílias negras, que com o processo de urbanização, teria dado origem a novos bairros, cada um com condições socioeconômicas e características socioespaciais muitas vezes distintas. Os dados apresentados por Araújo (2010) permitem considerar que algumas vizinhanças estão submetidas a processos mais intensos de segregação socioespacial, a exemplo daqueles bairros que surgiram das chamadas “invasões”, como é o caso do bairro do Pero Vaz.

Partindo do pressuposto de que, em bairros periféricos de Salvador é comum a ocupação por grupos de renda e categorias profissionais diversificadas, pode-se verificar que no caso de bairros de grande dimensão física e demográfica, como Pernambués, a segregação socioespacial pode ser identificada com maior intensidade no condicionamento de alguns lugares de moradia, mais do que em outros.

Um exemplo disso foi apresentado por Dias (2017) ao identificar as profundas diferenças entre residir e trabalhar na rua principal e nos becos e vielas de um mesmo bairro popular, perspectiva que reforça a existência de fluxos entre centralidades e periferias na escala intra-bairro.

A localização na rua principal ou em ruas secundárias importantes é um fator de diferenciação, tanto para os estabelecimentos que contratam trabalhadores quanto para os estabelecimentos que têm a sua força de trabalho totalmente concentrada nos membros da família, considerando a valorização do solo e o fluxo de pessoas que transita por estas vias. Para ter algum empreendimento comercial no Fim-de-Linha do bairro Nordeste de Amaralina, por exemplo, o comerciante precisa dispor de um capital maior, porque os aluguéis são mais caros, ou ser proprietário de imóvel na localidade. Para o Fim-de-Linha converge boa parte dos habitantes [...] (DIAS, 2017: 187).

Esse é portanto um aspecto sensível a ser considerado para análise da diferenciação em Pernambués, o que se verifica na prática, quando os imóveis das vias principais possuem maior acessibilidade e tendem a ser mais valorizados em termos econômicos, segundo dados apresentados por entrevistados que são proprietários de imóveis no bairro e os alugam.

Garcia (2006) endossa o desafio iniciado em Pinto (1998) de propor uma

crítica aos estudos marxistas da Sociologia e da Geografia que não contemplam a questão racial em seus estudos sobre a dinâmica da segregação urbana. Propondo uma perspectiva decolonial de abordar o caráter racial da segregação nas cidades brasileiras, Garcia (2006) desenvolveu um estudo de caso sobre a cidade do Salvador e do Rio de Janeiro, em que demonstrou semelhanças espaciais e históricas entre quilombos, senzalas e favelas:

[...] pode-se afirmar a partir da análise do modelo de organização e desenvolvimento do espaço das cidades do Rio de Janeiro e Salvador, que elas apresentam um grau importante de segregação espacial, que é também racial, na medida que os brancos que ocupam os estratos superiores destas cidades estão recorrentemente sobre-representados nos territórios de concentração dos capitais sociais, econômicos, culturais, educacionais e políticos promovidos tanto pelos mecanismos de mercado como de Estado, e, em sentido oposto, os negros estão confinados aos territórios mais desprovidos destas diferentes modalidades de capitais (GARCIA, 2006: 15).

Alguns esforços têm sido empreendidos buscando a articulação entre discriminação racial e a segregação urbana (ROLNIK, 1989; TELLES, 2003; GARCIA, 2006), evidenciando os desafios de tratar da questão racial em um país onde, usualmente, o racial dilui-se num social indiscriminado que encobre as diferenças de condições entre diferentes grupos sociais.

Telles (2003) demonstra que a raça não se constitui em uma categoria insignificante para a análise da segregação, não devendo estar apenas relacionada às diferenças de classe, que costuma ocorrer na pesquisa no Brasil. Em estudos realizados na cidade de Salvador, para Garcia (2006) o racismo estrutura a sociedade, perpetuando desigualdades raciais que também são econômicas, buscando legitimidade por meio de uma retórica anti-racialista, que reforça a naturalização da segmentação dos negros na cidade, restringindo seu raio de ação à marginalidade em termos sociais e espaciais.

Esta retórica amplia a resistência de alguns pesquisadores em reconhecerem na segregação um processo racializado, não anulando outras desigualdades apresentadas em âmbitos sociais e regionais do país. A segregação socioespacial e racial tem sido constatada em metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador (ROLNIK, 1989; TELLES, 2003; GARCIA, 2006; CARVALHO; BARRETO, 2007), sendo entendida como recriação de modelos

espaciais que implicam, majoritariamente, aos brancos as casas grandes e aos negros e indígenas as senzalas, representadas por habitações pequenas e precárias, remontando, por vezes, os mocambos da sociedade colonial escravista.

De acordo com Garcia (2006), o forte crescimento urbano observado na transição da sociedade escravista para o período republicano trouxe, entre outras consequências, a crise de moradias, com a expansão das relações capitalistas na produção da habitação, com a exclusão da maioria da população dos meios de acesso à casa própria ou ao aluguel; deste modo, aos ex-escravos só restou ocupar as terras não adequadas localizadas em encostas e fundos de vale.

Como admite Brito (2005) e Seabra (1989), situação parecida perdurou para os mais pobres no século XX em cidades brasileiras, quando aqueles que eram expulsos do centro da cidade e aqueles que vinham do interior em busca de oportunidades só tinham como alternativa ocupar terrenos, geralmente expostos a riscos ambientais.

Além de definir a segregação involuntária como parte da dinâmica social, política, econômica e cultural, também é preciso compreender seu oposto-complementar, que é a autosegregação:

Segregação e autosegregação seriam, dessa forma, facetas de um mesmo processo, uma vez que a distinção entre as duas proposições conceituais está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece. No caso da segregação, é a maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino-americanas, sobretudo pela situação socioeconômica. No que se refere à autosegregação, é o grupo com melhores condições (brancos na África do Sul, mais ricos na América Latina etc.) que opta pelo isolamento em relação ao conjunto da cidade que, para eles, é o espaço dos outros e, portanto, não mais de todos (SPOSITO; GOÉS, 2013: 281).

A relação entre esses dois conceitos (ou categorias) tem sido alvo de diferentes considerações. Pode-se considerar que Corrêa (1989) e Souza (2000) contribuíram decisivamente para divulgar o conceito de autosegregação entre os geógrafos brasileiros. Em linhas gerais, ambos buscaram explicar a autosegregação como um crescente fenômeno de dimensões sociais e espaciais a partir dos mesmos princípios que fundamentam a segregação urbana e a estratificação residencial apresentada por Castells (1983). A ideia é que a elite

econômica, associada ao poder público, promove loteamentos em sítios relativamente afastados da cidade, visando o isolamento voluntário dos ricos¹⁴.

Apesar de muitos pesquisadores estudarem o fenômeno da fortificação residencial ou das práticas de isolamento voluntário por meio dos condomínios e outras comunidades de vizinhança cercadas, nem todos convergem na adoção do termo *autossegregação*. Alguns apenas encaram esse isolamento dos grupos hegemônicos, como apenas um tipo de *segregação*:

Os loteamentos murados e condomínios fechados são apenas uma das formas de produzir e reproduzir o espaço urbano que concretizam uma das maneiras de *segregação* socioespacial. Embora os que se fecham intramuros neguem a troca com os semelhantes, eles não estão enclausurados. Saem dos seus refúgios quando assim bem o entenderem (RODRIGUES, 2013: 151).

Para a autora a criação de loteamentos cercados e condomínios representaria apenas uma das facetas da *segregação* socioespacial, motivada pelos objetivos de diferenciação residencial dos grupos sociais que possuem maior renda frente ao conjunto da cidade, de modo que a autora opta por não utilizar o termo *autossegregação*.

Considera-se então a *autossegregação* como uma variante do conceito de *segregação*, capaz de qualificar processos onde agentes sociais específicos buscam difundir valores relacionados ao privilégio de se isolar em espaços relativamente homogêneos, onde apenas as famílias selecionadas por afinidade socioeconômica ou cultural podem participar. São erguidas, então, barreiras concretas e simbólicas para evitar o acesso dos que são diferentes ou não se enquadram no perfil. Esta modalidade de *segregação* é reproduzida a partir das ações dos agentes do mercado imobiliário, Governos, em associação com moradores que apoiam e legitimam tais processos (DAVIS, 2006).

Esses processos favorecem a reprodução dos condomínios, a exemplo do modelo Alphaville, dos conjuntos habitacionais cercados, a exemplo de como foram construídos muitos conjuntos do BNH e do Minha Casa Minha Vida e edifícios com

¹⁴ Muitos autores qualificam como setores de amenidades os loteamentos e condomínios produzidos a partir da *autossegregação*, por que os sítios escolhidos normalmente atrativos como praias, rios, campos etc.

muros; todos esses vigiados e/ou isolados por distâncias e/ou barreiras físicas. Assim, o cercamento e a fortificação do contexto residencial é compreendido por Caldeira (1996; 2000), no contexto da segregação e da militarização das grandes cidades. Estas, por sua vez, não ocorrem apenas em bairros de população rica, tendo uma reprodução cada vez mais frequente nas periferias das cidades.

Em termos espaciais, a autosegregação tem produzido os “espaços residenciais fechados” (SPOSITO; GOÉS, 2013), que podem ser mais ou menos isolados e fortificados. Segundo Souza (2000), a formação desses espaços tem implicado o estabelecimento de “enclaves residenciais fortificados” que por vezes inibem a gestão e o uso de alguns espaços públicos.

A autosegregação tem se tornado uma dinâmica cada vez mais presente na reprodução do espaço das cidades, estando diretamente relacionado ao crescimento da sensação de insegurança vivido nas cidades brasileiras, possibilitado pela “militarização da questão urbana” (SOUZA, 2000), difundida pelo mercado da segurança, pelo poder público e pela mídia.

De uma parte, é tragicamente dialético que a criminalidade engendre, involuntariamente, várias formas de aquecimento da economia capitalista e reforço e legitimação de determinados interesses estabelecidos: da indústria de armamentos (a serviço dos delinquentes, das forças da repressão e também dos cidadãos desesperados) ou carros-fortes aos novos estilos de morar e consumir em (pretensa) segurança; da expansão da imprensa marrom que se nutre da violência e a realimenta até o fortalecimento do desejo de um Estado “forte” por parte da opinião pública amedrontada e manipulada. [...] A criminalidade, porém, não ameaça o capitalismo, nem intencionalmente, nem efetivamente (SOUZA, 2000: 190, 191).

O imaginário da sociedade que inspira práticas do poder público, do poder privado e do cidadão na escolha de sua moradia isolada tem sido influenciada pelo mercado da segurança, que envolve o contexto acima apresentado. Tal imaginário deve também ser reconhecido no estudo da segregação, uma vez que admite-se que o “fechamento da rua, o isolamento da rua no bairro” implica formas espaciais com usos mais restritos, constituindo uma construção social do “lugar enquanto ideologia, como auto-segregação” (CARLOS, 2007b: 99).

Portanto, a autosegregação é uma dinâmica que também favorece a construção social do lugar, porque implica uma vivência comum de um ambiente residencial relativamente homogêneo, onde espaços de lazer, por exemplo, são

gestados e usados a partir de interesses e regras estabelecidas conjuntamente, o que favorece um sentimento de pertencimento, bem como uma história local. Isso implica um esforço contínuo dos moradores na manutenção dos espaços coletivos, bem como da fortificação e da vigilância, exigindo custos e trabalhos dos próprios moradores ou de empregados contratados.

O estudo sobre espaços fechados, produzidos pela autosegregação, pode em muitos casos favorecer uma compreensão sobre os processos de urbanização, bem como sobre processos de diferenciação socioespacial intra-bairro, como no estudo sobre uma pequena área residencial fechada com famílias com padrão de renda mais elevado que da maioria das famílias situadas no entorno, bairro de Paripe, em Salvador (ROSSI, 2015).

Tanto Souza (2000), quanto Sposito; Goés (2013: 288-289), reconhecem que os processos de autosegregação têm influenciado não apenas a população de média e alta renda, a população pobre também busca certa “exclusividade”. O primeiro autor identificou que a militarização vivida nas grandes metrópoles fazia com que as pessoas buscassem espaços residenciais fechados, mesmo que em bairros populares, afim de manter uma sensação de segurança.

Sposito; Goés (2013) identificaram que a autosegregação é uma dinâmica fomentada pelos Governos e incorporadoras imobiliárias em seus empreendimentos; parte destes tem nos pobres seus consumidores, por buscarem boas taxas de financiamento e sensação de segurança. As facilidades de promover loteamentos fechados (irregulares) ou condomínios também foi ampliada com programas habitacionais, a exemplo do programa Minha Casa Minha Vida, que em vários casos financiou empreendimentos desta natureza (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

2.6 REESTRUTURAÇÃO URBANA E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Para além das possibilidades explicativas das dinâmicas de diferenciação, segregação e autosegregação, muitos autores têm buscado explicar contextos socioespaciais relativos ao uso e a funcionalidade da cidade por meio do conceito de fragmentação. O uso deste termo não é recente nas ciências humanas, mas que parece ter ganhado força, sobretudo no Brasil, a partir do final do século XX, para o

estudo de metrópoles e cidades grandes e médias.

A emergência da utilização mais ampla do conceito de fragmentação, revendo as abordagens meramente morfológicas ou econômicas que vigoram até então, só foi possível quando o pensamento crítico sobre as cidades incorporou a visão de que, no final do século XX, passou a haver uma relativa desconcentração das atividades econômicas, o que tem estimulado, desde então, constantes intervenções públicas e privadas com o fito de realizar reestruturações urbanas que favoreçam uma apropriação seletiva dos espaços residenciais e também dos seus acessos a bens e serviços (SOUZA, 2001; CARLOS, 2001; SPOSITO, 2013).

A ideia de que a reestruturação do espaço constitui uma força fundamental no processo contemporâneo de reprodução ampliada do capital na cidade, já estava presente nos estudos de Smith (1988) e Harvey (2000). Os autores compreendem o caráter potencialmente transitório do espaço produzido no capitalismo, uma vez que este pode a qualquer momento ser ressignificado ou reestruturado para atividades que venham a ser mais rentáveis.

Pode-se dizer que as revoluções tecnológicas e produtivas de alcance mais amplo no capitalismo, nos últimos 50 anos, implicaram um regime de acumulação flexível. Essa nova configuração da atuação produtiva sobre o espaço pode ser compreendida como processo de expansão do domínio do “meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006), possibilitando a reprodução do modo de vida e das relações capitalistas nas cidades.

Carlos (2015) afirma que a produção continuada do espaço da cidade é uma das principais estratégias de acumulação de riquezas desenvolvida pelos capitalistas no período informacional e financeiro em que se “redefine o sentido de espaço”, ressaltando a escala local e o conceito de lugar por meio das possibilidades de comunicação direta com outros lugares do mundo.

Essas inovações concebidas em escala mundial implicaram novas práticas espaciais de empresas em associação com o poder público, sobretudo nas grandes cidades brasileiras, a partir da década de 1970. Os processos de reestruturação produtiva (SOUZA, 2001; SPOSITO, 2013), com instalação de novos aparatos técnicos e informacionais têm possibilitado às empresas expandir sua atuação com maior facilidade. Essa desconcentração relativa ocorreu em grandes cidades com a

criação de subcentros e centralidades em setores e bairros.

Esta abordagem sugere que cidades grandes e médias no Brasil tendem a desenvolver uma organização multinucleada, por existir nelas, além dos centros originais, subcentros e outros núcleos locais. Há nos dias atuais uma tendência à expansão de centralidades e funcionalidades diversas e/ou específicas em certas partes da cidade, abrangendo seletivamente funções de atendimento na saúde, administração pública, comércio, lazer, entre outros.

As cidades brasileiras, como Salvador, têm passado por recorrentes processos de reestruturação, construção de vias e equipamentos que transformam decisivamente dinâmicas locais e às vezes regionais. A construção de novos subcentros planejados ou reforma dos que surgem espontaneamente, correspondem a um movimento de reestruturação funcional que favorece a desconcentração de atividades econômicas, sociais e administrativas na cidade.

Apoiada nos múltiplos subcentros urbanos as centralidades vão expandindo suas atividades que alcançam também os bairros mais distantes e as comunidades de vizinhança mais segregadas. Isso pode ocorrer de maneira formal ou espontânea, devendo-se considerar o papel do circuito inferior da economia na maioria das cidades do Brasil e da América Latina¹⁵. Essas ideias são importantes para refletir sobre a funcionalidade urbana da cidade do Salvador, onde foram construídos novos subcentros e surgiram novas centralidades no final do século XX, como afirma Santos, J (2008)¹⁶.

A construção de novas estradas, por exemplo, tende a inaugurar uma dinâmica completamente nova no seu entorno, implicando, muitas vezes, uma descaracterização ou destruição de bairros ou comunidades de vizinhança, intensificando processos de segregação e fragmentação (CARLOS, 2001). A reestruturação urbana quando acontece implica novos fluxos, alterando decisivamente a dinâmica da relação interbairros e intra-bairro e certas

¹⁵ Alimentado também pelo setor atacadista, o mercado informal tem papel de destaque para a compreensão da economia urbana brasileira, constituindo uma dimensão que deve ser considerada (SANTOS, 1979, 1982)

¹⁶ O crescimento físico e demográfico da cidade implicou sua reestruturação urbana com a criação de múltiplos subcentros funcionais em várias partes da cidade, mais recentemente a desconcentração alcançou o aglomerado de bairros chamado de Cajazeiras, que obteve a instalação de uma unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão, equipamento do Governo da Bahia, a construção do Shopping Cajazeiras e novas avenidas.

centralidades, esses circuitos tendem a ser cada vez mais complexos no século XXI.

Essa evidência tem colocado em cheque os modelos de segregação residencial amplamente divulgados no meio científico, que foram apresentados na revisão científica feita por Corrêa (2013). Esses modelos tornaram-se com o tempo obsoletos para compreender a complexidade do fenômeno de diferenciação na cidade atual, ainda mais fragmentada do que pretendem explicar os modelos de centro único, rodeados por setores de amenidades autosegregados e periferias sociais relativamente homogêneas.

Nesse sentido, a reestruturação urbana, com a dispersão das centralidades e o crescimento populacional, tem se configurado cada vez mais processos de fragmentação socioespacial. Isso porque qualificam uma reprodução do espaço cada vez mais submetida à lógicas e projetos corporativos que favorecem a reprodução do capital (Santos, 1990). Isso tende a produzir bairros menos integrados e com setores residenciais cada vez mais heterogêneos, a fragmentação socioespacial nesse contexto revela um resultado da constante e seletiva destruição e reconstrução de parcelas do bairro.

A fragmentação socioespacial é entendida como uma dinâmica (ou processo) imanente à reprodução do espaço atual em escala global que possui repercussões significativas principalmente em cidades grandes e médias. Sua compreensão requer uma análise articulada sobre diferentes dimensões da reprodução socioespacial contemporânea: onde são produzidos arranjos cada vez mais dinâmicos e complexos em prol da atividade econômica e das centralidades nas diversas partes da cidade. Há também, no contexto atual, um parcelamento intensificado da terra urbana, a verticalização e a concentração de usos distintos em áreas cada vez mais reduzidas da cidade. A análise do fenômeno urbano na atualidade exige portanto a identificação das novas características da segregação, o que pode ser melhor compreendido tendo como apoio o conceito de fragmentação.

Assim o crescimento das cidades, quando acompanhado de reestruturações que reproduzem a diferenciação nos termos expostos, acabam sendo organizadas de modo segmentado onde cada vez mais novas centralidades e núcleos fornecedores de bens e serviço são instalados com objetivos funcionais particulares, integrando cada vez mais os espaços às atividades capitalistas (SPOSITO, 2013), o

que vale também para a expansão do setor informal, que realimenta de várias maneiras o mercado formal.

No âmbito residencial observa-se, no Brasil, que a heterogeneidade dos empreendimentos, bem como os muros e sistemas de segurança, têm favorecido uma contiguidade cada vez mais recorrente entre comunidades de vizinhanças de características muito distintas, porém intensamente segmentadas. Isso ocorre porque, até nos bairros dos ricos, os fragmentos da terra urbana ociosos foram ocupados por famílias pobres por meio da invasão de terras ou de edifícios abandonados.

Esse contexto histórico-geográfico tem implicado a reprodução da fragmentação, favorecendo uma urbanização cada vez mais diferenciada na escala micro, de modo que cabe aos recursos técnicos e os produtos industriais garantir a diferenciação dos enclaves onde vivem os ricos em relação aos pobres, mesmo que estejam, às vezes, muito próximos¹⁷.

Santos (1990; 1992), um dos pioneiros a usar o conceito de fragmentação urbana no Brasil, o relacionou à noção de imobilidade relativa, que se manifesta no cotidiano dos moradores de modo diferente de acordo com o grupo social que participa e seu lugar de moradia na cidade, uma vez que ambos fatores definem aspectos como a renda, a acessibilidade a transportes, a presença de estabelecimentos de ensino de qualidade. O grau de imobilidade relativa seria, portanto, um dado qualitativo (que poderia ser quantificável) capaz de expressar os limites e possibilidades diários de uso da cidade para cada grupo social.

Inicialmente deve ser destacado que não se leva em consideração aqui os estudos que utilizam o termo fragmentação para expressar divisões político-administrativas, nem aqueles que analisam em termos estritamente morfológicos, ao se referir ao contexto ambiental ou simplesmente arquitetônico. Essas perspectivas existem, como afirma Vasconcelos (2013), porém não serão alvo de qualquer revisão bibliográfica neste trabalho.

Ao fazer a revisão bibliográfica do conceito desde o final do século XX, Vasconcelos (2013: 21) apresenta as diferenças entre abordagens dos estudos de

¹⁷ Os enclaves são espaços de circulação restrita tão arrojados que se tornam muito isolados, favorecendo a fragmentação, segundo Souza (2000) e Chetry (2014).

fragmentação em alguns países. Apesar das particularidades de cada abordagem, o autor conclui que esta dinâmica existe e deve ser analisada como “contraponto ao processo de globalização”, apesar de não ter surgido apenas com o advento da mundialização da economia.

Ainda que, num primeiro momento, a definição de fragmentação não fosse definido com nitidez por muitos autores, seu uso foi muito difundido para explicar diversos contextos espaciais afetados pela expansão mundial das forças capitalistas ao final do século XX, o que ajudou a constituir a globalização como campo de disputas políticas e epistemológicas (SANTOS, SOUZA; SILVEIRA (Org.), 1996).

Para essa corrente do pensamento, a fragmentação deveria ser superada, uma vez que correspondia a intensificação de desigualdades e conflitos socioespaciais decorrente da apropriação mundial cada vez mais predatória dos recursos estratégicos dos Estados e nações pelas corporações capitalistas (SANTOS, SOUZA; SILVEIRA, 1996). Esses autores pretendiam promover um diálogo latino-americano sobre impactos políticos-econômicos-culturais da globalização, não necessariamente para compreensão do fenômeno urbano, *stricto sensu*.

Nas últimas décadas do século XX, a fragmentação tornou-se alvo de muitos debates, sendo analisada à luz da globalização, que por reproduzir o desenvolvimento geográfico desigual em escala ainda mais mundializada, intensifica lógicas de reprodução espacial de isolamento entre grupos sociais distintos e os respectivos lugares de convívio. Esse contexto possibilitou, segundo Chetry (2014), que se tornasse mais recorrente o uso do termo fragmentação nos estudos urbanos.

Uma das primeiras abordagens sobre a fragmentação espacial foi feita por Corrêa (1992), que a definiu como uma prática espacial das corporações quando se organizam em “unidades cada vez menores” de atuação espacial, formando territórios específicos de responsabilidade/alcance de cada unidade da empresa. Há, segundo o autor, “uma faceta temporal nesta prática espacial” das corporações, assim como há também implicações sociais.

Esta abordagem foi amplamente divulgada no Brasil, sendo muito utilizada para explicar o fenômeno industrial e suas repercussões espaciais, fazendo uma leitura da fragmentação como uma racionalidade produtiva e, portanto, econômica,

onde a projeção empresarial da reprodução espacial implicaria uma fragmentação que afeta o contexto urbano-metropolitano ao favorecer a segmentação dos grupos e atividades funcionais.

Com base nessa abordagem microeconômica foi mais difundida a aplicação da noção de fragmentação no urbanismo, associado ao estudo da segmentação entre formas presentes na cidades, que eram assim dispostas no espaço urbano segundo sua utilização (econômica, residencial) conforme trata Gordilho-Souza (2000). Analisando a instalação de empresas e fábricas, Carlos (2008) também entende que a produção do espaço no capitalismo implica a reprodução mais ampla de cidades fragmentadas, fruto de novas práticas do mercado imobiliário e do comércio que reproduziriam novos arranjos espaciais a partir dos interesses da indústria.

Santos (1990), ao tratar da fragmentação urbana, teve como partida não apenas o fenômeno industrial mas a própria reestruturação urbana e a expansão dos subcentros funcionais e das centralidades na metrópole de São Paulo, sob a égide corporativa e informacional. O autor trouxe como dado empírico para sua leitura os circuitos cotidianos e as dificuldades vividas pela população de alguns bairros na circulação pela grande cidade. Para explicar o isolamento relativo e os prejuízos provocados pelo longo tempo e altas tarifas do transporte urbano, o autor recorreu a noção de “imobilidade relativa”, desenvolvida anteriormente em outro trabalho de sua autoria:

Seja qual for o espaço (e sobretudo nas zonas periféricas dos países subdesenvolvidos de economia liberal), as diferenças de mobilidade entre indivíduos são bem acentuadas. Muitos, prisioneiros de uma estreita fração de espaço, são praticamente imóveis. Essa imobilidade pode ser resultado da falta de acessibilidade física, seja pela ausência de vias e meios de transporte, ou pela sua impraticabilidade, seja pela inexistência de recursos consumíveis nas proximidades; mas pode também resultar da falta de mobilidade social, isto é, da carência de meios financeiros para comprar ou atingir os pontos de fornecimento ou de venda (SANTOS, 1992: 82).

Para o autor a imobilidade relativa advém do modo como o mercado em parceria com o poder público empreende na cidade, em termos de mercado imobiliário e serviços públicos, o que ocorre de modo seletivo, definindo os lugares urbanos segundo os padrões de consumo acessíveis aos seus moradores. Santos

(1990), ao estudar a diferença da imobilidade relativa entre bairros, pôde perceber a fragmentação ocasionada pelo modo como os agentes hegemônicos promovem uma oferta desigual de serviços públicos, geralmente regulados a partir de interesses privados, limitando diretamente o cotidiano dos moradores a circuitos mais curtos e precários, reproduzindo a fragmentação e a pobreza.

Apesar de ter semelhanças com a concepção de fragmentação em Santos (1990), Salgueiro (1998) compreende o fenômeno de modo distinto, afirmando que o desenvolvimento do capitalismo financeiro tenderia a superar o padrão organizativo que orientou a cidade moderna, que segundo a autora é a cidade do período industrial, sua superação teria dado lugar a uma cidade pós-moderna influenciada pela acumulação flexível, que promoveria reestruturações urbanas capazes de quebrar completamente a ideia de centros e periferias, reproduzindo o espaço urbano segundo um “padrão aleatório” (SALGUEIRO, 1998: 41).

Ainda que o liberalismo econômico estimule processos de fragmentação na cidade, há certa controvérsia nos princípios defendidos por Salgueiro (1998), inicialmente sobre a existência de uma pós-modernidade, segundo pela qualificação da cidade nesse período como “irracional” ou não-padronizada, o que não se verifica na realidade atual, onde a segregação, ainda que renovada, continua a condicionar a reprodução espacial da cidade. A aparência caótica da organização urbana atual se deve, como afirma Santos (1990), às novas possibilidades de os agentes corporativos promoverem a desconcentração seletiva dos capitais fixos, direcionados para o consumo de apenas alguns grupos específicos, através das regulações públicas.

Assim, não deve ser descartada a ideia de que a fragmentação reestrutura relações socioespaciais, promovendo um padrão de expansão corporativa no espaço urbano por meio da criação de múltiplas áreas centrais/subcentrais e centralidades funcionais. Isto faz ressignificar, sem negar, a concepção de organização da cidade moderna, correspondendo ao projeto de reprodução ampliada do capital com a desconcentração funcional.

Salgueiro (1998), no entanto, traz uma contribuição importante para a abordagem atual sobre fragmentação socioespacial, destacando que se trata de uma noção importante para compreender a segregação nas cidades de hoje,

afirmando que “[...] a fragmentação pode ser vista como a segregação na escala micro” (SALGUEIRO, 1998: 42). Segundo essa abordagem, a urbanização no neoliberalismo contemporâneo implicaria uma apropriação mais diversificada em escala local, descaracterizando a cidade segregada segundo setores homogêneos, bastante difundidos no século XX, e apontando para uma leitura da cidade onde a escala local ganha pluralidade e são ampliados os lugares demarcados por segmentação social e funcional.

Ao final do século XX, diferentes abordagens vão situar o conceito de fragmentação socioespacial em um campo comum, caracterizado por analisar a segregação e a diferenciação, segundo os termos da complexidade urbana atual, decorrente da reestruturação sistemática das cidades. Crescem, portanto, os estudos que utilizam o conceito de fragmentação a fim de explicar as novas nuances da segregação na escala local, tendendo a associá-la à existência de barreiras físicas, socioeconômicas ou simbólicas que separam geograficamente os grupos sociais no cotidiano, que às vezes residem muito próximos uns dos outros. Isso provoca a perda do caráter público da cidade, isolando socialmente os lugares de moradia, de lazer etc.

Neste contexto, os estudos sobre fragmentação do espaço urbano de Souza (2000; 2001) ganharam grande projeção, ao associá-lo ao conceito de território para estudar a dimensão que chamou de “tecido sociopolítico espacial”. Para o autor, casos extremos de segregação ou autosegregação, onde uma gestão não-estatal passa a ter o controle de um enclave territorial, são frutos da fragmentação do espaço urbano. Este fenômeno se apresentou para ele na realidade das quatro metrópoles estudadas (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Curitiba) segundo duas tipologias principais: a dos enclaves residenciais fortificados e os enclaves de domínio do tráfico de drogas.

Em ambos os casos, segundo o autor, a fragmentação decorre da incapacidade dos poderes públicos em gerir os espaços e promover serviços públicos aos cidadãos, criando espaços de uso controlado. Souza (2000) também considera que a fragmentação é de interesse de empresas privadas que atuam no mercado ilegal de armas e drogas, bem como no “mercado da segurança” provedor de produtos e serviços que envolvem os aparatos de vigilância e fomentam o

isolamento das pessoas por meio da ideologia do medo.

Na perspectiva do autor, a fragmentação espacial nas metrópoles estaria sustentada na militarização da questão urbana atual, explicando dinâmicas de controle do espaço local. Apesar desta abordagem sócio-política não ser adotada nesta dissertação, o estudo de Souza (2000) é revelador de problemáticas comuns à metrópoles e cidades médias brasileiras e reafirma que processos extremos de autosegregação e segregação têm implicado uma apropriação muito restrita e repartida da cidade pelo cidadão, gerando isolamentos socioespaciais.

Saindo de uma abordagem territorial e estritamente política, Carlos (2007a) argumenta que há uma correlação entre a fragmentação e a emergência de estudos sobre o lugar, isso porque, no contexto atual, as parcelas vividas do espaço da cidade tornam-se cada vez mais segmentadas. Nesse sentido que, ao analisar a reestruturação urbana, Carlos (2001) apresenta a fragmentação como dinâmica característica da reprodução espacial decorrente da construção da Av. Faria Lima na cidade de São Paulo, que teria proporcionado uma deterioração da convivência comum e pública, encerrando antigos usos e circuitos nas imediações, separando vizinhos, removendo comunidades de vizinhança e fomentando atividades segregadoras, isolando mais ainda os lugares e enfraquecendo os laços de pertencimento e convivência no bairro.

Carlos (2007a) apresenta uma relação direta entre o conceito de lugar e fragmentação, ao passo que considera que o processo de mundialização tem reproduzido lugares cada vez mais diferenciados, carregados de usos e apropriações ligadas ao mercado (valor de troca) e a outros aspectos da vida cotidiana e do pertencimento (valor de uso). No contexto de mundialização o conceito de lugar tem ganhado protagonismo ao ser ferramenta útil para compreender as nuances locais de um espaço altamente condicionado por processos de fragmentação.

A globalização e a fragmentação dão-se no plano do indivíduo, tanto quanto no espaço. Na sociedade essa fragmentação dá-se através da dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si, na vida familiar e social bem como na sua relação com novos objetos dentre eles a tv que banaliza tudo, da religião à política, através de seu poder hipnótico extraordinário que consegue transformar a guerra num aparato cômico (como aquele que vimos na "guerra do Golfo"). A segmentação da atividade do homem massacrado pelo processo de homogeneização, onde as pessoas

“pasteurizadas tornam-se idênticas”, presas ao universo do cotidiano, submissas ao consumo e a troca, capturadas pela mídia, encontram-se diante do efêmero e do repetitivo como condição da reprodução das relações sociais.

No caso do espaço — no lugar —, este aparece como produto de uma atividade dividida, onde a se fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada. Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas (CARLOS, 2007a: 36).

Também relacionando fragmentação e lugar, Sposito; Goés (2013), ao estudarem cidades médias em São Paulo evidenciam a fragmentação socioespacial “como uma nova forma de interpretar a segmentação social e espacial em sua complexidade” (SPOSITO; GOÉS, 2013: 296), compreendendo-a a partir da conjunção de processos que têm sido intensificados com as recentes reestruturações urbanas. Neste caso, as práticas espaciais das empresas, associadas em alguns casos às ações do poder público, reproduzem a fragmentação dos espaços, projetando uma cidade de circuitos cotidianos pré-planejados e isolados, atendendo aos interesses dos grupos mais ricos e segmentando as frações de classes sociais e seus eixos de circulação e consumo.

As autoras concluem que a fragmentação permite a leitura da cidade enquanto um mosaico dinâmico, de modo que as escolhas feitas pelos agentes hegemônicos sobre onde instalar as principais sedes de corporações, os bancos, os shoppings, supermercados, centros de saúde privada, entre outros; são concebidas de modo articulado com a distribuição dos serviços de transporte público (SPOSITO; GOÉS, 2013). As práticas socioespaciais das empresas em associação com os governos acabam por criar circuitos urbanos fragmentados que conduzem ao isolamento compulsório dos pobres e a autossegregação dos ricos.

Nas cidades investigadas por Sposito; Goés (2013) a diferenciação tem criado nos últimos anos mosaicos heterogêneos, muito condicionados por dinâmicas de autossegregação (com o crescimento do número de condomínios e das seguranças privados), criação de micro vizinhanças para públicos de diversas rendas (empreendimentos privados e programas habitacionais) e a intensificação da segregação socioespacial com vizinhanças muito isoladas e estigmatizadas, que

possuem raros meios de se libertar da condição de extrema pobreza, estando precariamente conectadas à dinâmica urbana em geral. Para as autoras, apenas nesses casos pode-se considerar a ocorrência da segregação socioespacial.

Com um repertório teórico semelhante, Magalhães (2015) realiza um importante esforço ao analisar dinâmicas da urbanização do litoral Nordeste da Bahia, vetor de expansão da metrópole soteropolitana bastante ligado ao turismo e à segunda residência (moradia sazonal ou de veraneio). Ao situar a construção da Estrada do Côco (BA-099) como um evento que promoveu reestruturação espacial, a autora argumenta que a partir da separação entre o setor leste (litorâneo) e o setor oeste (interiorano), a segregação e a fragmentação tornaram-se processos ativos na organização e reprodução do espaço urbano.

Magalhães (2015) identificou indicadores da segregação e da fragmentação (imobilidade relativa), observando a divisão socioespacial do trabalho e da habitação entre as localidades do Litoral Nordeste (pequenas vilas e povoados), concluindo que há um processo de fragmentação socioespacial que ocorre a partir da segmentação decorrente da construção da BA-099. Deste modo, a oeste da rodovia se situam as localidades mais pobres, onde residem os trabalhadores que se ocupam no setor de turismo e veraneio, situado a leste, onde predominam estabelecimentos voltados para famílias de renda média e alta. Neste contexto a mobilidade urbana seria desfavorável aos trabalhadores no acesso a praias e núcleos de lazer e trabalho.

A autora alerta para uma reflexão sobre como a fragmentação socioespacial influencia o espaço público, tema abordado por vários autores (CARLOS, 2007a; SERPA, 2013; SPOSITO, 2013). Em contextos de fragmentação socioespacial estes lugares tendem a perder seu caráter público de uso comum, tendendo a ser apropriados por grupos restritos e, por vezes, com estatutos privados, como pequenos shoppings, ou *boulevards* comerciais, loteamentos fechados, condomínios, que frequentemente dificultam o acesso a praças, praias, rios, entre outras amenidades públicas.

Nesse sentido que agentes do poder público e do mercado privado, ao estabelecerem valores de consumo e disponibilidade de serviços urbanos tendem a facilitar a acessibilidade dos grupos sociais que podem pagar, em detrimento

daqueles que dependem do serviço e das áreas públicas para ter lazer e trabalho; esse planejamento seletivo e corporativo promove a fragmentação socioespacial.

O exercício de referenciar essa discussão na realidade intra-bairro, implica reconhecer as especificidades dos bairros pobres na América Latina, que segundo Santos (1982), tem como particularidade uma notável diferenciação interna com diversos contextos de moradia, como na existência do que o autor chamou de favelas e semifavelas, essa diferenciação é menos frequente nos bairros ricos desses países.

Uma breve observação de bairros em metrópoles latino-americanas permite reconhecer como podem ser áreas populosas e com certa diversidade interna de contextos habitacionais e oferta de bens e serviços. No caso da Villa 31 com mais de 40.000 habitantes, em Buenos Aires, por exemplo, os novos projetos de reestruturação urbana devem transformar o bairro e tendem a favorecer a fragmentação socioespacial, a partir da criação de um parque elevado que deve valorizar áreas nas proximidades imediatas do novo equipamento. A fragmentação também é apresentada a partir do estudo etnográfico do bairro popular de José Maria Caro, na cidade de Santiago, no Chile (FLOCK, 2005).

Como exemplo no caso brasileiro, pode-se pensar nos assentamentos mais antigos em áreas de autoconstrução popular que com o passar do tempo melhoraram o padrão construtivo das habitações e alcançam alguma infraestrutura junto aos Governos ou por iniciativas locais, enquanto as ocupações mais recentes tendem a se localizar próximas aos limites, possuindo infraestrutura mais precária, quando há. Às vezes os mais pobres, ao adquirirem terrenos em novas áreas disponibilizadas pela grilagem, encontram dificuldades para investir na construção do imóvel.

Leituras sobre bairros populares no Brasil (ARAUJO, 2010; CARLOS, 2001; GOUVEIA, 2010; DIAS, 2017; VALLADARES, 2005) têm reafirmado a ideia de que estes não são homogêneos, sendo também *locus* para estudo das desigualdades em termos residenciais e socioeconômicos. No contexto da fragmentação socioespacial, o bairro se adensa e é constantemente impactado pela reestruturação urbana (CARLOS, 2001) que vão sutilmente diferenciando lugares, por meio da criação de barreiras materiais e/ou simbólicas que tendem a desagregar grupos

sociais e vizinhanças que compartilhavam o mesmo bairro de modo mais integrado no passado.

Esse isolamento interno dos grupos de um bairro popular é intensificado por inúmeras variáveis: físico-ambiental, renda de frações de classe, acesso a programas de moradia popular, tempo da ocupação, acesso a diferentes núcleos centrais do bairro ou da cidade, entre tantos outros fatores que podem ser analisados empiricamente para compreender e explicar a fragmentação socioespacial.

A descontinuidade entre lugares de moradia no mesmo bairro ou em bairros adjacentes, muitas vezes (mas nem sempre), é intensificado quando há inserção do tráfico de drogas ilícitas. Isso ocorre porque o contexto da guerra-negociação que ocorre entre alguns agentes públicos (policiais, políticos, servidores administrativos, etc.) e os grupos de traficantes locais, exige de ambas as partes forte militarização, trazendo danos diversos nos momentos em conflitos, que por vezes se dão também entre gangues que possuem alta rivalidade e a impõem aos moradores através do uso da força ou coerção.

Essa realidade tem implicado desvantagens no campo social e emocional de famílias que convivem nesses espaços de conflito, como evidenciou Telles (2010), implicando, em alguns casos, dificuldades de sociabilidade entre membros de um mesmo bairro que acabam por não conseguir driblar as rivalidades entre grupos dissidentes que atuam nele. Esse contexto favorece a reprodução de estágios de extrema pobreza, devido aos dramas pessoais e à desarticulação das famílias nos bairros populares, impactando diversos aspectos da vida social.

Para as implicações na sociabilidade entre os lugares do bairro, no entanto, não será utilizada a perspectiva de Souza (2000) sobre enclaves territoriais de controle do tráfico. Nesse sentido, é preferível admitir o tráfico varejista como mais uma atividade econômica existente no bairro e que se organiza pela instalação de “biqueiras”, aparelho da venda ou gestão do mercado local varejista (TELLES, 2010).

As consequências das disputas por biqueiras ou áreas de controle e os conflitos com a polícia, apesar de não serem os temas principais desta pesquisa, devem ser considerados fatores importantes para as sociabilidades do cotidiano,

implicando, muitas vezes, limites de circulação e fomento a conflitos entre jovens que ajudam a reproduzir a pobreza e a marginalização social.

Assim, o conjunto de dados históricos, sociais, econômicos e culturais compõem o mosaico interno de bairros populares de grande dimensão, como no caso de Pernambués. Cabe então apresentar de modo resumido como deve-se abordar o conceito de fragmentação socioespacial a partir dos dados do cotidiano intra-bairro.

Primeiramente deve-se entender a fragmentação como processo socioespacial. Trata-se de uma dinâmica que tem sido imanente à reprodução espacial em cidades médias e grandes integradas ao fenômeno urbano (SPOSITO; GOÉS, 2013). Isso ocorre porque as constantes reestruturações urbanas impõem sistematicamente o isolamento dos lugares e a perda de vínculos de pertencimento com os bairros e redução da convivência entre moradores (CARLOS, 2001).

Deve-se considerar que a fragmentação socioespacial é uma dinâmica multifacetada, podendo ser verificada a partir das diversas variáveis que compõe o quadro de imobilidade relativa imposta, em diferentes graus, às famílias mais pobres da cidade (SANTOS, 1990; 1992). Isso significa reconhecer também o papel dos agentes sociais na reprodução de segregações e de limites impostos às pessoas em seu deslocamento pela cidade (SANTOS, 1990; SPOSITO 2013).

Somado a isso, a fragmentação revela-se intensa na vida urbana quando as formas e conteúdos urbanos tendem a apropriar-se de parcelas do espaço cada vez menores com atividades mais concentradas, ignorando muitas vezes, zoneamentos funcionais que tendem a homogeneizar os setores da cidade. A diversificação, bem como o parcelamento mais intenso, dos usos da terra urbana em contextos de fragmentação socioespacial fazem a diferenciação do espaço se apresentar em escala cada vez mais local, favorecendo o uso do conceito de lugar e a confirmação de que ocorre uma difusão de núcleos centrais em bairros periféricos muito adensados.

Por último destacar que há, em termos analíticos, uma existência intrínseca das dinâmicas de diferenciação, segregação, autosegregação e fragmentação (SPOSITO, 2013; CHETRY, 2014). Nesse sentido o conceito de fragmentação permite uma leitura atualizada dos demais processos, ao negar as concepções que

demarcavam a segregação/diferenciação residencial entre grandes setores homogêneos da cidade, e avançar para uma leitura da segregação observada no contexto atual, onde a segregação ocorre entre lugares cada vez mais adjacentes.

Há de se pensar, no plano mais geral do urbano que, ao estabelecer tantos limites para a circulação das pessoas na cidade, os processos de fragmentação socioespacial, em termos políticos e culturais, tem reproduzido segmentações profundas entre as pessoas na cidade, fortalecendo barreiras cada vez mais intransponíveis e que acabam também por pulverizar as lutas sociais e repartir a visão sobre a cidade entre grupos e frações da classe trabalhadora, dificultando uma visão mais integrada sobre o urbano e o direito à cidade: “[...] uma cidade em processo de fragmentação socioespacial, na qual não se reconhece o direito de todos à cidade, sequer enquanto promessa ou perspectiva de futuro” (SPOSITO; GOÉS, 2013: 289).

Acredita-se, portanto, que as referências teóricas apresentadas neste item favorecem a utilização do conceito de fragmentação para a compreensão de dinâmicas urbanas contemporâneas, validando assim a possibilidade de utilizá-la para a compreensão do espaço de Pernambués em sua diferenciação interna. Ao buscar um enfoque a partir também da percepção vivida pelos moradores.

3. SALVADOR E A PRODUÇÃO DO SUBCENTRO DO CAMARAJIPE

Para entender a urbanização de Pernambués bem como a urbanização e a diferenciação socioespacial, que faz emergir lugares no bairro, é preciso considerar o próprio processo de expansão física da cidade do Salvador, as transformações na economia baiana (com o CIA e o COPEC), a imigração, a pobreza urbana e o processo de reestruturação urbana, pós-1960, que viabilizou novos setores residenciais, como a Pituba e o Caminho das Árvores e novos subcentros, como o Vale do Camarajipe.

Ocorre que a Bahia até meados do século XX era um estado com pouco dinamismo econômico, quadro que foi alterado ao longo das décadas seguintes. Esse conjunto de metamorfoses ocorridas em Salvador e em seu entorno imediato foi fruto da confluência de interesses de agentes sociais e grupos econômicos sobre o espaço baiano – entre os principais estão o governo federal e as empresas petroquímicas –, que fomentaram a industrialização, a construção de novas infraestruturas, além de investimentos públicos e privados, o que favoreceu a alteração no quadro demográfico da capital.

É nesse contexto que a inter-relação entre agentes externos (governo federal, Petrobrás, empresas do ramo da construção civil e da petroquímica nacional e internacional) e agentes do próprio estado da Bahia (governo do estado, Prefeitura Municipal de Salvador, empresas de construção civil e empresários baianos interessados no ramo petroquímico) tornou possível a reestruturação do espaço baiano, o que favoreceu a consolidação de vetores de crescimento metropolitano na cidade do Salvador e em seu entorno, o que assegurou uma relativa

desconcentração e ampliação das atividades urbanas, com a produção de novos subcentros na capital.

3.1 MODERNIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO NA CIDADE DE SALVADOR

A cidade de Salvador foi fundada em 1549, como cidade-fortaleza, sede administrativa do Governo Geral do Brasil. Para a Coroa portuguesa tratava-se de front estratégico para fins militares, religiosos e econômicos, de onde se poderia reunir as forças de defesa colonial e utilizar o porto natural para escoar a produção de cana-de-açúcar no Recôncavo. Assim foi consolidada uma cidade com função portuária e administrativa, que ao longo dos séculos XVI, XVII e parte do XVIII, tornou-se porta de saída da produção para a metrópole colonial e de entrada da população escravizada (SANTOS, 2008 [1959]).

O papel de centro regional de Salvador, exercido anteriormente pela capital da Bahia, foi enfraquecido com a decadência econômica estadual apoiada principalmente na atividade canavieira e fumageira no final da II Guerra Mundial, quando a economia baiana entrou em declínio, fato esse que convenientemente foi chamado de “enigma baiano”, resultado da aliança entre oligarquias mercantil-financeiras e coronéis do interior que mantinham o monopólio da atividade econômica, gerando “letargia econômica” e pobreza no interior (BRITO, 2007), o que contribuía com o fluxo migratório para capital ainda na primeira metade do século XX.

Para se ter uma ideia desse fato, em 1950 a cidade de Salvador, com uma população de 417.235 habitantes, possuía 86.065 domicílios particulares (CPE, 1960, p. 25) e o déficit de habitação estimado era de 16.539 novas unidades — mais de 19%. Nessa cidade, a infraestrutura urbana estava assim distribuída: a rede de abastecimento de água servia a apenas 32% de sua área; a rede de esgoto atingia 3%; e a rede de distribuição de energia elétrica, por ser explorada por particulares, atendia a 66% da população (BRITO, 2005: 58).

O Censo Industrial da Bahia (CPE, 1960) apontava uma fraca industrialização, contexto que ainda não havia sido superado com a inauguração, em 1950, da Refinaria Landulpho Alves (em São Francisco do Conde); e com a criação da Petrobras em 1954, que passaria a ter suas atividades prioritárias na Bahia

concentradas no Recôncavo. Brito (2007) afirma que houve grande expectativa de que os investimentos da Petrobras na Bahia trariam transformações radicais à economia do estado, o que infelizmente não correspondeu com a realidade, que mantinha a Bahia com uma economia agromercantil, com baixos salários e infraestrutura precária.

A cidade de Salvador se tornou ainda mais atrativa aos migrantes vindos do interior após 1960, motivados pelo processo de industrialização nos arredores da capital, por meio de incentivos fiscais proporcionados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), resultando na instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1968 e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978¹⁸.

A crise da economia baiana motivou a saída em massa de uma parte da população do interior. Deste modo, o processo de industrialização nos arredores da cidade do Salvador atraiu parte destas pessoas para a capital, enquanto outra parte considerável mudou-se para o Sudeste brasileiro.

Para se ter uma ideia, em 1950, a cidade de Salvador possuía 417.235 habitantes, sendo mais de 65% composta de negros e pardos, onde quase metade da população era analfabeta. Apenas 10 anos depois a população do município aumentou para 629.772 habitantes, sendo 61% de origem migratória (BRITO, 2005), crescendo cada vez mais rápida até a década de 1980, e crescendo mais rápido ainda a partir de 1991 (tabela 2). Apesar deste crescimento robusto da população da capital, a oferta de infraestrutura urbana era restrita e concentrada na área urbana que foi consolidada na década de 1950.

Os interesses do mercado imobiliário no que tange a incorporação urbana nos arredores da cidade foi anterior ao efetivo crescimento, tendo se revelado a partir de 1925, quando a Prefeitura Municipal de Salvador passou a autorizar loteamentos em áreas mais distantes da área urbana consolidada: Boca do Rio, Cabula, Itapuã, Pau da Lima, São Caetano e Valéria. Vale ressaltar que algumas áreas, onde foi construída infraestrutura urbana para incentivar empreendimentos

¹⁸ Para tentar reverter o quadro de estagnação que persistia na economia baiana e nordestina, o Governo Federal criou em 1959 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), o qual, em 1961 foi transformado na SUDENE para fomentar a instalação de empresas industriais e outros projetos econômicos na região Nordeste do Brasil.

imobiliários mantiveram-se desocupadas ao longo de décadas, já que essas glebas periféricas ainda não se apresentavam rentáveis para o mercado imobiliário (BRITO, 2005).

Tabela 2 - Evolução da população residente em domicílios particulares, por década, Salvador, 1960-2010.

Período	População	%
1950	417.235	–
1960	629.772	33,75
1970	1.007.195	37,53
1980	1.502.013	32,94
1991	2.075.273	27,62
2000	2.443.107	15,06
2010	2.675.656	8,69

Fonte: IBGE, vários anos.

Parte das famílias atendidas pelo mercado imobiliário formal ainda preferia residir nas proximidades imediatas da área central, como Dique do Tororó, Comércio, Baixa dos Sapateiros e Brotas, que foram alvo preferencial de valorização fundiária. Nestes bairros a verticalização foi fomentada pela incorporação imobiliária, como aponta Santos (2008[1959]), que registra por volta dos anos 1950, a expulsão das hortas e dos moradores que ocupavam prédios antigos nas imediações do centro da cidade, em lugares como o Dique do Tororó e a Av J. J. Seabra (Baixa dos Sapateiros).

Essas desapropriações intensificaram o déficit habitacional e promoveram a expansão da moradia popular para áreas mais distantes, com condições de serviços e infraestrutura precários. Nas décadas de 1940 e 1950 as invasões eram cada vez

mais recorrentes, tendo sido iniciadas em bairros hoje conhecidos como Pero Vaz, Uruguai, Nordeste de Amaralina, São Caetano, entre outros.

Em 1949 situa-se um importante marco para a urbanização da cidade sendo o ano da abertura da estrada que liga Amaralina e Aeroporto, hoje conhecida como Av. Otávio Mangabeira, que facilitou o crescimento do setor residencial e comercial da Orla Atlântica. Isso possibilitou, por exemplo, a urbanização da Pituba, de modo que ainda na década de 1950 muitos loteamentos foram aprovados e começaram a ser ocupados. Neste período foram construídos equipamentos importantes como o Colégio Militar da Pituba (1958) e a Av. Paulo VI (asfaltada em 1965)¹⁹.

De acordo com dados da CONDER (1978) Pernambués foi uma das localidades que cresceu, a partir de 1960, em decorrência da busca por moradia a preços baixos. O órgão atribuiu o interesse crescente de famílias pelas terras de Pernambués como resultante da valorização dos bairros mais próximos ao centro, que estavam sendo incorporados pelo mercado imobiliário privado, principalmente no distrito de Brotas.

Conforme destaca Garcia (2006), o histórico de marginalização imposto às populações pobres, geralmente negras ou pardas no campo ou na cidade implicou uma modernização bastante excludente em cidades brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro. A partir do segundo quartel do século XX, socialmente inferiorizadas e empobrecidas, ao buscarem oportunidades nas cidades, essas pessoas estavam submetidas à segregação urbana e racial. Neste contexto, a população pobre e desempregada (em grande parte) recorria às invasões de terras urbanas de propriedade pública ou particular, para dar solução ao problema da habitação, fazendo surgir as grandes áreas residenciais populares na cidade (BRANDÃO, 1981; BRITO, 2005; ARAUJO, 2008).

Neste período, a existência de poucos projetos de habitação popular para os removidos do centro e para os pobres em geral, fomentou a prática de invasões e do mercado imobiliário informal. Nestes casos a reprodução de áreas residenciais populares se dava através da autoconstrução das habitações e dos loteamentos informais feitos por proprietários de terras mal localizadas ou por grileiros. Estas

¹⁹ Vasconcelos, 2002.

áreas residenciais populares comumente se localizavam nas partes distantes, nos terrenos de fundo de vales, encostas de morros e na maré.

Visando facilitar a expansão do mercado imobiliário urbano formal, em 1968, a Prefeitura Municipal de Salvador deu início a um novo regime de propriedade da terra no município, ao privatizar as terras de propriedade do município que estavam sob o regime secular de enfiteuse²⁰:

A estrutura fundiária do Município de Salvador só veio a ser modificada no final da década de 1960, através da Lei Municipal 2.181/1968 que, sob o fundamento da necessidade de desenvolver e expandir o tecido urbano da cidade permite a venda do domínio direto dos imóveis da Prefeitura aforados, arrendados ou ocupados a qualquer título, devendo a renda auferida com a alienação ser utilizada para a execução de planos urbanísticos e para ampliação do sistema viário. Esse fato se deu porque as velhas formas de uso do solo, que eram firmadas por contratos de enfiteuse, se apresentavam como um obstáculo ao capital imobiliário, na medida em que se encontravam em mãos de velhos foreiros ou posseiros não-capitalizados excluía a possibilidade de associação entre o capital e propriedade do solo (GORDILHO-SOUZA; LIMA, 2004: 10-11).

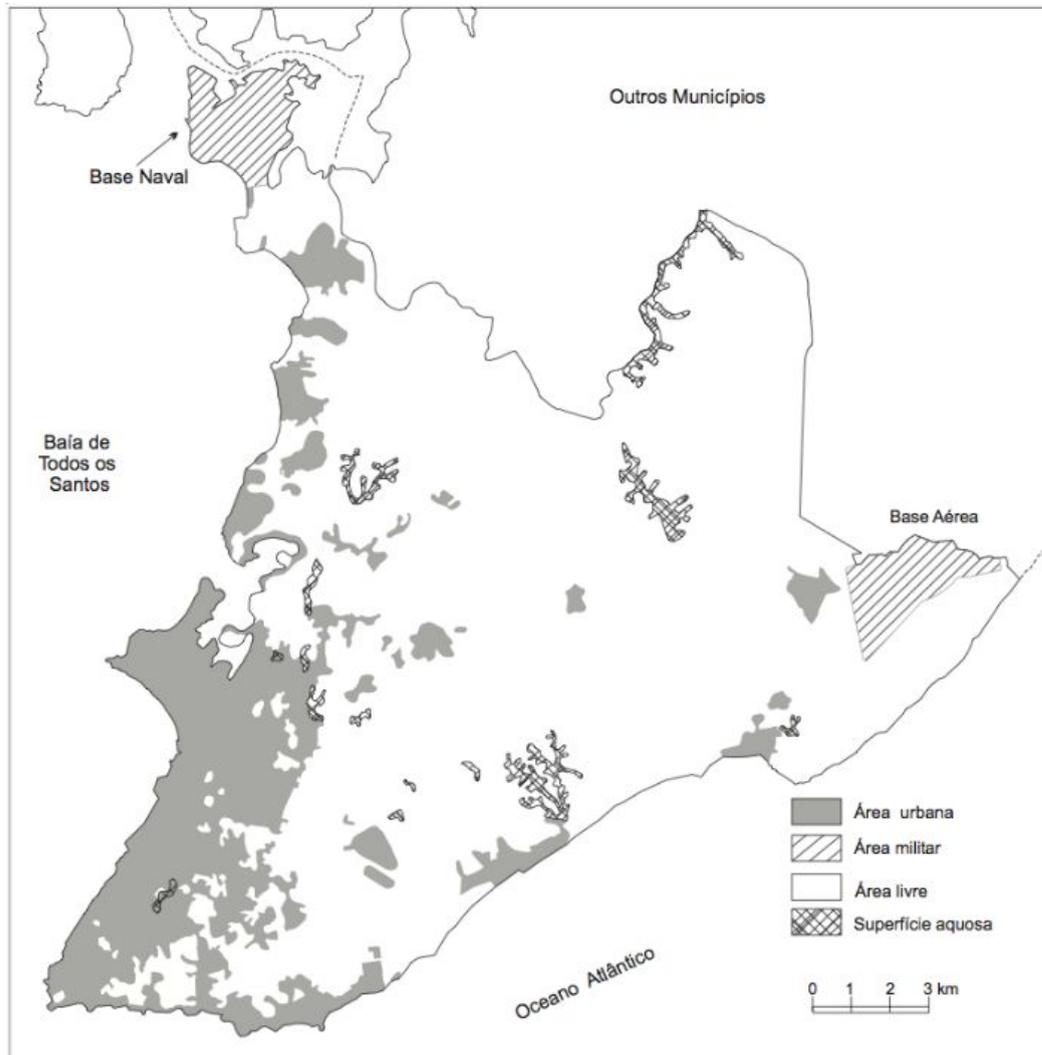
Ao final dos anos 1960 o perímetro urbano contínuo da capital baiana seguia da orla de Itapagipe até o Lobato, passando por São Caetano, Liberdade e Brotas até a orla de Amaralina conforme aponta a figura 2 (BRITO, 2005).

Em meio à estagnação econômica baiana, a cidade do Salvador foi expandida em condições muito precárias. Só são observadas transformações dinâmicas na economia baiana e no município de Salvador nas décadas de 1960 e 1970, sob a influência da SUDENE, com a industrialização, o que implicou a intensificação dos vetores de expansão econômica e residencial, como nos casos do Subúrbio Ferroviário (GORDILHO-SOUZA; LIMA, 2004) e de bairros do miolo²¹, que cresceram com a instalação de empresas industriais e comerciais e programas habitacionais populares.

²⁰ No regime de enfiteuse ocorrido no Brasil, a propriedade da terra era do Monarca ou do poder Estatal, sendo concedido aos cidadãos e instituições, como no caso da Igreja Católica, a posse e o uso. Esse regime, oriundo das Capitânicas Hereditárias, perdurou até o início do século XX quando foi, em grande parte. Permanece até hoje a enfiteuse em terras da Igreja Católica que tiveram seu uso concedido para urbanização, como por exemplo no bairro da Graça, em Salvador.

²¹ Miolo é um termo que evidencia o setor de Salvador situado entre a Av. Paralela e a rodovia BR 324, onde foram instaladas atividades industriais, conjuntos habitacionais, presídios, aterro sanitário e onde ocorreram ocupações populares (FERNANDES, 1990; BRITO, 2005; GORDILHO-SOUZA, 2000).

Figura 2 - Município de Salvador: ocupação e uso do solo (1968)



Fonte: Brito (2005).

3.2 REESTRUTURAÇÃO URBANA E NOVOS VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA

A partir do final dos anos 1960, com o aumento contínuo da população urbana ao longo de décadas e a reativação da economia baiana, em bases industriais: siderúrgica, mecânica, petroquímica, construção civil dentre outros, o município de Salvador pôde passar por um ciclo de investimentos econômicos que

envolveu o fomento industrial, habitacional e de infraestrutura, principalmente com as avenidas de vale²².

Organizado a partir de um contexto de promoção do urbanismo na Bahia e com apoios internacionais, especialmente norte-americano, o EPUCS²³ foi o principal responsável pela concepção urbanística da expansão física da cidade pela península. Vale destacar que a maioria dos projetos do EPUCS só puderam ser efetivamente financiados e executados cerca de duas décadas depois, em decorrência do momento econômico, que favoreceu a abertura da cidade para diversas atividades capitalistas:

A instalação do CIA [em 1968], seguida do COPEC [em 1978] e do Complexo do Cobre, induziu o aumento exponencial da população, sobretudo, na cidade de Salvador, contribuindo para dar início ao processo de metropolização dessa cidade. Nessa perspectiva, na administração do então prefeito da capital, Antônio Carlos Magalhães, foi implementado um plano de reestruturação da cidade, iniciado com a privatização das terras municipais, no sentido de dinamizar o mercado de habitação (reforma urbana de 1968) seguido da abertura das Avenidas de vale (proposta pelo urbanista Mário Leal Ferreira) e da localização seletiva de infraestrutura pública em áreas específicas da cidade, entre outras ações, com o fim de buscar atender as novas funções urbanas demandadas pela industrialização nos municípios em seu entorno. As ações de reestruturação urbana da capital, de certa maneira, tiveram sequência nas administrações posteriores (BRITO, 2007: 112, acréscimo nosso).

As políticas de urbanização implementadas pelos entes federados do Estado sob o regime militar convergiam para o objetivo de realizar uma reestruturação produtiva no Nordeste brasileiro que viabilizasse a atividade capitalista e a inserção no trabalho formal, o que propiciou investimentos em infraestrutura produtiva nas áreas metropolitanas²⁴.

O novo governo autoritário extinguiu antigos programas habitacionais – como a Fundação da Casa Popular, que fomentava a criação de loteamentos populares – e criou o Plano Nacional de Habitação (PNH), que tinha como objetivo o fomento ao setor da construção civil e o controle social e político do país, de modo

²² Parte destas intervenções foram concebidas ainda na década de 1940 pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador - EPUCS (VASCONCELOS, 2002).

²³ Constituído após a criação da Diretoria de Urbanismo e Cadastro municipal, funcionando entre 1942 e 1947, coordenado pelo engenheiro Mario Leal Ferreira (FERNANDES, 2010)

²⁴ Em 1972 foram criadas pelo Governo militar nove regiões metropolitanas, incluindo a de Salvador, este novo instrumento político-administrativo tinha como objetivo favorecer o desenvolvimento econômico, planejamento e integração entre municípios próximos às metrópoles.

que, paralelo à construção da moradia popular formal o governo criou mecanismos de reprimir duramente associações e grupos de favelados vistos como inimigos e opositores (MOTTA, [2016]).

Nesse sentido, a implantação do regime de exceção no Brasil pós-1964 implicou de imediato em transformações substanciais na estruturação do espaço urbano das grandes cidades brasileiras a partir da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em agosto de 1964, e de toda uma legislação especial com os respectivos fundos financeiros e órgãos gestores envolvidos no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) para tentar equacionar a grave questão habitacional e urbana no Brasil (BRITO, 2005: 60).

O PNH atuou a partir de diferentes diretrizes ao longo dos anos de chumbo tendo sido responsável pela difusão de algumas políticas de acesso a moradia popular formal, através, principalmente, de compra financiada de apartamentos e lotes construídos por empresas privadas patrocinadas pelo poder público (MOTTA, [2016]). Entre essas políticas destacaram-se o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB) e as Companhias de Habitação Popular (COHABs).

As políticas habitacionais, associadas ao financiamento no desenvolvimento regional, possibilitaram em poucos anos uma reestruturação significativa em Salvador, com a construção de nova infraestrutura viária e a estruturação de novos bairros populares formais com a construção de loteamentos e edifícios a partir de projetos da Companhia de Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) e Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOOCOP).

Deste modo que a construção dos novos e grandes eixos viários neste período, a exemplo da Av. Antônio Carlos Magalhães (iniciada em 1966 e concluída em 1975), a Av. que posteriormente foi batizada Tancredo Neves (1968), a Av. Luiz Viana Filho (Paralela – 1971 a 1974), a Av. Afrânio Peixoto (Suburbana - 1971) e a duplicação da rodovia BR 324 (meados de 1970), compõem as transformações ocasionadas pela reestruturação metropolitana ocorrida na capital, favorecida em grande medida pela política federal.

Neste período foi consolidada a expansão urbana de Salvador com a valorização diferencial do solo, produzindo vetores privilegiados onde havia disponibilidade de serviços públicos, infraestrutura e amenidades ambientais; por outro lado houve desvalorização das vizinhanças próximas a indústrias, presídios e

outros equipamentos que depreciavam o solo urbano por seus impactos socioambientais nos setores periféricos.

No final dos anos 1980, a cidade do Salvador, com quase 2 milhões de habitantes já apresentava estrutura urbana metropolitana consolidada, e se destacavam quatro grandes setores urbanos: a Área Central e sua periferia imediata, Orla Atlântica, o Miolo e o Subúrbio Ferroviário.

A Área Central e sua periferia imediata corresponde ao Centro Histórico, o Centro Antigo, Dique do Tororó, Península Itapagipana e outras áreas que foram urbanizadas até o início do século XX em decorrência, principalmente, da atividade comercial e bancária, ambas favorecidas pela importância que tinha o porto de Salvador para a economia regional (SANTOS, 1959).

A Orla Oceânica concentrava o mercado formal da habitação para famílias de renda média e elevada, por meio de processos de incorporação de terras à malha urbana, onde predominavam fazendas e residências de veraneio. Em meados do século XX algumas propriedades começaram a ser convertidas em loteamentos, como a fazenda Pituba com projeto aprovado em 1932 e ocupação iniciada nos anos 1960; a partir de 1970 novos loteamentos foram aprovados ao longo da Orla Oceânica e no STIEP (BRITO, 2005).

Esses loteamentos possuíam infraestrutura urbana básica instalada e um sistema viário mais complexo composto por diversas avenidas e outras ruas largas. Porém, contrariando o mercado e o Estado autoritário, o planejamento deste vetor não conseguiu impedir a presença dos pobres e suas habitações autoconstruídas (as favelas), de modo que no entorno dos loteamentos regulares e dos espaços residenciais fechados foram produzidas áreas residenciais de grande extensão e concentração populacional como o Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Bairro da Paz, Inferninho do Costa Azul, Calabar, Rocinha da Av. Sabino Silva entre outros (BRITO, 2005).

O setor conhecido como Miolo é limitado a Oeste pela rodovia BR324, a leste pela Av Paralela e a sul pelo rio Camarajipe. Trata-se de um setor diverso, onde estão situadas atividades públicas e privadas que desvalorizaram a terra urbana, com destaque para o aterro sanitário e dois presídios, além de fábricas e de

galpões de depósitos de empresas industriais e comerciais. É nesta parte da cidade onde foram planejados e construídos grandes conjuntos residenciais populares.

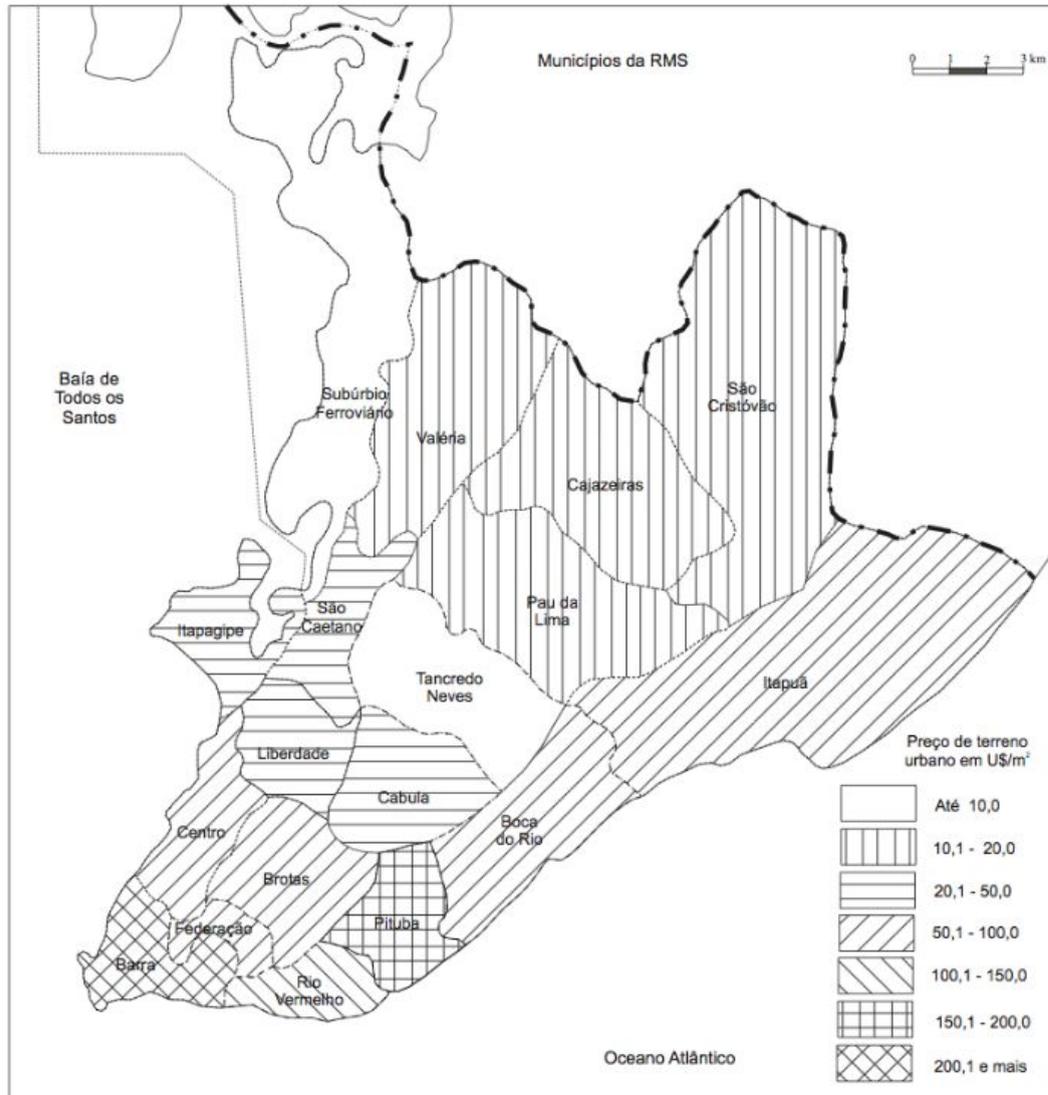
Por meio da intervenção da URBIS e do Inocoop do Governo Federal foram construídos ao longo das últimas décadas do século XX, os conjuntos de prédios (ex: Cabula, Doron, ACM, Cajazeiras, Dom Avelar, Pau da Lima) voltados para populações com menor renda familiar, geralmente entre três e cinco salários mínimos e em grande parte funcionários públicos. Alguns dos terrenos públicos também foram doados pela PMS para que o mercado imobiliário ou o próprio Governo construísse moradias populares, através da UBIS e do INOOCOP (BRITO, 2005).

O quarto vetor, o Subúrbio Ferroviário foi incorporado à malha urbana contínua de Salvador com a industrialização na RMS em áreas distantes do centro, como em Paripe, promovendo uma intensa transformação daqueles espaços, antes rurais/suburbanos e desvalorizados. Isso ocorreu em decorrência da proximidade desses bairros com as áreas industriais situadas na Baía de Aratu, no CIA e no COPEC, fomentados também com a construção do Porto de Aratu em 1975.

Trata-se também de um vetor bastante diversificado, na medida que possui dois subcentros importantes (Paripe e Periperi) e um terceiro em formação (Plataforma). O fato de ser uma área integrada ao recôncavo baiano, por meio do trem do Subúrbio, e a Salvador, pela Av. Afrânio Peixoto (Suburbana) e pela Estrada do DERBA (BA-528) estimulou diversas atividades comerciais bem como promoveu uma diferenciação significativa no campo socioespacial.

No final da década de 1960, através do Governo do Estado são construídos os primeiros conjuntos habitacionais para populações de faixa de renda de 3 a 5 salários mínimos, tipologia que até a década de 1980, irá se expandir significativamente nessa área do subúrbio, sendo alguns deles implantados em glebas de loteamento que já estavam aprovados. A sua ocupação também foi impulsionada a partir da construção da Avenida Suburbana, a partir do final da década de 1960. Nesses processos, observe-se ainda a presença de Loteamentos Públicos, implantados pela Prefeitura Municipal para abrigar populações removidas de invasões e desabrigados em situações de risco (GORDILHO-SOUZA, 2004: 9, 10).

Figura 3 - Preço médio de terrenos nas macro áreas residenciais de Salvador (2004)



Fonte: Brito (2005).

Ainda que tenham sido executados programas habitacionais e loteamentos residenciais voltados para frações da classe da trabalhadora, comerciantes, entre outros grupos com renda capaz de assegurar o acesso a moradia formal, a reprodução urbana em Salvador tem tido como dinâmica imanente a segregação com a reprodução das desigualdades socioespaciais, revelada pelas condições muito baixas de acesso à habitação e aos serviços públicos para a maioria da população. Essa realidade também se apresenta nos dados de valorização econômica da terra urbana, expostos na figura 3. Observa-se que o Subúrbio Ferroviário e Tancredo Neves desponta como macroáreas residenciais

extremamente desvalorizadas por conta das questões já expostas. As macroáreas periféricas apresentam valorização bem inferior àquelas que estão localizadas no vetor da Orla Atlântica.

A figura 4, por sua vez, permite observar a distribuição da população pelas Regiões Administrativas de Salvador segundo as diferenças de classe de renda, o que também permite identificar a diferenciação residencial e a valorização econômicas dos diferentes setores da cidade.

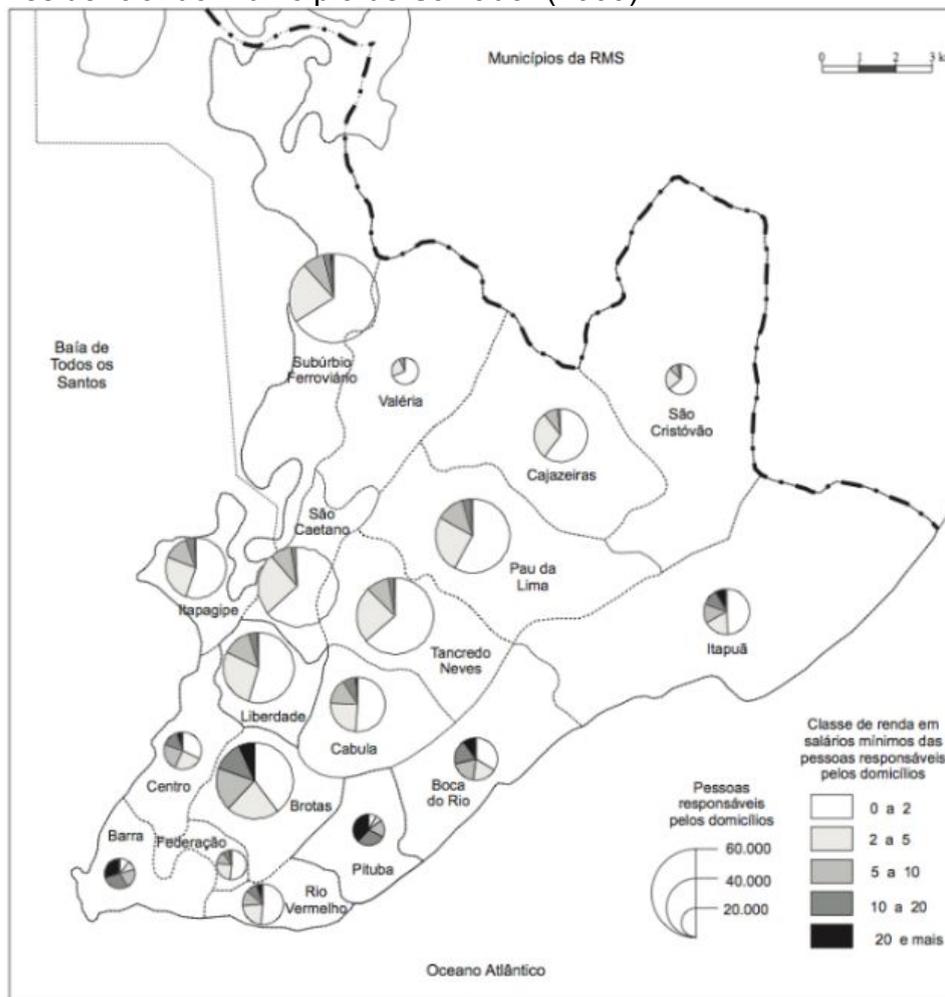
Conforme diagnosticou Santos J (2008), as intervenções urbanas nas décadas de 1970 e 1980 viabilizaram a reestruturação urbana que produziu novos vetores de expansão da atividade econômica em Salvador. Esta e outras leituras indicam a expansão de uma configuração multinucleada da cidade, em decorrência da criação de novos subcentros de comércio e serviços.

Nesse momento, a conjuntura era de transformações na economia urbana, com novos investimentos econômicos e uma decorrente desconcentração funcional. Com o crescimento populacional e no poder de consumo novos investimentos permitiram o crescimento da infraestrutura urbana através da produção de novos subcentros na cidade de Salvador, como os do Vale do Camarajipe, o de Periperi, Paripe, São Caetano, Largo do Tanque, Barra, entre outros.

A criação de novos subcentros funcionais em Salvador a partir de 1980 também foi estudada por Rodrigues (2001) que verificou que alguns desses centros possuíam uma atividade específica ou predominante, como no caso do Centro Administrativo da Bahia, criado pelo Governo do Estado da Bahia para sediar as atividades do poder público estadual e federal (executivo, judiciário, legislativo).

A criação de novos subcentros funcionais em Salvador a partir de 1980 também foi estudada por Rodrigues (2001) que verificou que alguns desses centros possuíam uma atividade específica ou predominante, como no caso do Centro Administrativo da Bahia, criado pelo Governo do Estado da Bahia para sediar as atividades do poder público estadual e federal (executivo, judiciário, legislativo).

Figura 4 - Renda média dos chefes de família por macroárea residencial do município de Salvador (2000)



Fonte: Brito (2005).

A desconcentração funcional resultou na deterioração do centro antigo que tem perdido importância frente a outros subcentro (RODRIGUES, 2001), a exemplo do subcentro do Vale do Camarajipe que possui atividade econômica comparável ao ao antigo centro expandido de Salvador (cidade alta e cidade baixa)²⁵, onde até hoje se situam a maior parte das sedes de bancos, por exemplo (SANTOS J, 2008).

A reestruturação urbana, apoiada também pelos avanços tecnológicos, tem viabilizado cada vez mais uma desconcentração das atividades econômicas para as periferias, por vezes favorecendo seu isolamento em relação ao conjunto da cidade.

²⁵ Santos (1959) descreveu o antigo centro expandido de Salvador como a área que corresponde à maior concentração de atividades administrativas e econômicas da cidade até meados do século XX. A área analisada como centro expandido pelo autor correspondia ao centro antigo (cidade alta) com predominância de atividade administrativa, a Baixa dos Sapateiros com presença comercial, e o Comércio que era o preferido dos bancos, pela proximidade com o Porto.

Um exemplo dessa expansão pode ser visto no aglomerado de bairros de Cajazeiras, que atualmente sedia agência bancária, shopping, unidade do SAC (Governo do estado) e um comércio local bastante concorrido.

3.3 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO SUBCENTRO DO VALE DO CAMARAJIPE

É no contexto da reestruturação urbana de Salvador, com a formação de novos subcentros e expansão/retração daquelas centralidades já existentes que é concebido e produzido o Vale do Camarajipe²⁶ como um novo centro econômico, financeiro e funcional da cidade, para onde foram transferidos ou instalados importantes equipamentos públicos e privados da cidade. Situação favorecida por este setor ser recortado por várias avenidas e constituir um dos mais importantes nós viários da cidade, com grande densidade de fluxos de transporte coletivo (DELGADO, 2014).

Para viabilizar a produção do subcentro do Vale do Camarajipe foram necessárias diversas obras de canalização de rios (SANTOS et al., 2010) entre outras intervenções com fito de assegurar o projeto. A consolidação do subcentro do Camarajipe viabilizou a consolidação de uma nova centralidade funcional urbana de alcance metropolitano com conteúdos ligados a atividades estatais, de lazer, saúde, educação, religião, comércio e serviços diversos, conforme identificou Rodrigues (2001).

As referências associam ao subcentro do Vale do Camarajipe espaços produzidos para novas centralidades, equipamentos como os Shoppings Centers da Bahia (ex-Iguatemi), Salvador e Bela Vista, além do Terminal Rodoviário, três estações de metrô e da sede do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (DETRAN) e da sede de grandes empresas de diversos ramos comerciais. Este setor corresponde às áreas da cidade articuladas pelos vetores conectados aos principais eixos viários: Avenidas Antônio Carlos Magalhães (ACM), Av. Tancredo

²⁶ Há diferenças nos termos utilizados para nomear este rio, sendo que alguns autores a denominam Camurujipe ou Camaragibe. Nesta dissertação optou-se pela denominação Camarajipe que corresponde ao nome dado por Santos et al (2010) no estudo da hidrografia de Salvador e por Vasconcelos (2002) na revisão histórica da cidade do Salvador.

Neves, Av. Magalhães Neto, Av. Luis Viana Filho (Paralela) e Acesso Norte; conectando-se com os principais vetores da expansão metropolitana.

O Vale do Camaragibe, nas três últimas décadas, tornou-se o centro cujos empreendedores imobiliários têm investido pesadamente, construindo shopping centers, centros empresariais e comerciais de alto padrão, tornando mais visíveis suas alianças com o sistema financeiro e com o capital comercial. Mas, está enredado numa trama que envolveu e envolve a criação de áreas residenciais destinadas a elite soteropolitana, mantendo esse objetivo nos dias atuais (SANTOS, J., 2008: 360).

Santos, J. (2008) explica que atualmente, o Vale do Camarajipe se tornou uma centralidade com volume de atividade econômica comparável ao da centralidade mais antiga de Salvador, situada entre cidade alta e cidade baixa.

Este contexto fomentou a construção de residências para famílias com renda média e alta no entorno do subcentro do Vale do Camarajipe, ampliando as áreas loteadas para moradia formal, naquele momento já consolidadas no vetor residencial da Orla Atlântica. Com a conexão direta com a Pituba e o Shopping Itaipara (inaugurado em 1980) pela av. ACM, o subcentro do Camarajipe tornou-se decisivo para estimular o mercado imobiliário a empreender em bairros como Pituba, Caminho das Árvores (loteamento aprovado em 1974), Costa Azul, buscando consolidar vizinhanças voltadas para famílias de alta e média renda.

A construção do subcentro do Camarajipe foi decisiva para pôr em franca transformação o modo de vida suburbano que prevalecia neste setor da península soteropolitana. Para se ter uma ideia da dimensão dessas mudanças, o próprio curso dos rios Pernambués e Camarajipe foram unificados e, em grande parte, canalizados para atender às demandas do planejamento público e dos interesses privados:

O “caminho natural” do Camarajipe desembocava no Largo da Mariquita, no bairro do Rio Vermelho, tendo como seu último afluente o Rio Lucaia, proveniente do Dique do Tororó, pela Av. Vasco da Gama, que o margeia. No entanto, na década de 1970, o extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento-DNOS, desviou o curso do Rio em razão de constantes enchentes nas zonas mais baixas do Rio Vermelho. Na região próxima de um centro comercial (Shopping Iguatemi), aproveitou-se o vale do Rio Pernambués para fazer a alteração. Por meio de dragagem e rebaixamento do substrato do vale, a foz do Rio Camarajipe foi modificada para a região

situada hoje entre a Praça Jardim dos Namorados e a Praia (SANTOS et al, 2010, p. 81).

Essa unificação entre as bacias, que teve seus primeiros desvios executadas pelo EPUCS entre 1943 e 1947 (VASCONCELOS, 2002) foi, portanto, parte das intervenções que viabilizaram o subcentro do Vale do Camarajipe. No caso da bacia do Rio Pernambués (figura 5), as consequências da urbanização tendem a ser cada vez mais evidentes com o gradual tamponamento e canalização da totalidade das fontes e córregos que compõem a bacia. Atualmente poucos são os trechos do rio onde a mata ciliar permanece preservada.

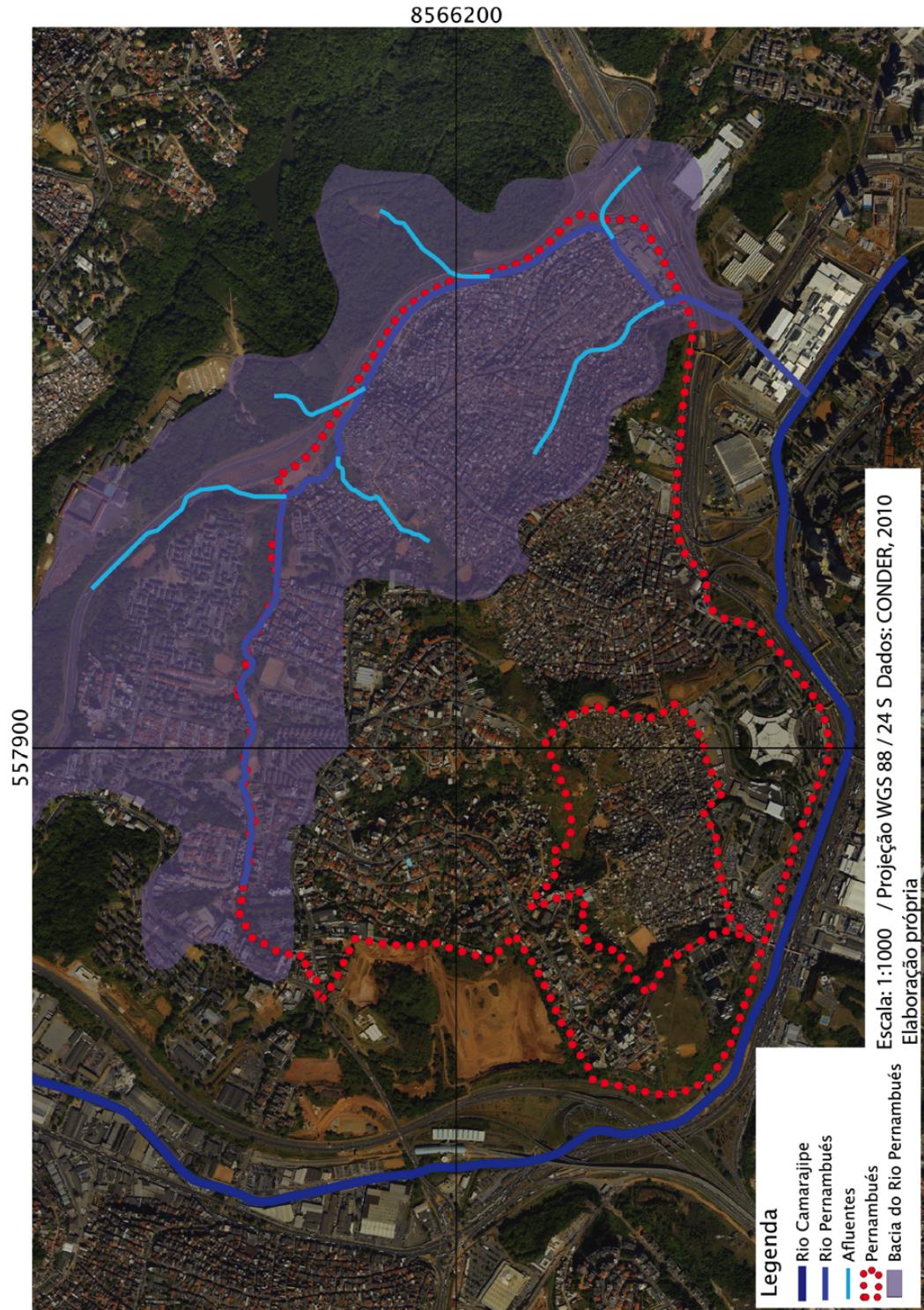
Pela rápida urbanização que passaram até 1980, as ocupações populares de Pernambués mais próximas do subcentro - denominadas Manguinhos e Baixa de Manu – perderiam, aos longo dos anos seguinte, suas as últimas hortas, tendo sido as primeiras a terem os córregos tamponados e as vias principais pavimentadas.

Percebe-se, portanto, diversos fatores que conectam a história de Pernambués, sua urbanização e consolidação como bairro com a produção do Vale do Camarajipe. Isto porque as novas atividades econômicas fomentaram também um mercado imobiliário não tão sofisticado nas áreas próximas, no Miolo, a exemplo do Cabula, do Pernambués e do Resgate, onde foram construídos prédios e loteamentos para pessoas de renda média baixa, bem como conjuntos habitacionais.

Pela rápida urbanização que passaram até 1980, as ocupações populares de Pernambués mais próximas do subcentro - denominadas Manguinhos e Baixa de Manu – perderiam, aos longo dos anos seguinte, suas as últimas hortas, tendo sido as primeiras a terem os córregos tamponados e as vias principais pavimentadas.

Percebe-se, portanto, diversos fatores que conectam a história de Pernambués, sua urbanização e consolidação como bairro com a produção do Vale do Camarajipe. Isto porque as novas atividades econômicas fomentaram também um mercado imobiliário não tão sofisticado nas áreas próximas, no Miolo, a exemplo do Cabula, do Pernambués e do Resgate, onde foram construídos prédios e loteamentos para pessoas de renda média baixa, bem como conjuntos habitacionais.

Figura 5 – Bacia hidrográfica do rio Pernambucoés, 2010



Fonte: elaboração própria (2017).

Figura 6 – Curso inferior do rio onde é drenado para o subterrâneo da Av. Paralela



Figura 7 – Escoamento das águas canalizadas do rio Pernambuco para o Camarajipe.



Fonte: adaptado de googlemaps, outubro/2017

O fomento à construção civil no entorno do Vale do Camarajipe ainda na década de 1970-80 estimulou a busca por moradia barata para as famílias pobres trabalhavam na construção civil ou em serviços de portaria, limpeza, etc. para esse novo setor residencial que surgia.

A dificuldade para um grande número de expropriados urbanos de adquirir a “casa própria” no mercado formal de terras e habitação, apenas disponível às famílias em condições privilegiadas de acesso a este bem, implicou o surgimento, nas imediações do subcentro do Vale do Camarajipe, de inúmeras ocupações populares que foram se consolidando ao longo do tempo, a exemplo da Saramandaia, Timbalada e Baixa de Manu.

Deste modo ocorreu a reprodução de vizinhanças por meio da autoconstrução popular, o que foi decisivo para ampliar o contingente populacional de Pernambués e assegurar sua consolidação funcional como bairro. Assim, apesar de serem espaços propícios à ocupação popular, algumas glebas de terras nas imediações do Pernambués e do Cabula também passaram a ser alvo de propaganda e incorporação imobiliária privada para famílias com rendas maiores ou com condições de financiamento.

4. PERNAMBUÉS: URBANIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL

Pernambués é um bairro popular da cidade do Salvador que possui também grandes dimensões físicas. Segundo o censo de 2010 do IBGE, lá residem 64.983 habitantes (BRASIL, 2010), sendo que 82,46% são negros ou pardos. Sendo considerado um bairro heterogêneo e de urbanização recentes – cerca de 50 anos –, Pernambués foi um espaço de concepção importante por ter permitido o desenvolvimento de reflexões sobre lugar, segregação, fragmentação socioespacial e reestruturação urbana, o que ocorreu a partir de um levantamento de sua história e de suas características socioeconômicas e ambientais, presentes neste capítulo.

4.1 DA HERANÇA RURAL E NEGRA À URBANIZAÇÃO DESIGUAL

A ocupação das terras conhecidas como Pernambués para habitação popular é relativamente antiga, estando, como destacou Nicolin (2016), assim como outras localidades adjacentes, relacionada à herança da ocupação quilombola neste setor suburbano da cidade no século XIX, que atualmente corresponde ao Cabula e seu entorno, como destaca Fernandes (2003):

Ali, no 2º distrito, encontravam-se sítios que correspodiam aos eixos de expansão de Salvador naquele século, como: as ruas da Cruz do Cosme, do Pau Miúdo e do vale do rio Camurujipe, o Largo do Resgate, a Estrada do Cabula, a Estrada de São Gonçalo, Pernambués, Mata Escura e a Estrada das Boiadas. De acordo com J. Reis, esta area semi-rural se caracterizava pela existência de muitos quilombos e espaços religiosos, onde, por vários motivos se destacava o Cabula: em 1807 tem-se notícias do combate ao Quilombo do Cabula. O primeiro registro baiano da palavra *Candomblé*, designando um local de culto africano, foi em 1826, em um documento policial que se referia precisamente a um Terreiro no Cabula (FERNANDES, 2003: 169)²⁷.

²⁷ “Allí, en el 2o distrito, se hallaban sitios que correspondían a los ejes de expansión de Salvador en aquel siglo como: las calles de la *Cruz do Cosme*, del *Pau Miúdo* y de la *Vala* hasta el rio *Camurujipe*, el *Largo do Resgate*, la *Estrada do Cabula*, la *Estrada de São Gonçalo*, *Pernambués*, *Mata Escura* e a *Estrada das Boiadas*. De acuerdo con J. Reis, esta área semi-rural se caracterizaba por la existencia de muchos *quilombos* y espacios religiosos, donde, por varios motivos se destacaba el Cabula: en 1807 se tiene noticias de combate al *Quilombo do Cabula*. El primer registro baiano de la palabra *Candomblé*, designando un local de culto africano fue en 1826, en un documento policial que se refería precisamente a un *Terreiro* en el Cabula.” (FERNANDES, 2003: 169).

O termo Cabula advém da expressão *quincongo Kabula* que remete a um sacerdote e a um ritmo religioso, termos de origem banto, língua falada em Angola e no Congo (MOTA, 2016; GOUVEIA, 2010).

O Cabula e seu entorno, antes da abolição da escravidão no Brasil, era uma extensa área de mata nos arredores da cidade do Salvador (figura 8) para onde parte da população escravizada que conseguia escapar do cativeiro se dirigia em busca de refúgio, o que ocorreu até o último quartel do século XIX, favorecendo a ocupação quilombola no Cabula²⁸.

Com o fim da escravidão legal por meio da abolição em 1888, a população negra pôde permanecer nos quilombos e circular na cidade com menores preocupações de perseguição por parte do Governo e dos fazendeiros, sem que isso significasse ter a propriedade da terra; viviam como meros ocupantes dessas terras, de onde tiravam o próprio sustento. Os quilombos aos poucos foram sendo incorporados pela cidade, como vizinhança, mas, em regra, em piores condições de infraestrutura urbana.

Nicolin (2016) define como *kipovi cabuleiro* o modo de resistência e expansão da cultura afrodescendente nas adjacências do Cabula, decorrente da ocupação quilombola no século XIX e das mudanças evidenciadas na transição para o século XX, quando a ocupação popular e negra alcançou bairros hoje consolidados como Beiru, São Gonçalo do Retiro, Pernambués, Sussuarana, Estrada das Barreiras, entre outros.

As lideranças religiosas descendentes de quilombolas que foram formadas sob os valores do *kipovi cabuleiro* foram os principais agentes da ocupação popular nas matas do entorno do Cabula (NICOLIN, 2016). Ao instalarem seus Terreiros de Candomblé nesta parte ainda não urbanizada de Salvador, fomentaram e deram suporte a outras famílias na ocupação dos terrenos vizinhos, tornando-se referências comunitárias locais, fazendo com que se ampliasse cada vez mais a ocupação negra nessas áreas.

²⁸ Os quilombos do Cabula foram responsáveis por muitas lutas de resistência e de libertação, sendo considerados muito perigosos para as atividades estatais ocorridas nas rotas suburbanas ao longo do século XVIII e XIX, como no caso da revolta de escravos ocorrida em 1826 que teve como resultado a repressão e a prisão de líderes locais (MOTA, 2016).

militar, Manuel Pinto (Nezinho), fundador da primeira associação local, a Sociedade Beneficente 10 de Julho²⁹. Mãe Hilda “[...] contribuiu para expansão da comunidade negra em Pernambués” (NICOLIN, 2016: 124) promovendo ações comunitárias e dando suporte às famílias; o seu Terreiro de Candomblé estava localizado na parte mais alta da rua, hoje denominada Av. Hilda, em sua homenagem.

As datas de fundação dos Terreiros de Candomblé que existem até hoje em Pernambués (quadro 1) revelam que muitos destes templos religiosos foram construídos antes da construção formal do bairro na década de 1970. Como afirma o sr. Valdemar Ferreira Rodrigues (conhecido como Lulinha): “[...] no início aqui de Pernambués tinha muitos terreiros, só aqui na Baixa de Manu me lembro de uns quatro ou cinco, tinham muita influência, hoje diminuiu bastante”, ele afirma também que “nessa área do Cabula tinha muito, tem até hoje né, o [Ilê Axé] Opó Afonjá na Estrada das Barreiras”³⁰.

Essas são evidências que reforçam a tese de que os novos Terreiros de Candomblé que surgiram ao longo do século XX foram precursores da ocupação popular em Pernambués, assim como foi em partes do Cabula e entorno.

Pode-se dizer que relevo e hidrografia foram fatores que favoreceram a ocupação suburbana de Pernambués, um dado que fundamenta essa afirmação vem da origem indígena do nome que se refere a “brejo” ou “tanque de água”. Esta característica, somada à desvalorização econômica destas terras, favoreceu que foreiros e posseiros ocupassem as terras para habitação e agricultura, que não encontrariam dificuldades no acesso a água que era abundante em fontes e rios e que servia ao consumo pessoal, a produção de alimentos e atividades profissionais; além da diversidade biológica presente nas matas que serviam para fins alimentares, medicinais e religiosos.

²⁹ Entidade que fomentava atividades comunitárias, que teve em Manoel Pinto sua principal liderança, também responsável pela creche comunitária local, que se tornou a Escola Municipal Epaminondas Berbert de Castro.

³⁰ Entrevista realizada em Março de 2018.

Quadro 1 - Terreiros de Matriz Africana em Pernambués (2017)

Nome	Fundação	Nação	Localização
Casa de Tiratema	1944	Nagô Vodum	Chácara da Perserverança
Centro de Umbanda	1956	Umbanda	Baixa da Horta
Ilê Aláaakorô Asé Omi	1956	Keto	Chácara da Perserverança
Terreiro de Obirijenan	1960	Keto	Chácara da Perserverança
Auxiliar Sultão das Matas Virgens	1962	Angola	Vila Dois de Julho
Ile Axe Ninfá	1966	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Ilê Axé Opo Jimum	1966	Keto	Baixa da Horta
Com Deuses e as Águas	1968	Keto	Baixa do Manu
Nome desconhecido	1969	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Orobê	1974	Angola	Rua Santa Verusa
Terreiro Omoloyá	1986	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Ilê Reliquia de Ogum Ojum Orum	1989	Alaketo	Rua Alto da Mangueira
Terreiro de Ijeajé de Oiá	1989	Jeje	Rua Guaratininga
Ilê Axé Kawru N'lá	1993	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Terreiro de Oxum	2002	Angola	Rua São Sebastião
Kakurakaia	2003	Angola	Manguinhos
Unzó oyá Sidã	2004	Angola	Rua São Roque

Fonte: Portal eletrônico do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA. Disponível em: <https://ceao.ufba.br/publicacoes>. Acesso em: nov/2017.

Mota (2016) afirma que ao longo do início do século XX muitas fazendas e chácaras se instalaram no Cabula e seu entorno, tendo como destaque a produção de laranja. A incorporação efetiva do Cabula a cidade inicia-se com a instalação do 19º Batalhão de Caçadores, ligado às Forças Armadas brasileiras, que já aparece no mapa soteropolitano de 1952. A partir da década de 1950, por exemplo, muitos loteamentos foram aprovados, a exemplo do Jardim Brasília (1956) que está situado em Pernambués.

A pavimentação da Av. Silveira Martins, em 1966, é um marco importante da urbanização do entorno. Nesse período, as áreas de ocupação negra já existentes cresceram e outras começaram a surgir em decorrência da procura por habitação a baixo custo. Com o crescimento urbano, muitas características decorrentes dessa herança negra e quilombola se perderam, mas não deixam de influenciar a representação social desses bairros e condicionar suas características socioeconômicas e culturais, como destacou Mota (2016):

[...] os negros viviam como refugiados em matas onde podiam livremente vivenciar seus hábitos e costumes antes proibidos pelos colonizadores, transmitindo-os aos seus descendentes, porém, muitos destes hábitos herdados foram se misturando ao tecido urbano a ponto de construírem outras representações identitárias e terem menor visibilidade na atualidade enquanto povos tradicionais (MOTA, 2016, p. 67).

Em decorrência de tentativas de desapropriação e dos interesses dos fazendeiros em vender ou fomentar em suas terras à incorporação imobiliária, os conflitos e negociações dos moradores negros e pobres de Pernambués com os governos (municipal e estadual) e proprietários de terra, tenderam a se acirrar nas década de 1950 e 1960.

Nesse contexto, as fazendas Santa Clara, Arthur Lago e Girão (esta onde hoje é Saramandaia e Jardim Brasília) e outras chácaras de influentes fazendeiros, tinham parte de suas terras ocupadas por famílias de meeiros ou posseiros, em sua maioria negros segundo pesquisa da CONDER (BAHIA, 1978). A imagem aérea de 1959 e as entrevistas permitiram inferir que a ocupação habitacional apenas se verifica ao longo da rua principal nas cumeadas, com poucas edificações.

Na década de 1950, Pernambués era uma localidade rural com cerca de 800 habitantes (BAHIA, 1978), sendo que até a década de 1960 predominava a produção de laranjas, outras frutas, hortaliças etc. que abasteciam as feiras livres da cidade do Salvador, a exemplo da feira das Sete Portas contribuindo com o abastecimento da cidade a baixos preços (BAHIA, 1978).

A agricultura foi, portanto, uma prática muito importante de povoamento e está presente até hoje no bairro, em proporções extremamente reduzidas; diferente do passado, quando esta prática era atividade fundamental para garantir a renda e a alimentação de muitas famílias locais. Assim, o surgimento do Pernambués

suburbano está intimamente relacionado à existência de rios e fontes, tanto que Pernambués também é o nome do rio local.

Um dos eventos que marcou a história local foi a construção e funcionamento da Escola Rural, por meio do decreto estadual nº 14.218/1948, fechada na década de 1960 e sendo substituída pelo Colégio Estadual Aliomar Baleeiro que funciona até hoje:

Francisco Pereira Lago, conhecido como “Coronel” Chiquinho do Lago, era dono de toda área que hoje é a Praça Arthur Lago, localizada no bairro Pernambués. Ceres Palmeira do Lago, sua neta, não queria exercer o cargo de professora no interior. O avô, grande articulador político, procurou o governador Dr. Octávio Mangabeira que autorizou a construção de uma Escola Estadual no terreno que pertencia a Arthur Lago, pai da professora Ceres, e a inaugurou em 07 de setembro de 1949 com o nome de Escola Francisco Pereira do Lago.

A história do CEMAB [Colégio Estadual Ministro Aliomar Baleeiro] teve início com a fundação da Escola Francisco Pereira do Lago. Com a extensão de energia elétrica da rede de Paulo Afonso que passaria sob a escola, a mesma foi ameaçada de extinção devido a sua localização. Ao tomar conhecimento do referido fato, a diretora Edméia Cerqueira convocou a Associação Comissão Unida de Pernambués, liderada pela Sr^a Luiza Cruz do Nascimento e presidida pelo Sr. Antônio Carlos da Fonseca Cruz, [...] a fim de comunicar o acontecido, em busca de solução abaixo-assinado, pleiteando um terreno baldio à família Baleeiro em razão da construção da nova Escola (CEMAB em destaque, 2010, acréscimos nosso)

Com a derrubada da Escola Rural, foi então construído o novo Colégio Estadual que recebia o nome do seu patrono, à época Ministro Aliomar Baleeiro, sendo inaugurada em 1971. A escola é uma das duas localizadas em Pernambués e atende a diversos moradores, principalmente aqueles que vivem na Baixa da Guine, Baixa da Paz e adjacências.

A crescente urbanização da cidade do Salvador implicou ao Cabula e a Pernambués uma atenção mais direta da Prefeitura de Salvador e do Governo do estado, bem como dos agentes privados do mercado imobiliário e proprietários de terra, por esta se tratar de uma das possíveis áreas de expansão da cidade. À época, apesar de ser uma localidade com cerca de 800 habitantes (CONDER, 1978), Pernambués passou a ser mais um espaço para a especulação fundiária.

Considera-se que a produção do espaço urbano em Pernambués inicia-se na década de 1970 com uma atuação mais efetiva dos agentes sociais interessados na

urbanização local por vias legais: proprietários de terras locais que eram responsáveis pelos loteamentos ou pela venda de terrenos, incorporadoras imobiliárias (ex: OAS e Odebrecht) que construíram imóveis no setor da Orla Atlântica e Miolo, o Governo do Estado que detinha terras e construiu novos equipamentos metropolitanos (Terminal Rodoviário de Salvador e Centro de Abastecimento da Bahia), a Prefeitura de Salvador ao autorizar o parcelamento da terra para projetos de loteamentos urbanos.

A publicação da CONDER (1978) e as entrevistas feitas com moradores antigos evidenciam que não há um modo único de acesso à moradia em Pernambués, de maneira que desde a década de 1950 há acordos entre proprietários de terras e a população pobre que buscava o local como forma de acesso à moradia barata, tanto por meio do mercado formal de terrenos, casas e aluguel, como por meio das ocupações populares e do mercado informal que se complementavam.

Os governos estadual e municipal também foram agentes de destaque no processo de urbanização de Pernambués, por executarem obras e serviços de infraestrutura principalmente nas áreas de interesse dos proprietários de terra; por outro lado, nas terras desfavoráveis do ponto de vista ambiental, a urbanização cresceu por meio de ocupações populares e da promoção de loteamentos informais por meio de grilagem.

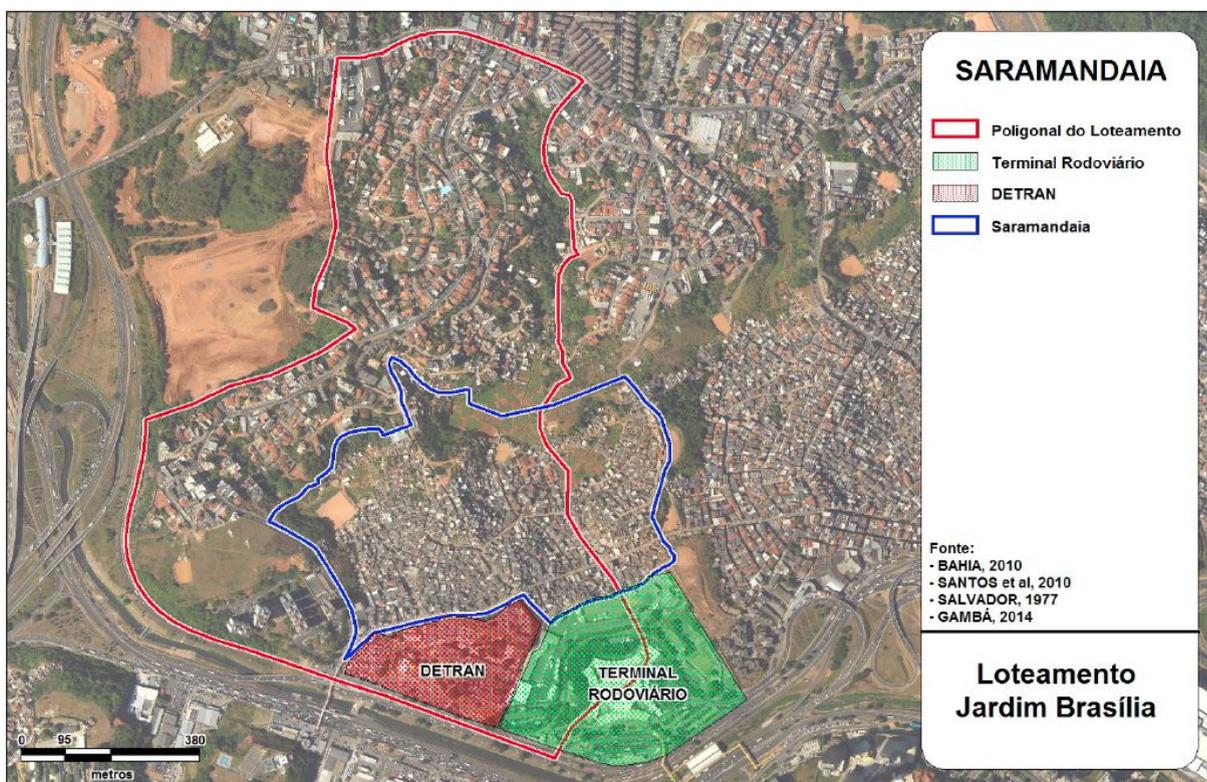
Nesse contexto, o primeiro loteamento formal em Pernambués foi registrado na PMS, em 1958. Trata-se do Loteamento Jardim Brasília, viabilizado por meio de um Termo de Acordo e Compromisso (TAC) que permitiu a criação de um empreendimento residencial nas terras da fazenda Girão, como destaca Lima (2016):

A Chácara Girão, adquirida em 1956, através de inventário, foi objeto de Termo de Acordo e Compromisso (TAC) firmado entre a Prefeitura Municipal de Salvador e os proprietários, visando a implantação do Loteamento Jardim Brasília. O Plano de Loteamento da Fazenda Girão propunha o parcelamento de uma área correspondente a 372.024,64m², para a implantação de 16 quadras, constituídas de 388 lotes. Havia previsão ainda da responsabilidade de o proprietário realizar, às suas próprias custas, no prazo máximo de cinco anos, a abertura das ruas e destinar ao patrimônio público as áreas escolares e verdes, nos termos do plano urbanístico aprovado (LIMA, 2016: 89).

Apesar deste loteamento ter tido baixa ocupação ao longo da década de 1960, o Governo estadual pressionou para que se procedesse a incorporação imobiliária por meio da assinatura de um aditamento ao TAC em 1968, que exigia a construção de 50% do projeto original em dois anos (LIMA, 2016). Logo em seguida, por meio do Decreto Estadual N° 20.869/1968, o Governo do estado desapropriou terras da fazenda Girão, dos familiares de Numa Pompílio, e da Chácara da Perseverança, dos herdeiros de Arthur Lago, com o fito de construir o Centro de Abastecimento de Salvador.

Nesta parte das terras desapropriadas pelo Governo do estado da Bahia foram construídos a sede do DETRAN e o Terminal Rodoviário de Salvador. O restante das terras foi ocupado de maneira espontânea pela população pobre, a partir do final da década de 1960, nas imediações da rua dos Rodoviários, logo atrás dos equipamentos construídos pelo governo estadual, ocupação que cresceu e foi batizada como Saramandaia (figura 9).

Figura 9 – Desmembramento do Loteamento Jardim Brasília em vários anos



Fonte: Lima (2016).

A pavimentação da av. Thomaz Gonzaga, principal rua do bairro, datada de 1974 (VASCONCELOS, 2002) é um dos marcos, portanto, da produção do espaço urbano local. Nesse período, já existiam loteamentos privados, como a Chácara da Perseverança de 1968, Jardim Yara de 1972, Jardim Celinópolis (ano desconhecido).

Esse foi o núcleo central de produção do bairro formal, com maior número de empreendimentos públicos e privados. Neste trecho, há um dos principais córregos afluentes do rio Pernambués, um dos poucos em que a vegetação ciliar ainda está preservada, por conta do recuo a ela destinado, conforme determinação do Código de Obras e Urbanismo do município de Salvador.

Em 1976 uma série de vizinhanças já haviam sido produzidas pelo mercado formal e diversas ruas já estavam estruturadas, como a Rua Escritor Edison Carneiro, Rua Santa Clara e Av. Hilda (figura 10).

Figura 10 – Ruas e lugares residenciais em Pernambués, 1976



Fonte: Georreferenciamento e justaposição autoral com base em ortofotos da CONDER (1976).

Nesta década já existiam os conjuntos habitacionais de edifícios: São Judas Tadeo, destinado aos grupos de menor renda entre os petroleiros, o Jardim Europa

e o conjunto João Durval; assim como o Centro Social Urbano (CSU)³¹. Uma das lideranças comunitárias defende, por exemplo, que o governo estadual implemente um parque ecológico no fundo do CSU, que assegure espaço de lazer e práticas esportivas e o conforto ambiental propiciado pela mata e pelo rio.

Admite-se que a urbanização de Pernambués foi facilitada também pela expansão viária da cidade com a construção das Av. Tancredo Neves em 1968, Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô) em 1970; Av. Luiz Viana Filho (Paralela) em 1971 e Av. Antônio Carlos Magalhães em 1975³².

Segundo pesquisa da CONDER, o bairro só passou a ter um crescimento populacional expressivo com a virada para a década de 1980, de modo que em 1978 já residiam 24.800 habitantes (BAHIA, 1978). Pernambués foi classificado como bairro onde predominavam moradias pouco estruturadas, onde 80% dos moradores não possuíam propriedade da terra onde moravam, tendo que pagar aluguéis ou foros para proprietários de terra, o que consumia grande parte dos baixos salários daqueles moradores, reproduzindo a pobreza local.

A maioria dos moradores procediam de bairros como Brotas, Matatu, Cidade Nova e Engenho Velho de Brotas em busca de moradia a menores preços. Em termos de emprego, 45,47% dos moradores foram considerados trabalhadores informais; eram, portanto, vendedores ambulantes, agricultores e prestadores de serviços básicos (BAHIA, 1978).

A partir de 1970, Pernambués já tinha uma pequena concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços pouco diversificados (costura, alfaiate, etc.) (CONDER, 1978). Situada no contorno do bairro, em uma das principais vias de acesso a Pernambués se instalou a Madeireira Brotas, estabelecimento para venda de materiais de construção, inaugurada em 1978, e que permanece até hoje na rua do Hipódromo, no acesso direto à Av. Tancredo Neves.

Ao longo da década de 1970 as cumeadas no bairro foram ocupadas em quase toda sua extensão com conjuntos habitacionais, equipamentos urbanos de

³¹ Os Centros Sociais Urbanos de Salvador, em sua maioria, foram construídos entre a década de 1970 e 1980, sendo geridos pelo Governo no estado. Trata-se de um equipamento público que contém áreas de lazer, esporte e educação. No caso de Pernambués, o CSU é o maior equipamento de lazer e lá, além de campo, quadras e auditórios, funcionam uma Escola Municipal e uma Unidade Básica de Saúde.

³² Segundo Vasconcelos (2002) estas ruas foram propostas pelo EPUCS, na década de 1940.

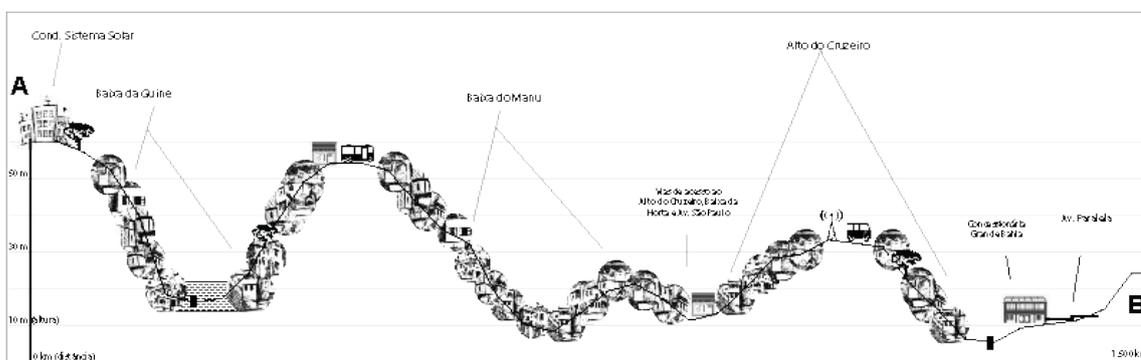
uso coletivo e loteamentos residenciais. Enquanto isso a autoconstrução residencial se ampliava ao longo das encostas, em alguns casos alcançando com maior densidade as terras das baixadas.

Pela extensão física e pela sinuosidade dos morros (figura 11 e 12), a urbanização de Pernambués ocorreu de modo bastante diferenciado, implicando dificuldades cotidianas de deslocamento para muitos moradores que têm que enfrentar ladeiras e escadarias. Isso representa também desafios aos Governos, que devem construir infraestrutura e dar manutenção em escadarias, encostas, pavimentação etc. a fim de assegurar mobilidade e segurança aos moradores.

Uma análise integrada do espaço pode ser realizada a partir dos perfis de relevo e ocupação do solo (figuras 11 e 12) de dois recortes em Pernambués, permitindo uma visualização da diferenciação, já presenciada em campo, entre as comunidades de vizinhança do bairro: as famílias mais pobres ocupam as áreas mais desvalorizadas, especialmente as que não seria permitido construir em razão do perigo eminente de deslizamento de terras, nas encostas com declividade superior a 30%, bem como nas áreas de fundo de vale, propensas a inundações em ocasiões de alto volume pluviométrico. Essas são as áreas do bairro cuja a infraestrutura urbana e os serviços públicos são mais precários, como nos casos da Baixa da Guine, Barro e Alto do Cruzeiro.

Por outro lado, as ruas e comunidades de vizinhança com melhor infraestrutura e disponibilidade de serviços públicos são as que estão situadas nas áreas de cumeada onde o governo municipal, estadual ou federal fez algum tipo de investimento. No entorno desses loteamentos formais constata-se uma presença maior de vegetação preservada. Os perfis permitem também observar a presença de agricultura, do comércio e de equipamentos de consumo coletivo em Pernambués.

Nos vales, os terrenos próximos às margens dos rios geralmente eram ocupados por hortas, as quais já eram alvo de atenção do Governo estadual, que na década de 1970 queria fechá-las alegando contaminação por esgoto, o que não aconteceu, até porque se ocorresse geraria impacto ao abastecimento do bairro (CONDER,1978).



PERFIL TOPOGRÁFICO E ICONOGRÁFICO (A-B)

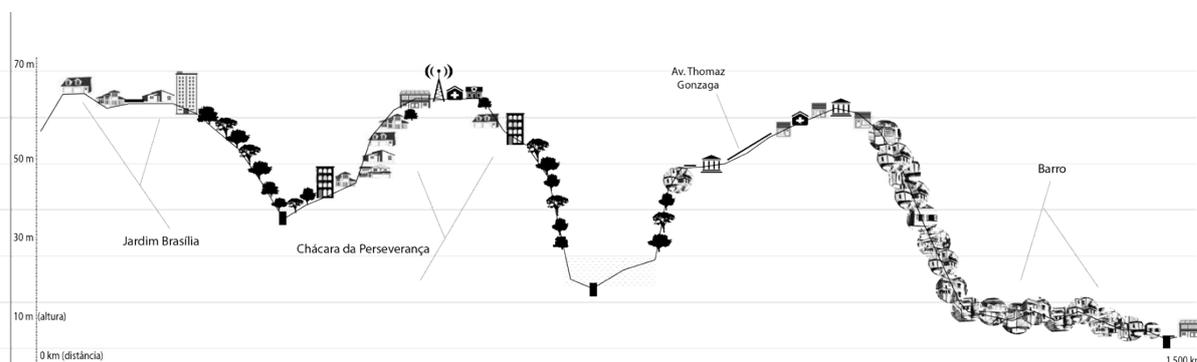
Fonte: Fotografia aérea e dados de hipsometria disponibilizados pela CONDER (2010)

Projeção UTM; Datum WGS 84/24S

Elaboração própria.

Escala vertical: 1 cm: 10 m

Escala horizontal: 1 cm: 53,57



PERFIL TOPOGRÁFICO E ICONOGRÁFICO (A-B)

Fonte: Fotografia aérea e dados de hipsometria disponibilizados pela CONDER (2010)

Projeção UTM; Datum WGS 84/24S

Elaboração própria.

Escala vertical: 1 cm: 10 m

Escala horizontal: 1 cm: 53,57

Com base nos dados pôde-se constatar que desde 1950 a agricultura de hortaliças é uma prática espacial em Pernambués. As hortas estavam situadas - e algumas permanecem - nas planícies de inundação e a cada dia vem diminuindo em área, perdendo espaço para a habitação, por meio do desmembramento das terras por necessidades do pequeno agricultor, que vê na venda da terra ou construção e aluguel de imóveis um meio de ampliar sua renda. As hortas ainda existem, em menor extensão nas vizinhanças conhecidas como Baixa da Guine, Baixa da Paz e Baixa da Horta; assim como no bairro Saramandaia.

O desenvolvimento de atividades econômicas em Salvador e região metropolitana no último quartel do século XX, com a construção dos novos subcentros, a renovação da atividade industrial e turística e o crescimento imobiliário não alteraram a questão habitacional no porque os salários permaneceram baixos. Nesse contexto, o parcelamento das terras e a construção de novos pavimentos verticais para venda e aluguel mantiveram Pernambués como bairro atrativo para a moradia popular, de modo que em 2000, a população já alcançava 59.119 moradores (BRASIL, 2010).

O crescimento populacional veio acompanhado de gradual melhoria na infraestrutura urbana, que continuou insuficiente em muitas áreas. Um dos resultados do crescimento urbano em Pernambués foi a redução de áreas verdes e a poluição de fontes e riachos.

O adensamento demográfico e da ocupação com construções diversas, sem planejamento urbano, favoreceu a criação de diferentes lugares de moradia condicionados, historicamente, por processos de segregação socioespacial. A maioria dessas comunidades de vizinhanças foi edificada por meio da autoconstrução, tornando-se espaços de reprodução da pobreza.

Por ser um bairro extenso, populoso e diverso, Pernambués passou a ser conhecido por seus lugares, singulares na interpretação dos moradores locais, que lhes atribui toponímia específica; a afirmação do vínculo com o bairro e com os seus lugares são resultado das lutas, resistências e sofrimentos compartilhados no processo de construção social e histórico de cada lugar. Apesar das transformações decorrentes da constante reestruturação urbana, esses lugares ainda mantêm algum traço comum e continuam referências no cotidiano dos moradores.

Em 2001, por exemplo, a construção da Av. Luís Eduardo Magalhães (LEM), subtraindo as matas do 19º Batalhão dos Caçadores do Exército Brasileiro, estava integrada a um processo mais amplo de reestruturação urbana, que conectava a Av. Paralela à rodovia BR324 e ao Miolo da cidade.

Esta avenida conectou o setor nordeste do bairro de Pernambués com a circulação viária da cidade. Para a construção desta avenida foi necessário fazer a canalização no curso médio do rio Pernambués (figura 13), o que valorizou indiretamente os terrenos da chamada Baixa da Horta, onde a agricultura era predominante, fazendo com que, em pouco tempo – entre 2001 e 2010 – os terrenos ocupados por hortas fossem quase que totalmente substituídos por moradias populares e alguns equipamentos urbanos.

Figura 13 – Curso médio do rio Pernambués, rua 2 de julho e Av. LEM, 2017



Fonte: Rinaldo Rossi (jun./2017).

Os córregos, afluentes a leste do curso médio do rio Pernambués são mais preservados, por estarem em área de Mata Atlântica do 19º BC; a oeste, por outro lado, às águas fluviais estão em sua maioria poluídas, por vezes tamponadas ou canalizadas, sendo utilizadas em algumas partes para a agricultura, em outras para

saneamento. No caso das vizinhanças conhecidas como Barro e na Baixa da Horta (figura 14), os córregos já foram totalmente tamponados na década de 2000 pela PMS, dando espaço a ruas e travessas; a falta de manutenção e limpeza dos canais favorece alagamentos nos períodos de maior pluviosidade, gerando graves transtornos aos moradores.

Figura 14 – Córrego tamponado na rua 15 de Abril, Baixa da Horta, 2017



Fonte: Rinaldo Rossi (jun./2017).

A consolidação do subcentro do Camarajipe como área de grande concentração comercial e de serviços foi sucedida por uma expansão de centralidades em eixos próximos, a exemplo da inauguração do Salvador Shopping em 2007 e do crescimento de edifícios comerciais na Av. Tancredo Neves e Av.

Paralela. No século XXI, portanto, Pernambués permanece como um bairro popular bem posicionado, adjacente a nós de transporte que crescem em importância para a dinâmica metropolitana³³, e a centralidades que absorvem grande número de empregados, ainda que a baixos salários.

Esses fatores de atração contribuem com o crescimento populacional em Pernambués ser maior que o de outros bairros³⁴, chegando a aumentar 5.864 habitantes nos últimos 10 anos, alcançando um total de 64.983 moradores em 2010, segundo dados do IBGE. Por outro lado, o fato de ter sido um bairro produzido, em sua maioria, a partir da segregação socioespacial, relaciona-se com a presença da maioria absoluta de pessoas que se autodeclaram negras (82,46%), sendo que 76% do total dos responsáveis por domicílio possuem remuneração inferior a três salários mínimos mensais.

4.2 DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM PERNAMBUÉS

No bairro de Pernambués a Av. Thomaz Gonzaga é a principal via de circulação de veículos e pessoas, onde predominam atividades comerciais e de prestação de serviços de ramos diversificados (saúde, alimentação, embelezamento etc.), que segue pela principal cumeada do bairro até o encontro com a Av. Paralela, onde encontra-se a Unidade Básica de Saúde do Pernambuezinho; trata-se de uma avenida bastante diversificada que se inicia junto à entrada do Cabula, próximo à Rótula do Abacaxi, onde há uma presença maior de habitações construídas pelo mercado formal (prédios e casas). Alguns poucos imóveis ainda preservam características de chácara, casas grandes e áreas verdes um pouco mais extensas que na maioria das partes do bairro que apresentam construções de períodos anteriores à urbanização propriamente dita (figura 15).

A Av. Thomaz Gonzaga tem um dos seus trechos mais movimentados nas imediações do núcleo central original do bairro, onde foram construídos o Centro

³³ A construção do metrô de Salvador, por exemplo, contemplou Pernambués e Saramandaia com três estações de metroviárias (Av. Paralela, Av. Tancredo Neves, Acesso Norte) e uma estação de transbordo para ônibus coletivo, equipamento que chega a ser utilizado por 28% da população do entorno da Av. São Paulo nos deslocamentos cotidianos para o trabalho.

³⁴ Alguns bairros populares de Salvador, como por exemplo o Nordeste de Amaralina, tiveram sua população reduzida segundo dados do último censo (BRASIL, 2010)

Social Urbano, a Praça Arthur Lago, o conjunto habitacional São Judas Tadeu, entre outros equipamentos públicos importantes, área caracterizada pela grande concentração comercial e que se prolonga com esta característica até o Condomínio Sistema Solar. Do condomínio ao acesso da Av. Hilda há pouco aproveitamento residencial e comercial, especialmente por conta da topografia mais íngreme.

Figura 15 – Sede de antiga chácara conhecida como “castelo”, 2018



Fonte: Anúncio imobiliário (2018).

Na última cumeada cortada pela Av. Thomaz Gonzaga encontra-se um acesso perpendicular à Av. Hilda, a sul, onde se situa o chafariz, construído na década de 1950 pelo governador Antônio Balbino, e a Igreja São José Operário de Pernambués, marcos antigos do bairro; nesta mesma área encontra-se um acesso perpendicular ao norte para a rua Escritor Edison Carneiro, que dá acesso ao “final de linha”, situando mais um núcleo central do bairro. Ao descer a última ladeira, a Av. Thomaz Gonzaga se encontra com Av. Luiz Viana Filho (Paralela).

Logo no início da Av. Thomaz Gonzaga, há uma conexão com a Av. Numa Pompílio Bittencourt que leva o nome do patriarca da família responsável pelo loteamento Jardim Brasília (figura 16), onde existem casas maiores e edifícios, assim como um padrão de renda mais elevado em relação a outras áreas do bairro. O estudo do bairro e dos dados de renda permitem considerar que nem sempre nas

áreas onde a habitação foi produzida pelo mercado imobiliário formal a renda é elevada, como da Chácara da Perseverança, onde os chefes de família possuem rendimento médio inferior a quatro salários mínimos (Tabela 3).

Tabela 3 - Renda média dos chefes de família nas áreas de habitação formal, 2010

Lugar	Renda (salários min.)
Conjunto João Durval	5 a 6
Loteamento Jardim Brasília	4 a 6
Condomínio Vivendas do Iguatemi	4 a 5
Condomínio Jardim Europa	4 a 5
Condomínio Sistema Solar	4 a 5
Conjunto São Judas Tadeu	3 a 4
Loteamento Chácara da Perseverança	3 a 4

Fonte: Censo do IBGE, 2010.

Figura 16 – Edifício no loteamento Jardim Brasília (2017)



Fonte: Pesquisa de campo (jun/2017).

As vizinhanças produzidas pelo mercado imobiliário formal em Pernambués não são homogêneas, possuindo famílias em situações socioeconômicas e profissionais distintas; e dispendo de diferente infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo para cada área. Os conjuntos habitacionais, por exemplo, possuem campos e áreas de lazer infantil que favorecem a criação de vínculos de pertencimento entre moradores e espaço.

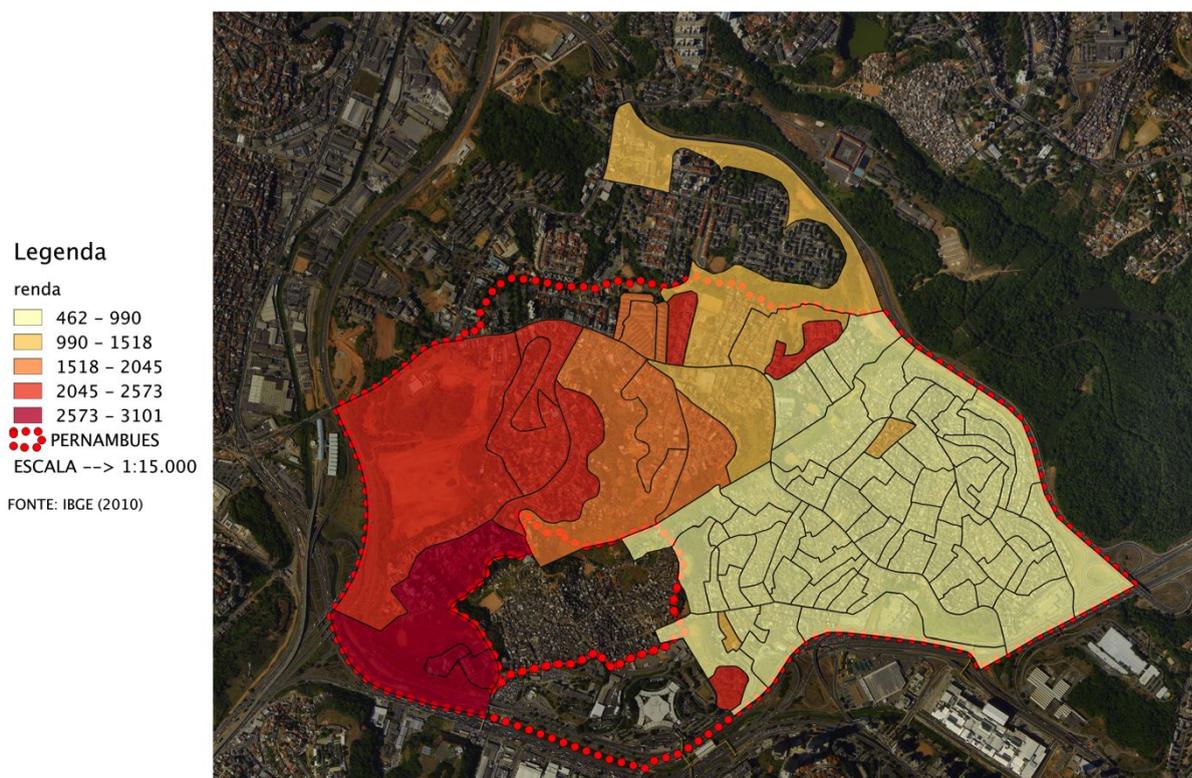
Isso ocorre, em alguma medida, com os moradores de todas as vizinhanças produzidas pelo mercado imobiliário formal, uma vez que em cada uma delas há um modo particular de se realizar a integração local, como no caso dos moradores da rua Guilherme Muniz, próxima ao Conjunto João Durval, que apesar de residirem em casas bem equipadas e com muros, possuem meios de organização e realizam reuniões e diálogos com alguma frequência.

A leitura dos dados secundários relativos à renda dos chefes de família que residem em Pernambués permite perceber como tem se reproduzido processos de diferenciação socioespacial ao longo da urbanização do bairro, agrupando-os e separando-os segundo as possibilidades de acesso à habitação, o que fica evidente em um olhar sobre a distribuição dos indicadores de renda no bairro, que revela uma distinção bem definida entre as áreas dos mais pobres e as áreas onde residem famílias com condições financeiras um pouco melhores (figura 17).

Os setores em que predominam famílias com faixas de renda inferior a dois salários mínimos coincidem majoritariamente com as áreas onde a habitação é historicamente mais precária, como nas favelas da Saramandaia (figura 18), da Baixa da Guine, Baixa do Manu e da Baixa da Horta; bem como nas vizinhanças do Alto do Cruzeiro, do Alto da Ventosa, do Manguinhos.

Nas áreas onde predominou a autoconstrução as relações entre as primeiras famílias ocupantes tendem a ser mais articulada, traduzindo laços de pertencimento entre os moradores e o espaço habitado que foram possibilitados pelo enfrentamento conjunto a problemas relacionados à precariedade da infraestrutura, às ameaças de remoção e aos riscos ambientais.

Figura 17 – Média de renda dos responsáveis dos domicílios por setores censitários de Pernambuco, 2010



Fonte: Rinaldo Rossi (2016) com dados do IBGE (2010) e CONDER (2010).

No início da autoconstrução, alguns sítios foram ocupados com poucas casas em uma terra compartilhada sem cercas, não havendo lotes ou limites entre as áreas de cada família. Aos poucos as ocupações foram sendo intensificadas e a terra urbana começou a ser parcelada entre as famílias pioneiras e as novas, de modo que parte dos lotes começaram a ser vendidos ou alugados; cresceu também a atuação de grileiros, agentes que compram ou ocupam terras devolutas ou abandonadas para construir imóveis e revender entre os pobres, atuando às vezes em mais de uma área da cidade.

Figura 18 – Bairro Saramandaia e o bairro Caminho das Árvores ao fundo, 2017



Fonte: Pesquisa de campo em junho de 2017.

Ao se ampliar em sítios específicos e desvalorizados, as chamadas invasões foram sendo consolidadas e formando referências espaciais onde a diferenciação socioespacial promoveu a reprodução da pobreza, configurando lugares condicionados por processos de segregação socioespacial: Alto do Cruzeiro, Alto da Ventosa, Baixa da Horta, Baixa do Manu, Baixa da Guine, entre outros.

Desta maneira se verifica que para analisar um bairro periférico e populoso em Salvador, como Pernambués, é preciso entendê-lo como um aglomerado de lugares, que possuem características por vezes distintas, corroborando com o referencial teórico sobre bairros latino-americanos.

5. GEOGRAFIA DOS LUGARES DE PERNAMBUÉS

Para refletir sobre a realidade dos bairros periféricos na cidade do Salvador, deve-se ter como pressuposto o processo de urbanização desigual ocorrido na América Latina (SANTOS, 1982) que produziu espaços densamente habitados e com infraestrutura precária onde reside a maior parte da população urbana destes países. A fragmentação socioespacial, por sua vez, é imanente à reprodução do espaço nessas cidades, favorecendo a emergência de segmentações cada vez mais intensas na escala local, alterando inclusive a realidade intra-bairro.

Considerando essa fundamentação teórica, a análise da maioria dos bairros periféricos em Salvador deve admitir a existência de uma Geografia intra-bairro que é heterogênea, por ser resultado de uma dialética entre frações de classes sociais, que possibilita, no espaço residencial local, que os distintos grupos de renda terminem por se espacializar de modo segmentado, o que implica no pertencimento ao seu lugar de moradia e nas escolhas sobre como desenvolver suas atividades econômicas no bairro.

Os subespaços dos bairros periféricos possuem, muitas vezes, histórias singulares e processos socioeconômicos diversos a eles associados. Para compreender os processos de segregação socioespacial e sua realidade material os estudiosos desenvolveram metodologias que permitem analisar espaços de concepção específicos; é o caso da reflexão sobre o grande bairro da Liberdade (ARAÚJO, 2010), do aglomerado de bairros do Nordeste de Amaralina (DIAS, 2017), ou da região administrativa/distrito do Cabula (GOUVEIA, 2010).

Acredita-se que esta é uma realidade que se intensifica com o crescimento metropolitano, isso porque o adensamento populacional e a fragmentação socioespacial implicou a ocupação cada vez mais espontânea e acelerada de parcelas de espaços periféricos dos novos subcentros e eixos de expansão urbana, por meio do mercado informal da habitação.

Os lugares de moradia revelam a realização da vizinhança como relação e como morfologia, porque mostram as relações cotidianas em seu assentamento físico e em sua temporalidade singular, de modo que, os lugares de moradia são os

espaços onde a vida cotidiana se realiza, seja na busca por comércio e serviços ou na busca por moradia; como o grande bairro de Pernambués torna-se apenas uma referência abstrata ao morador, que apesar de desenvolver uma relação de pertencimento, não costuma viver a diversidade de seus lugares por várias razões, inclusive a falta de interesse. A análise desses subespaços locais de Pernambués contribui para se entender a diversidade interna e as relações entre moradores e suas práticas comunitárias.

Será apresentado, neste capítulo, dados importantes obtidos pela pesquisa para a classificação e análise dos lugares de moradia, buscando evidenciar diversos aspectos: históricos, sociais, habitacionais, ambientais, locacionais. Isso se dá a partir do objetivo de refletir sobre o modo particular como se processou a urbanização em Pernambués.

5.1 LUGARES DE MORADIA

Com base nos dados de observação de campo, das respostas dos questionários e das entrevistas foi utilizado como metodologia a representação social (ALEXANDRE, 2004) a fim de apreender o quadro de referência individual-coletivo dos moradores sobre os espaços da habitação em Pernambués; isto é, a identidade coletivamente atribuída aos moradores por eles próprios está relacionada ao lugar onde cada um deles mora, porque isso carrega valores que fazem parte da vida cotidiana.

O lugar em que se mora em Pernambués diz sobre 'quem é você', evidenciando os que vivem na "principal", que é a "área nobre", ou na "favela", na "comunidade" ou na "baixada", nas palavras comuns utilizadas por lideranças e por moradores, que diferenciam as moradias e ruas que tem asfalto e outras que ainda estão no 'barro' ou na 'lama'.

Serão descritos aqui os lugares da moradia popular, parte pequena dessas construídas por incorporadoras com financiamento público e crédito facilitado para compra, enquanto a grande maioria foi construída pelos próprios moradores ou por

agentes do mercado imobiliário informal. Em se tratando das favelas, inscritas nesses lugares, a autoconstrução se deu não apenas para as residências, como serão evidenciadas; também há uma autoconstrução e manutenção dos equipamentos de uso coletivo em várias partes do bairro. Esta é uma prática muito frequente nos vários lugares do bairro, especialmente nas “invasões” recentes, onde cada profissional (pedreiros, eletricitas, pedagogos etc.) contribui com o que pode em favor da organização popular e do melhoramento da vizinhança.

O conceito de lugar revela-se ainda mais potente para compreender as comunidades de vizinhança do bairro onde predomina a autoconstrução da habitação e dos equipamentos de uso coletivo, bem como as estratégias comuns de luta e resistência na cidade. Nesse sentido que as tentativas de remoção, a reestruturação urbana e os riscos ambientais geram sofrimentos às famílias que residem nas ocupações e que se mantêm em suas memórias, influenciando também sua vida no presente (MOTTA, [2016]). O mesmo ocorre com a violência policial e/ou entre gangues, que ao penalizar inocentes, cria sofrimentos que prejudicam a vida não só da família, impactando negativamente grande parte da vizinhança que se amedronta ou se sensibiliza (TELLES, 2010).

Inegavelmente são os lugares de moradia muito mais carregados de valores históricos ligados ao uso, principalmente porque parte significativa deles são a herança e o presente do processo de sobrevivência de inúmeras famílias em sua luta pela moradia urbana. Não é sem propósito que esses espaços possuem muitas histórias e estão geralmente associados a topônimos específicos. O estudo das toponímias é importante para reconhecer valores simbólicos e culturais do lugar (CLAVAL, 2007; CORRÊA, 2003), e para o caso de Pernambués tem se tornado uma rica fonte de conhecimento, uma vez que está geralmente associada a formas e práticas consolidadas historicamente ou a aspectos da sua situação geográfica.

Muitas relações de parentesco podem ser identificadas nos lugares onde predominou a autoconstrução, isso porque, quando as ocupações conseguiam se consolidar, os parentes do interior ou de áreas mais distantes da cidade eram convidados a construir lá suas casas. Além disso, a natalidade e os casamentos permitiram que as gerações das famílias se intercruzassem.

Nos lugares de moradia, de modo geral, são estabelecidos laços de

solidariedade local que se expressam em ações, preocupações e necessidades comunitárias. Isso se observa por exemplo na organização social dos moradores a para garantir cuidados com os espaços comuns, reunindo-se, muitas vezes, em mutirões para a realização de obras de pequeno porte (praças, escadarias, campos de futebol), para a promoção de ações culturais e comunitárias, gerando integração em âmbito local. Ao autoconstruir a casa e os equipamentos de uso coletivo a sociedade local é duplamente explorada no sentido econômico³⁵.

Os laços de amizade são fortalecidos com o cotidiano da vizinhança, uma vez que nas dificuldades de cada família há outras que se solidarizam e participam da solução no cotidiano; isto se observa quando há a necessidade de uma emergência e aquele que tem carro se dispõe a levar ou quando alguém se disponibiliza a tomar conta dos filhos de outra pessoa para que este possa trabalhar, trabalho feito muitas vezes sem remuneração, empréstimos de alimentos e ferramentas, entre outros.

Nas situações de importância coletiva, como as reivindicações contra a remoção de famílias e por mais infraestrutura e serviços públicos. O sr. Silvio Torres³⁶, liderança local, confirma a ideia de que essas reivindicações foram, e são, importantes na história do bairro, se referindo a mobilização pela pavimentação da Av. São Paulo no final da década de 1990 e das manifestações atuais na Av. LEM contra a morte de pessoas inocentes.

Outro depoimento que fortalece essa ideia foi apresentado por Dona Detinha de Pernambués, liderança comunitária que chegou a se candidatar a vereadora em 2004 e que atuava nas áreas de ocupação popular do Jardim Brasília e em parte da Saramandaia. A referida senhora relatou que foram diversas lutas para evitar a remoção de construções de residências que estavam abaixo das linhas de alta tensão da CHESF; além das ameaças de remoção das casas, chegaram a retirar um campo que era de uso coletivo e que gerou muita insatisfação entre os moradores.

Em se tratando da dimensão socioambiental das ocupações, a eminência de riscos promove o sofrimento e a união dos moradores, que têm como alternativa reunir-se e lutar para que os órgãos competentes garantam condições mínimas de

³⁵ Oliveira (1972) afirma que ao impor, através dos baixos salários, a parte significativa da classe trabalhadora brasileira a autoconstrução como única alternativa de moradia, os capitalistas têm como estratégia não arcar com os custos de se construir a habitação e de se deslocar na cidade.

³⁶ Entrevista realizada em Março de 2017.

habitação às famílias. As ruas e ladeiras não pavimentadas (figura 19) permitem que se tenha uma ideia das dificuldades enfrentadas pela população local, principalmente em dias de chuva.

Figura 19 – Início de uma ocupação popular em área de morro e baixada em Pernambués, em 1979



Fonte: Santos et al, 2010.

Os dados de campo revelam que os moradores das invasões mais antigas tiveram que conviver com inúmeros problemas ambientais relativos ao quadro social de segregação que se reproduz a partir do final do século XX nessas favelas, sendo que alguns problemas só começaram a ser parcialmente resolvidos após 2000. Em muitos lugares de Pernambués, o risco ambiental é iminente e muito grave e muitas vezes os moradores se apoiam mutuamente para prevenir a perda dos poucos bens materiais que possuem e a própria vida.

Os perigos são constituintes da história de vida das pessoas e da própria forma como elas se colocam nas cidades, como elas constroem suas identidades [...] (MARANDOLA JR.; MODESTO, 2012: 13).

As histórias de resistências, lutas e conquistas conjuntas entre os vizinhos e parentes mais antigos, agentes sociais significativos na urbanização local, viabilizaram uma coesão local, de modo que cada comunidade de vizinhança que se

formava ia criando seus mecanismos de sobrevivência, com grande independência da restrita oferta de infraestrutura e serviço disponibilizada pelos governos.

A espacialização e a temporalidade de cada ocupação lhes renderam topônimos singulares e uma configuração socioespacial específica, contexto representado na figura 20.

Apesar das semelhanças identificadas entre os lugares onde predomina a autoconstrução, como a tipologia das casas - maioria delas de tijolos sem acabamento e nas mais recentes a utilização de material mais precário, como Madeirit e Eternit –, e renda média dos moradores (menor que dois salários mínimos mensais), inúmeras são as diferenças, como por exemplo a década de surgimento de cada ocupação e as características nelas observadas (quadro 2).

A urbanização informal em Pernambués foi iniciada em um sítio relativamente isolado, na cumeada conhecida como Alto da Ventosa, em decorrência da construção do Largo da Ventosa, na década de 1970 com a instalação do terminal de ônibus do bairro e a construção da rua Escritor Edison Carneiro que lhe dá acesso. Estes fatos atraíram muitas famílias que buscavam local de moradia barata e meios de vida e trabalho na cidade.

Na década de 1970 a urbanização implicou no crescimento da ocupação popular no entorno das principais avenidas e ruas de cumeada recém construídas. As áreas de cumeada menos utilizadas pelos agentes do mercado imobiliário formal estavam a sudeste, até porque naquele momento a incorporação imobiliária do bairro estava muito relacionada à proximidade do início da Av. Thomaz Gonzaga na confluência com a rua Silveira Martins no Cabula. Por isso que ao longo do trecho sudeste da av. Thomaz Gonzaga e da rua Escritor Edison Carneiro até o terminal de ônibus, foi ampliado o pequeno comércio (quitandas, alfaiatarias, etc.).

O Alto da Ventosa abarca as habitações, estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos situados no entorno do Largo da Ventosa, nas travessas da Ventosa, rua Santa Verusa, rua Santa Clara, rua da Legalidade, entre outras.

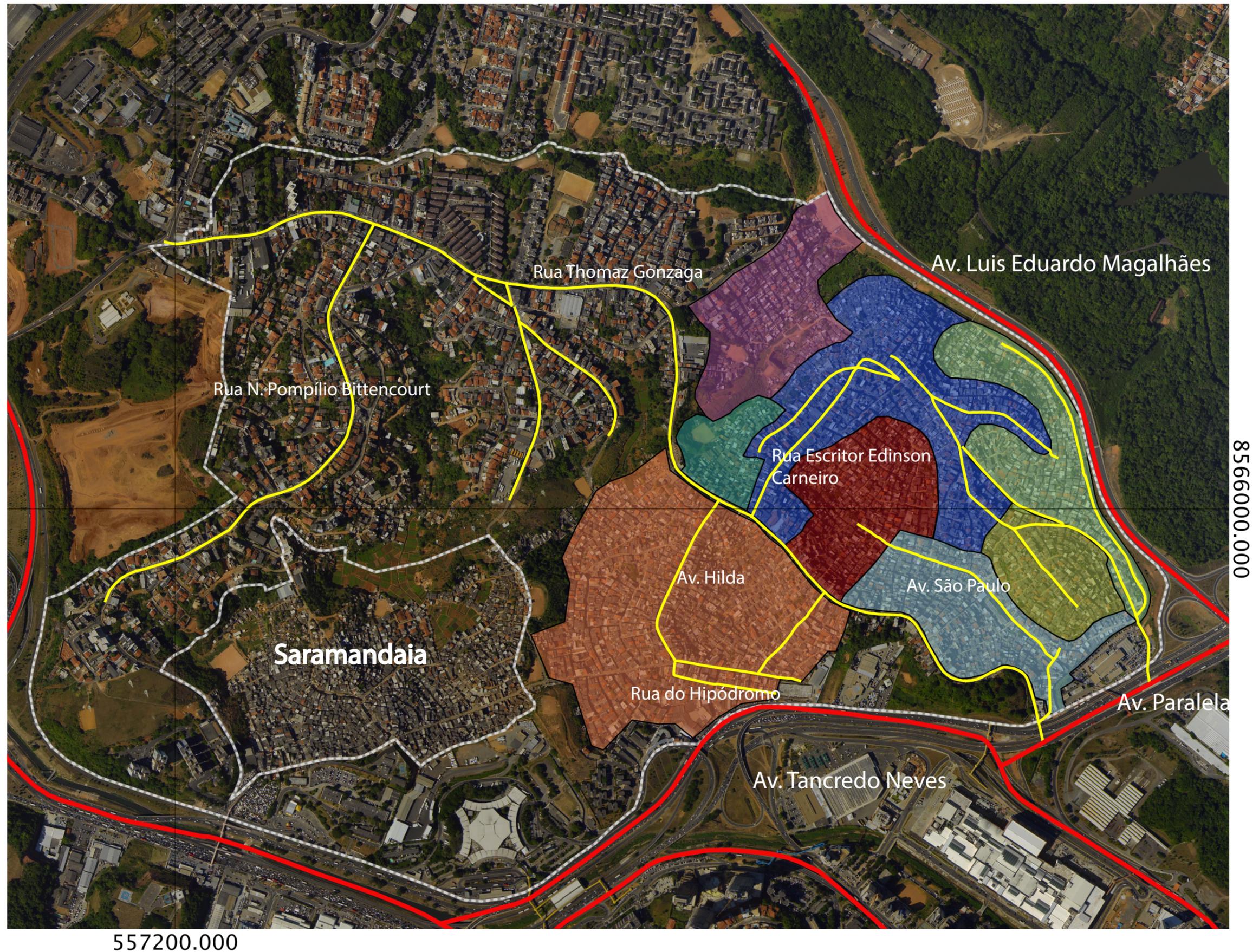
Figura 20 – Lugares da moradia popular em Pernambuco, 2018

-  Limite oficial de bairro
-  Barro
-  Baixa da Guine
-  Baixa da Paz
-  Av. Hilda
-  Baixa de Manu
-  Alto do Cruzeiro
-  Baixa da Horta
-  Alto da Ventosa

Escala
1 : 10.000

Datum:
CONDER, 2010

Fonte: Pesquisa de campo, elaboração própria, 2018



Quadro 2 – Considerações sobre os lugares de Pernambués e década de surgimento, 2017

Lugar	Década	Dados socioambientais	Práticas cotidianas
Baixa da Guine	1980	Situada abaixo dos fios de alta tensão da CHESF, não possui acesso direto a nenhuma grande avenida da cidade. A infraestrutura é pouca, com muitas ruas não asfaltadas, córregos poluídos não urbanizados. Há a presença de hortas.	Vizinhança autoconstruída menos integrada às demais por conta da infraestrutura, da morfologia e da rivalidade entre grupos do tráfico. Internamente o campo e as poucas praças são utilizadas para eventos comunitários.
Alto da Ventosa	1940	Espaço em que a atividade comercial permeia a ocupação habitacional, correspondendo a um dos núcleos centrais do bairro, onde se encontram também marcos simbólicos como igrejas, o “final de linha”. Apesar de possui infraestrutura viária muitas famílias sofrem com eminência de deslizamentos de terra.	Os dados revelam que este lugar possui menor número de desempregados, e viver nele, por seu caráter central, é percebido como uma “ascensão” social dentro do bairro. Há um fluxo intenso de pessoas e veículos e muitos moradores são antigos.
Baixa da Horta	1980	Teve sua urbanização intensificada em 2000 a partir da construção da Av. LEM que favoreceu a pavimentação de ruas e canalização das águas fluviais, pela proximidade com o curso médio do rio já possuiu a maior concentração de hortas,	Há vínculos históricos construídos entre alguns moradores pela presença das hortas comunitárias e pela autoconstrução de equipamentos coletivos, como ponte e praça. O lazer normalmente ocorre às margens do rio com jogos e esportes. Quase não há mais cultivos de frutas e leguminosas.
Baixa de Manu	1960	A mais antiga ocupação em baixada no bairro já possui infraestrutura bastante consolidada com a maioria das ruas afastadas e córregos canalizados e tamponados.	Três famílias são marcantes na ocupação inicial e possuem muitos imóveis, há relação de parentesco forte entre alguns moradores. Foi identificado o cuidado coletivo com crianças e a autoconstrução de uma creche.
Alto do Cruzeiro	1960	Quase nenhum estabelecimento comercial, ruas pavimentadas e a presença de uma torre de telecomunicações e de pequeno “final de linha” do micro-ônibus Pernambués- Jardim Brasília.	A escola municipal favorece algumas atividades comunitárias e ocorrem muitas reclamações sobre a constante falta de fornecimento de água por parte da EMBASA
Barro	1970	Por ser uma área muito baixa, foi uma das últimas a ser totalmente ocupada pela autoconstrução. Pelo acesso direto à Av. Paralela há aqui uma concentração comercial.As inundações são comuns.	A construção da infraestrutura local veio a partir da reivindicação intensa dos moradores na década de 1990. A autoconstrução foi responsável pela praça, espaço cultural, entre outros.
Av. Hilda	1940	Núcleo inicial de ocupação da família de Mãe Hilda, teve intervenção de governos. As baixadas a sudoeste são os novos vetores de crescimento da autoconstrução e possuem infraestrutura muito precária.	Este lugar foi construído a partir de muitas lutas comunitárias como pela chegada do chafariz e da consolidação da escola comunitária. Apresenta em vários trechos concentração comercial.
Baixa da Paz	1970	Ocupação que cresceu atrás de uma importante empresa de transporte coletivo, com logradouros com nomes que remetem a paz.	Era uma vizinhança muito isolada mas que foi se integrando. Há um campo que é muito utilizado para eventos comunitários.
Saramandaia (bairro)	1960	Possui muitas áreas residenciais e alguns pontos de concentração comercial, o nome tem origem na novela honônima que era exibida no início da ocupação.	Há um histórico de organização política que favoreceu a luta para que Saramandaia fosse reconhecida como bairro. A autoconstrução de equipamentos como a Escola Comunitária e a produção cultural são marcantes, sendo um dos poucos bairros a possuir um Plano de Bairro.

Fonte: Rinaldo Rossi (2017)

Do Alto da Ventosa, pode-se ter acesso a Baixa da Guine, através da Santa Clara (figura 21) e à maioria dos lugares de Pernambués: Baixa da Horta, Baixa de Manu, Av. Hilda, etc.

Figura 21 – Praça e rua que ligam Alto da Ventosa, Santa Clara e Baixa da Guine, 2017



Fonte: Google maps, acesso em 2017.

O Alto da Ventosa, como era mais conhecido, tem sido cada vez mais citado como “final de linha”, uso popular que tem mudado – como ocorre em outros bairros de Salvador - o sentido original do termo, apresentando-o como um lugar de vivências e também de moradia. A representação social deste lugar faz com que as pessoas afirmem que vão às compras e algumas chegam até a dizer que residem no “final de linha”. Neste sentido adota-se na pesquisa tanto “Final de Linha” como Alto da Ventosa como topônimos que representam o lugar.

Por ser rodeada por diversas encostas íngremes, o Alto da Ventosa é um dos lugares de Pernambués onde há maior concentração de habitações o que favorece a eminência de deslizamento de terras que pode trazer danos irreversíveis às residências construídas em terrenos de encostas.

É o caso da eminência de risco ambiental apresentado na figura 22, extraída de reportagem do portal R7, em maio de 2017. A imagem destaca a situação a que estão submetidos alguns moradores da rua Ezequiel, próxima ao final de linha. Esta

morfologia, que é comum no bairro, faz dos deslizamentos de terras desastres prováveis em períodos de chuvas fortes na cidade.

A longa extensão de encostas e baixadas a sudeste da rua Escritor Edison Carneiro foi urbanizada com a ocupação por novos moradores que consolidaram uma vizinhança conhecida como Baixa de Manú (figura 23), que se iniciou ainda na década de 1960; o nome se refere a um dos primeiros moradores que lá possuía uma chácara e era conhecido como Manú.

Figura 22 – Encosta situada no Alto da Ventosa, 2017



Fonte: Portal R7 (2017).

O Sr. Valdemar (Lulinha) morador da Baixa de Manú a mais de 40 anos informou que esta é uma das mais antigas vizinhanças e que, no início da ocupação, os lotes de terrenos usados por cada família eram relativamente grandes, com quintal, onde os moradores mantinham árvores e as vezes cultivavam alimentos.

Figura 23 – Habitação na Baixa de Manu, 2017



Fonte: Rinaldo Rossi (2017).

Além de estar próximo ao núcleo central do Alto da Ventosa, a população residente nestas encostas e baixadas poderia chegar a Av. Tancredo Neves e a Av. Paralela por meio de um caminho de barro ao longo da margem do último afluente da margem direita do rio Pernambués.

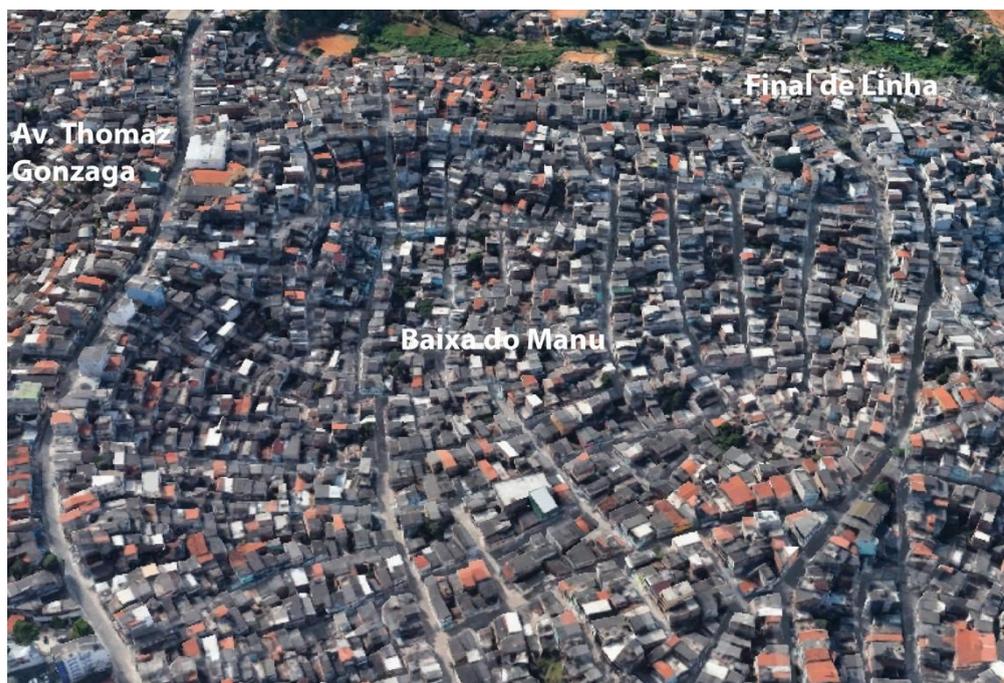
De todo modo, trata-se de uma vizinhança que cresceu tendo encostas por todos os lados, hoje totalmente ocupadas com moradias e comércio. Além do Final de Linha e da rua Escritor E. Carneiro, a Baixa de Manu é uma área quase que exclusivamente residencial, sendo rodeada por favelas (figura 24), quase não possuindo nenhuma vegetação; tamanho é o adensamento, que muitas casas já chegam a possuir quatro pavimentos.

No caso da Baixa de Manú houve a tentativa de organização de um loteamento informal, quando um dos ocupantes repartiu seu lote e se propôs a vender as parcelas, chamando-o de Vila Salgado. Nesta época foi organizada uma associação de moradores homônima que era responsável pela representação política e comunitária. O nome não prevaleceu, e o topônimo Baixa de Manu se consolidou como um dos lugares mais conhecidos dentro e fora de Pernambués, por ser uma das mais antigas e populosas vizinhanças.

Segundo alguns moradores antigos o nome de refere a um dos fundadores daquela ocupação que se tornou o primeiro topônimo a identificar aquela vizinhança,

as pessoas diziam: “vamos lá na baixa de Manu”.

Figura 24 – Modelo de terreno da Baixa de Manú, 2017



Fonte: Adaptado de Googlemaps, 2017.

Com o passar do tempo, a busca por moradia barata próxima ao subcentro do Camarajipe fez com que a Baixa de Manu e Manguinhos crescessem, de modo que na década de 1990 essas terras já haviam sido bastante parceladas, não restando mais os antigos quintais, e iniciando-se o processo de crescimento vertical cada vez maior dessas habitações, que hoje é muito intenso nas proximidades da Av. Paralela e da Av. Tancredo Neves.

A prática da autoconstrução é a base para a reprodução do mercado de moradia popular no bairro, na medida que os moradores mais antigos, ao possuírem terrenos maiores e buscarem rendimento, repartem suas terras em lotes cada vez menores, constroem pequenos imóveis e criam pavimentos superiores independentes com fito a atender os filhos e netos, bem como garantir algum rendimento com aluguel ou venda. No caso da Baixa de Manu foram identificadas pelo menos duas famílias que possuem uma quantidade maior de terras.

Na Baixa de Manú, os moradores se reúnem para promover ações comunitárias, no âmbito sociocultural e também para a construção ou reparo da

infraestrutura comunitária, buscando apoio de comerciantes, empresários, de ONGs, de políticos e dos próprios moradores. Um exemplo bastante atual é a construção de uma creche comunitária, por iniciativa dos próprios moradores para atender a demanda das famílias (figura 25).

Figura 25 – Construção de creche comunitária por iniciativa local, 2017



Fonte: Rinaldo Rossi (2017)

Ainda a sudeste do Final de Linha, no limite do bairro com a Av. Paralela, tem crescido, principalmente a partir dos anos 1980, uma vizinhança de famílias que residem em casas autoconstruídas principalmente em encostas situadas a nordeste da Av. Thomaz Gonzaga (margem direita) e a sudoeste do Alto do Cruzeiro, e às margens de inundação do último afluente do rio Pernambuco.

A parte plana neste trecho, diferente da Baixa de Manú que é um pouco mais alta, só começou a ser ocupada com residências a partir da década de 1980. Isto porque se trata de uma área muito propensa à inundação, risco socioambiental que ainda castiga os moradores deste lugar do bairro.

Um dos caminhos utilizados na década de 1970 pelos moradores da

ocupação da Baixa do Manu, foi às margens deste córrego que atravessa a vizinhança conhecida como Barro, com acesso direto à Av. Paralela, onde foi construída a Av. São Paulo e a rua Nova do Vale nas décadas de 1990 e 2000.

Vale ressaltar que nas visitas a campo, uma das primeiras dificuldades foi estabelecer o limite entre a Baixa do Manu e a vizinhança conhecida como Barro. Ao longo da investigação pôde-se reconhecer que essa diferença reside principalmente no tempo de início de cada ocupação. Pode-se imaginar, com base nos depoimentos, que enquanto a Baixa do Manu estava em sua maior parte ocupada na década de 1980, as terras às margens do córrego eram menos atrativas que as das encostas.

Apesar de ser antiga, a diferença entre os dois lugares tem sido reforçada nas últimas décadas pela atuação do tráfico de drogas e armas, que tem favorecido em muitos momentos uma segmentação entre os dois lugares, uma vez que em cada um deles atua um grupo que é concorrente do outro, gerando prejuízos aos moradores. Nos momentos de maior conflito entre esses grupos, muitos impactos são causados às famílias que residem de ambos os lugares (Baixa de Manu e Barro), vítimas dos conflitos entre traficantes e da ação violenta da polícia. O cotidiano é então alterado por esta dinâmica socioeconômica favorecendo a fragmentação socioespacial, na medida que interfere nos percursos escolhidos pelos moradores e nas sociabilidades que se desenvolvem no bairro.

O fato é que a maior parte da ocupação do Barro só se deu na década de 1990, em lotes de terrenos cada vez menores. Através da luta da comunidade foi possível a instalação da Escola Municipal de Pernambués, na gestão do prefeito Mário Kertesz na década de 1980 (figura 26); bem como as manifestações que os moradores do Barro e da Baixa de Manu fizeram na Av. Paralela no final da década de 1990 permitiu que no início dos anos 2000 fosse realizada uma obra de canalização e tamponamento do rio, viabilizando a pavimentação da Av. São Paulo.

Figura 26 – Escola Municipal de Pernambués, ano desconhecido



Fonte: Fundação Gregório de Mattos, PMS.

O Barro tornou-se uma das áreas mais adensadas de Pernambués, pela sua proximidade com a Av. Paralela, de modo que o limite para o crescimento dessa vizinhança foi dado pelo próprio rio Pernambués (figura 27) e pela instalação da concessionária Grande Bahia à margem da Av. Paralela e do rio.

A pavimentação de ruas e construção de escadarias (figura 28) se deu no final da década de 1990 e início da de 2000, e durante muito tempo os moradores sofreram para obter mobilidade, tendo que atravessar ladeiras e caminhos que em tempo de chuva ficavam lamacentos, causando prejuízos de diversas ordens àquelas famílias, como afirma o sr. Valdemar, “era difícil até para trabalhar, a gente chegava cheio de lama, parecia que a gente era descuidado”.

Mesmo com os investimentos feitos pela PMS na pavimentação de ruas e construção de escadarias, os moradores continuam tendo o sofrimento recorrente em seu lugar de moradia, em decorrência dos alagamentos, que se tornaram o principal problema desta área do bairro. Ocorre que com o adensamento crítico do lugar e as canalizações feitas no rio, associada a falta de limpeza dos canais tem tornado a inundação (figura 29) um desastre previsível que ocorre todos os anos e que não é alvo de nenhuma medida enfática por parte do poder público, cabendo aos moradores se organizar para cobrar uma postura do poder público, ou eles mesmos fazerem a limpeza, como já ocorreu, afirma o sr. Silvio Torres.

Figura 27 – Rio Pernambués e a concessionária Grande Bahia, 2017



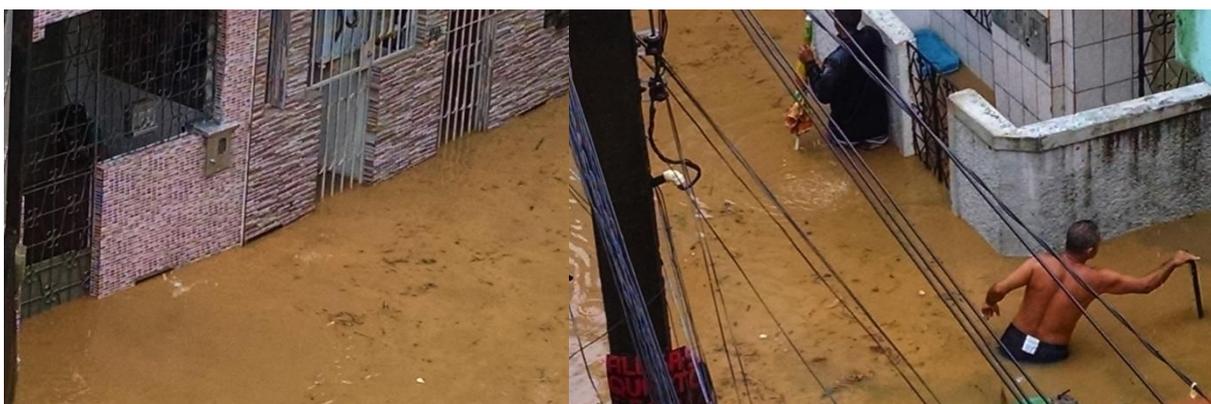
Fonte: Rinaldo Rossi (2017)

Figura 28 - Escadaria que dá acesso ao Barro



Fonte: Rinaldo Rossi (2017)

Figura 29 – Alagamento nas imediações da rua Nova do Vale em 2015



Fonte: Portal G1 (2017).

A figura 29 demonstra um momento difícil a que foram submetidos os moradores da rua Nova do Vale, da travessa Castro Alves e adjacências, mostrando a luta para se locomover e tentar salvar bens pessoais e entes queridos. A inundação é um risco permanente para os moradores do lugar, que temem os períodos de chuva, as vezes saindo de lá e indo para a casa de parentes para

minimizar o problema.

Deve-se destacar que apesar das especificidades sobre o modo como cada lugar se consolidou, pode-se dizer que alguns possuem algum nível de integração mútua, é o caso do Alto do Cruzeiro que possui uma linha própria de micrônibus (figura 30) que atravessa as ruas principais da Baixa de Manú e do Barro.

Figura 30 – Micro-ônibus linha Alto do Cruzeiro
– Pernambués, 2016



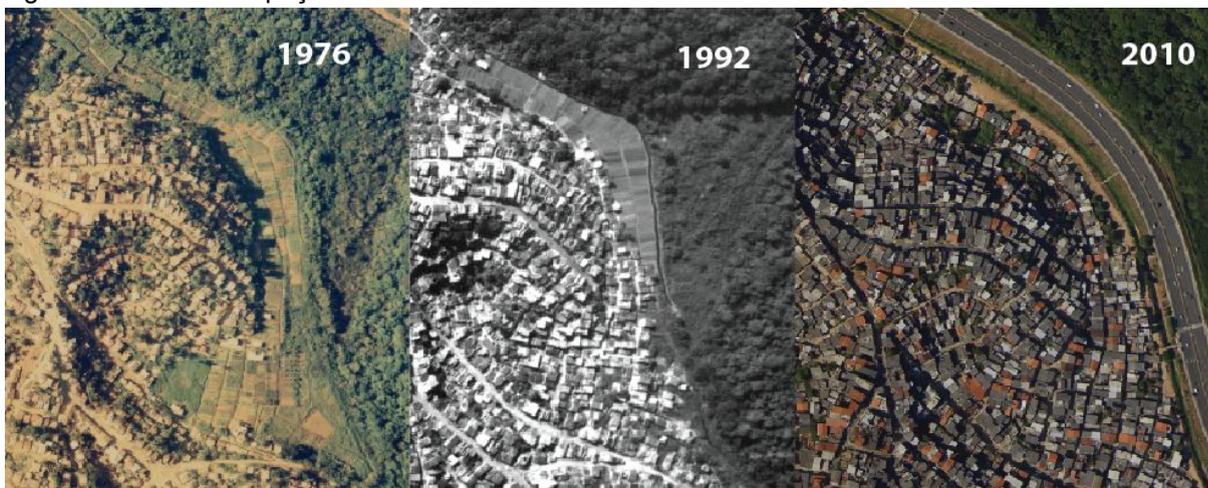
Fonte: Googlemaps (2015).

No lado nordeste do Alto do Cruzeiro encontra-se a Baixa da Horta, lugar de moradia que teve sua ocupação iniciada nas encostas a leste do final de linha ainda na década de 1970. Nesta época predominava neste setor a existência de grandes hortas que tinham o rio Pernambués e as matas do 19º BC como limites. Até a década de 1990 essas hortas tinham grande relevância para o bairro, tanto que dão sentido, até hoje, a topônimo do lugar.

Conforme apresentado em item anterior, com a construção da Av. LEM em 2001 e com a canalização do curso médio do rio Pernambués, houve uma valorização das terras no entorno, que cada vez mais foram ocupadas pela moradia popular enquanto as práticas de agricultura tornavam-se cada vez mais restritas, o que também ocorreu pela necessidade de abrir novos caminhos e construir ruas (figura 31). A população passou a ter um novo eixo de mobilidade com a cidade, através das paradas de ônibus desta nova avenida, mais acessível aos que vivem

nesta vizinhança.

Figura 31 – Uso e ocupação do solo na Baixa da Horta



Fonte: CONDER, 1976, 1992 e 2010.

Assim como nos demais lugares onde predominou a autoconstrução, as entrevistas entre moradores revelaram práticas de solidariedade, em decorrência do histórico e do cotidiano de dificuldades vividos em comum. Entre as práticas de gestão compartilhada do lugar está a limpeza regular do rio e a manutenção do campo de futebol, algumas vezes com auxílio de agentes do poder público e do vereador que atua no bairro. Os moradores do lugar fazem também a manutenção da ponte sobre o rio (figura 32) com o uso de materiais reutilizados e a construção improvisada dos degraus de acesso à Av. LEM.

Na Baixa da Horta os moradores reconhecem que há algum conforto ambiental proporcionado pela presença de grande densidade de mata atlântica no 19º BC, que com a abertura da Av. LEM torna o espaço arejado. O rio é margeado pela rua 2 de Julho, uma rua extensa que conecta a avenida Paralela às residências da Baixa da Horta até a proximidade do final de linha. Também por ser larga, permite o lazer das crianças e é um espaço de encontro entre moradores, que costumam jogar dominó, baralho e conversar embaixo das árvores.

A eminência de risco ambiental também é vivida e relatada por alguns moradores nas imediações da rua 15 de Abril (figura 33), onde cerca de 25 famílias sofrem com danos constantes causados aos seus bens em decorrência de deslizamentos de terra da encosta localizada atrás de suas casas.

Figura 32 – Manutenção improvisada da ponte sobre o rio Pernambuco, 2017



Fonte: Rinaldo Rossi (2017)

Figura 33 – Encosta que ameaça habitações na Baixa da Horta, 2017



Fonte: Rinaldo Rossi, 2017.

Esta imagem mostra apenas um trecho da encosta que se estende ao fundo de uma sequência das casas, que são diretamente afetadas por esta realidade morfodinâmica. Muitas partes da encosta estão com o solo exposto e a encosta chega a ser mais alta que as casas situadas no sopé. Nos períodos de chuva, invariavelmente, parte da terra desliza em quantidade expressiva para dentro das casas, derrubando contenções caseiras, paredes e destruindo móveis e utensílios domésticos. Além dos prejuízos materiais, os períodos de chuva são momento de tensão entre esses moradores e os vizinhos, que temem que algum dia o deslizamento de terras chegue a derrubar casas e matar pessoas, fato que já foi denunciado aos poderes públicos por moradores e lideranças do bairro.

Isso reforça o risco ambiental como um perigo constante que afeta a vizinhança gerando laços de pertencimento, decorrente dos sofrimentos e lutas que envolvem viver nestas condições.

Outra situação inadequada na habitação de Pernambués ocorre onde cresceu a Baixa da Guine, lugar que começou a sua urbanização na década de 1980, com poucas casas ao longo das encostas permeadas por árvores e quintais, enquanto que nos fundos de vale do rio desenvolveram-se hortas. Essa comunidade de vizinhança passou com o tempo a ser conhecida como Baixa da Guine, em alusão a sua principal referência, estar abaixo das linhas de transmissão de energia elétrica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)³⁷.

Pode-se dizer que, apesar de possuir indicadores socioeconômicos semelhantes às demais favelas de Pernambués, a Baixa da Guine possui em relação a elas uma desvantagem. Está mais longe das principais ruas no entorno do bairro, possuindo apenas uma conexão indireta com a Av. LEM, que possui uma menor oferta de serviços e transporte coletivo em relação à Av. Paralela e Av. Tancredo Neves, por exemplo.

³⁷ Conforme indica a Lei Federal 11.934/2009 (que atualiza a de 4.771/1965), os equipamentos de transmissão elétrica, como são os fios de alta tensão da CHESF, expõem pessoas a riscos específicos destas instalações, que acabaram por tornar essas áreas inutilizáveis para a construção de habitação formal, tendo se tornado áreas propícias a autoconstrução popular e a agricultura urbana.

Talvez por esse motivo, a Baixa da Guine tenha sido considerada pelo pastor Josadaque Chagas, que realiza atividades religiosas nesse lugar, como “uma das áreas mais pobres e menos assistidas pelo governo” em Pernambués. Ele afirma que há um isolamento significativo dos moradores em relação ao contexto geral colocando os moradores em situação de maior vulnerabilidade:

Aqui [na Baixa da Guine] é muito difícil, o pessoal tem mais dificuldade de transitar por conta das rivalidades [entre facções] e os meninos acabam se aproximando disso muito cedo e levando isso até para a escola (CHAGAS, entrevistado em 2017).

A Baixa da Guine, diferente do Alto da Ventosa, Baixa do Manu, Barro, Alto do Cruzeiro e Baixa da Horta, possui uma quantidade maior de ruas e travessas não pavimentadas. O córrego que tem seu curso nesta baixada não foi canalizado (figura 34) na maior parte do seu trecho e as hortas, como já mencionado, ainda existem.

Figura 34 – Córrego na Baixa da Guine, ano desconhecido.



Fonte: Grupos de whatsapp - fotógrafo desconhecido.

Com o intuito de melhorar a situação dos equipamentos e acessos do bairro os moradores são obrigados a corriqueiramente fazer mutirões para construir infraestrutura ou dar manutenção ao que já tem. Como exemplo, destaca-se a obra liderada pelo morador e organizador esportivo local, o sr. Zico, que cobrou dos

representantes do bairro a construção de uma praça e acesso a uma das importantes escadarias da Baixa da Guine. Com a doação dos materiais feita pelo vereador do bairro e por outros moradores, os próprios moradores se reuniram para realizar a obra que era um desejo antigo das famílias (figura 35).

Figura 35 – Autoconstrução de praça na Baixa da Guine, 2016



Fonte: Rafael Arcanjo (2016).

Como vem sendo apresentado, a autoconstrução de equipamentos coletivos e de uso comum tem sido uma prática recorrente dos moradores de Pernambués, em busca da consolidação de uma infraestrutura mínima para as suas vizinhanças, que permitam condições básicas de vida. Para o caso da Baixa da Guine, esse não é o único equipamento construído e mantido pelo esforço dos próprios moradores, que asseguram, muitas vezes, manutenção do campo e a limpeza dos espaços comuns.

Não se pode falar da urbanização popular em Pernambués sem mencionar a Av. Hilda, rua que conecta a Av. Thomaz Gonzaga com a Av. Tancredo Neves. No

entorno desta avenida, algumas comunidades de vizinhança se desenvolveram como Manguinhos, Vila Araguaia e Rua das Flores

O ex-vereador Manoel Pinto e seus familiares possuíam as principais terras da parte alta da Av. Hilda. O ex-vereador era visto como uma pessoa muito influente por ter tido parceria política com diversos governadores do estado da Bahia, como o próprio Antônio Carlos Magalhães, de quem era apoiador, relações que em certa medida favoreceram a implementação de infraestrutura e a oferta de serviços públicos em Pernambués.

A Escola Municipal Epaminondas Berbert de Castro, por exemplo, iniciou suas atividades ainda na década de 1960, por iniciativa comunitária local, na residência do próprio Sr. Manoel Pinto que depois doou o terreno à PMS para que ali funcionasse a escola:

A Escola Epaminondas Berbert de Castro, que funciona há cinquenta e um anos atendendo à população do bairro de Pernambués e seu entorno, teve seu início como escola comunitária fundada pelo Senhor José Manuel Pinto, “Seu Nezinho”. No começo, atendia a poucas crianças da rua em que Senhor Manuel morava e funcionava na própria casa do seu fundador. Com a necessidade em gerar mais vagas para atender à população, carente de escolas, Senhor Nezinho se mudou, doando sua casa à Prefeitura de Salvador para a construção de uma instituição de ensino que, nesta época, recebeu o nome de Escola Municipal Epaminondas Berbert de Castro e atendia às crianças do bairro e seu entorno. Ainda nesta época, era muito difícil atender plenamente às necessidades da população, pois, o estabelecimento educacional funcionava em um galpão, com apenas três salas, desde sua inauguração em 1967. (CHUNG, 2010: 35).

Além de representar parte da história do bairro, a Av. Hilda foi um dos vetores de grande importância para o crescimento de Pernambués. Lá foram instalados estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos como o posto de saúde, bem como alguns imóveis construídos por empresas, a exemplo do edifício mostrado na figura 36.

Por outro lado, o que tem predominado neste setor do bairro, em termos habitacionais, é a autoconstrução popular. Com o crescimento urbano do bairro e o crescimento da atividade econômica no entorno da Rodoviária e do Shopping Iguatemi (atual Shopping da Bahia), pós-1970, muitas encostas e ruas próximas foram sendo ocupadas como a rua Claudionilda, a rua Santa Luzia, rua Luíza entre outras que articulam a Av. Hilda com as ocupações em encostas e baixadas.

Na baixada situada entre a Av. Hilda e a Av. Thomaz Gonzaga localiza-se o lugar conhecido como Manguinhos que foi uma das ocupações populares mais antigas no bairro. A sua urbanização está bastante articulada ao crescimento da Rua Nova de Pernambués, que pode ser acessada pela Av. Thomaz Gonzaga, área que concentra parte do comércio local.

Figura 36 – Edifício e Escola Municipal na avenida Hilda, 2017



Fonte: Rinaldo Rossi (2017).

Nas vizinhanças situadas na parte mais baixa da Av. Hilda e em seu entorno destaca-se a urbanização na Vila Grilo e na rua do Hipódromo, que foi construída em 1978, que tem sua saída onde está localizada a Madeireira Brotas (figura 17) que tornou-se uma espécie de *shopping* da carpintaria e dos materiais de construção

porque atendeu a demanda de diversos consumidores de bairros adjacentes que se mantiveram em crescimento no final do século XX, como Brotas, Pituba, Costa Azul, entre outros.

Figura 37 – Madeireira Brotas e Pernambués, ano desconhecido



Fonte: Desconhecida/internet.

O Sr. Silvio Torres destacou o papel que teve a presença de uma empresa de médio porte no bairro ao afirmar que na década de 1990 ela empregou alguns moradores e que, pelo interesse do dono em manter um bom vínculo com o bairro, estabelecia uma relação direta com muitos moradores e criava facilidades para o pagamento das mercadorias, com parcelamento ou permuta por serviço.

Nos últimos 20 anos a urbanização no setor oeste da Av. Hilda, um dos últimos a ganhar ocupação expressiva, cresceu bastante, tornando-se hoje a área mais propícia à ocupação de terras. Um morro pouco ocupado segmenta a Saramandaia em relação as vizinhanças da Vila Araguaia e da rua das Flores, que pode ser acessada pela ladeira do Alto da Mangueira (figura 38). A figura 38, fotografia tirada do fundo da Associação Beneficente e Recreativa de Pernambués (ABREPE), representa o atual setor de expansão residencial popular do bairro, que envolve duas referências principais: a Vila Araguaia e a rua das Flores. Nestes lugares as ocupações crescem cada vez mais e podem ser observadas muitos imóveis sendo autoconstruídos.

Figura 38 – Retrato a oeste da av. Hilda, 2017
Fonte: Rinaldo Rossi (2017)



Lima (2016) relata que pelo menos duas vezes tentaram remover os moradores da Saramandaia, mas que aos poucos foram sendo feitos acordos que diminuíram a tensão entre as partes (ocupantes, proprietários de terra e governo do estado). Além disso, a autora apresenta que a autoconstrução de equipamentos coletivos também foi muito importante para a organização local, sendo que a escola comunitária foi uma das primeiras iniciativas totalmente autônoma dos moradores.

Assim como os demais lugares onde predominou a autoconstrução da moradia em Pernambués, Saramandaia possui uma história semelhante, atrelada a marcos e agentes comuns.

5.1.1 A emergência do lugar em loteamentos formais

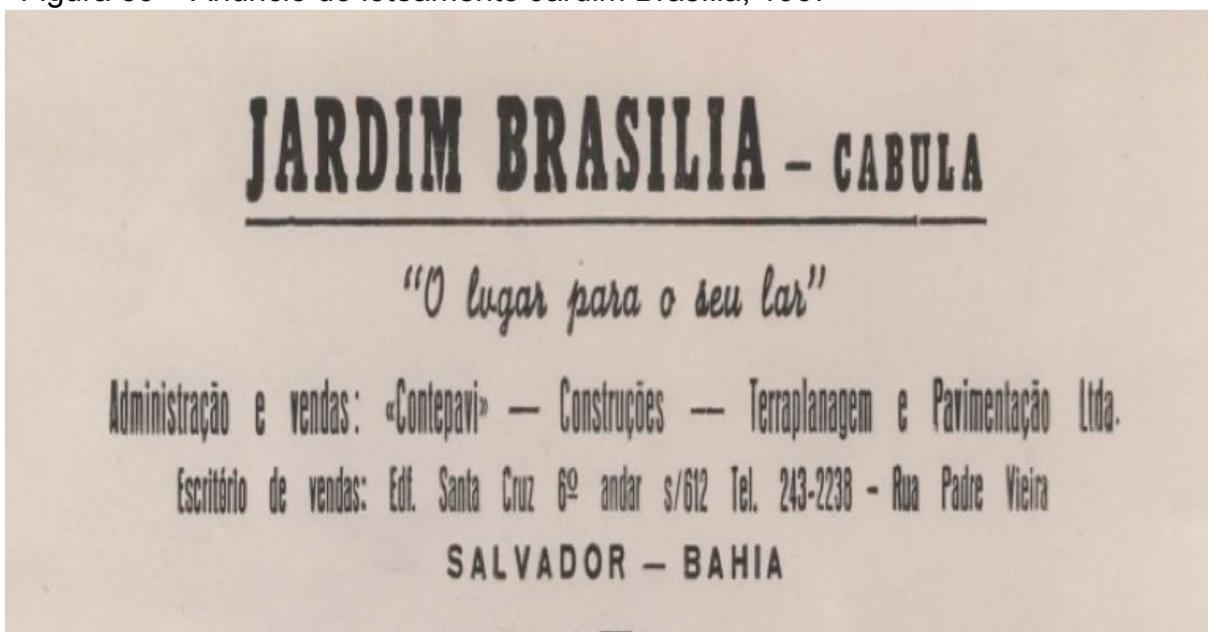
Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto que os loteamentos formais também podem ser caracterizados como lugares do bairro, ainda que haja em alguns deles uma menor integração entre moradias, uma tímida ocupação do espaço público e uma tendência menor ao pertencimento, na medida em que são enfrentados menos desafios e sofrimentos coletivos, reduzindo o número de eventos que venham a promover laços de amizade, assim como as relações de parentesco geralmente não são tão forte entre os moradores como revelou a pesquisa sobre a Baixa de Manu, por exemplo.

Isso, por outro lado, não anula a existência de práticas que promovam integração e a organização entre os que vivem nessas glebas, o que ocorre em campos de futebol públicos e privados, no Jardim Brasília Center que reúne bares e em outros equipamentos comuns, bem como na organização comunitária que também existe. Destaca-se aqui a liderança de Dona Detinha e do Sr. Olímpio, e a auto-organização dos moradores da rua Guilherme Muniz.

O Loteamento Jardim Brasília (LJB) não é, por sua vez, homogêneo. As áreas mais próximas do Cabula e da Av. Thomaz Gonzaga foram mais valorizadas e utilizadas pelo mercado imobiliário formal enquanto nas áreas menos valorizadas e com menor infraestrutura cresceu a moradia popular, tanto pela ocupação informal, como no caso da Saramandaia, quanto por acordos entre proprietários de terra e moradores.

Destaca-se que até no setor do LJB produzido pela incorporação imobiliária, há uma construção simbólica do espaço local; a busca por uma afirmação do lugar está presente na propaganda (figura 39) e no imaginário atual dos moradores. Assim o LJB ganha uma referência própria, que o diferencia da Saramandaia, e das favelas de Pernambués, buscando situá-lo mais próximo ao Cabula.

Figura 39 – Anúncio do loteamento Jardim Brasília, 1967



Fonte: Lima, 2016.

Essa tentativa de diferenciação está presente nas publicações da própria CONDER (1978) que não reconhecia este lugar como parte do bairro. Mas o dado que mais reforça a ideia de que há entre os moradores do LJB uma tentativa de não se identificar com Pernambués foi obtido por meio dos questionários respondidos em que 48%, ao serem questionados sobre o bairro em que moram, identificaram como bairro o Jardim Brasília.

Pode-se dizer, por outro lado, que a urbanização do LJB ocorreu de modo articulado com o núcleo central em torno da praça Arthur Lago. Observa-se também que uma forte diferenciação residencial está mais associada à Saramandaia que cresceu, em grande parte, em terras do loteamento. Uma das duas escolas estaduais de Pernambués se situa nesta área, o Colégio Estadual Kleber Pacheco, que atende os estudantes oriundos da Saramandaia, LJB, Loteamento Chácara da

Perseverança, setor oeste da Av. Hilda entre outras comunidades de vizinhança.

Outra comunidade de vizinhança onde foi verificada a construção social do lugar foi o Loteamento Chácara da Perseverança (LCP), muito conhecido pelos moradores mais antigos do bairro, onde foi construído o primeiro núcleo central do bairro, onde se localiza o CSU e a Praça Arthur Lago, a sede da 1ª Companhia Independente da Polícia Militar, tendo sido um lugar cada vez mais propício à instalação de comércio e serviços.

O LCP é o loteamento promovido pelo mercado imobiliário formal que mais está integrado à dinâmica do bairro. Lá habitam famílias com renda inferior ao do LJB (menos que quatro salários mínimos) e que utilizam muito mais os equipamentos públicos, interagindo assim com moradores de diferentes lugares. As ruas principais do LCP possuem maior movimento de pedestre e atividades de rua, como os jogos de dominó e baralho, muito comuns nas imediações da praça Arthur Lago.

O estudo desses loteamentos privados mostra que estes não são exclusivamente residenciais, nem tampouco homogêneos. Na área do LCP, por exemplo, em 2013, o Governo do Estado, por meio do programa Casa da Gente, entregou apartamentos para 60 famílias do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS), que receberam moradias gratuitas, no conjunto habitacional chamado de Vila da Perseverança.

5.2 LUGAR E SEGREGAÇÃO

Conforme apresentado anteriormente, a segregação, em linhas gerais, é um conceito que evidencia o conjunto de processos socioespaciais que promovem um isolamento de determinado grupo social na cidade, seja por uma escolha própria (autossegregação) ou de modo involuntário, a partir de determinações econômicas, étnicas ou culturais.

Para compreender a produção e reprodução do espaço urbano de Pernambués foi necessário compreender a construção social dos lugares; esses

espaços reúnem vizinhanças residenciais, espaços públicos, áreas comerciais e equipamentos coletivos, os quais têm correspondido a valores de troca e de uso que estão presentes na representação social do espaço local. As temporalidades e espacialidade de cada um destes lugares está relacionada aos diferentes processos de urbanização a que passaram e às memórias vividas pelos moradores no espaço local.

Conforme já apresentado, os lugares de Pernambués foram condicionados historicamente segundo a estruturação dos arranjos espaciais feitos pelos agentes do mercado imobiliário formal e do poder público que ao construírem ruas, equipamentos e moradias foram fomentando a ocupação formal e a informal.

Compreendendo segregação e autosegregação como processos socioespaciais que são opostos-complementares, fez-se o esforço, nesta pesquisa, de compreender com que intensidade cada um desses processos participou da urbanização dos diferentes lugares do bairro.

A constatação inicial se dá em torno da ideia de que as vizinhanças que cresceram a partir da autoconstrução tem sido definida historicamente por processos de segregação socioespacial e racial nos moldes apresentados por Garcia (2006). Isso porque tais lugares emergiram de “invasões” que formaram favelas típicas de cidades que possuíram grande contingente de negros escravizados, ou ex-escravos, que se mudaram para a cidade em busca de emprego, dando novas formas ao que Garcia (2006) considerou como segregação racial histórica.

No campo simbólico, por exemplo, já na década de 1990 a imprensa apresentava as favelas de Pernambués como lugares de grande concentração de marginais e pessoas violentas. Na chamada de uma reportagem sobre Pernambués, o jornal A Tarde qualifica-o da seguinte forma: “Violência – Prostituição infantil cresce com a falta de policiamento”, mascarando a profundidade dos problemas sociais urbanos que condiciona as famílias, e acaba por estereotipar a realidade social do bairro, construindo uma representação social atrelada ao perigo e à falta de perspectiva, não mostrando o potencial cultural ou profissional, o que contribui para segregá-las ainda mais:

Pernambués é o ‘primo pobre’ dos bairros que nasceram simultaneamente com a mudança de rumo do comércio de Salvador a partir de meados da

década de 70 [...]

[...] a violência, manifesta-se principalmente à noite, em alguns locais já bem conhecidos da política, como a Baixa de Manu, Baixa da Guine e Rua da Legalidade, como também próximo a Madeireira Brotas, onde existe quase uma centena de motéis, muitos dos quais já assaltados pelos marginais. O tráfico de drogas estaria por trás de todos esses focos de violência. (A TARDE, ano desconhecido)

Ainda que as ocupações mais antigas estejam mais consolidadas em termos de infraestruturas como ruas pavimentadas, escadarias, praças (poucas), entre outras, são espaços muito mais adensados que aqueles consolidados formalmente. Geralmente, os moradores sofrem com a falta de manutenção dos serviços públicos, o que é alvo de forte cobrança local. Nesses casos a infraestrutura urbana só chegou na década de 1990 e 2000, como nos casos da Baixa do Manu, Barro e Baixa da Horta.

Além disso, pela insegurança jurídica, essas vizinhanças estão mais sujeitas a serem prejudicadas com empreendimentos de agentes privados ou dos governos, como no caso do projeto de construção da Linha Viva³⁸.

Dinâmicas de segregação fizeram, portanto, das unidades de vizinhanças erguidas sobre invasões, espaços nos quais seus habitantes estão mais sujeitos à vulnerabilidade e à espoliação urbana, que são, na prática, dificuldades impostas ao cotidiano dessas pessoas, no que tange o acesso a direitos básicos e à eminência constante de risco ambiental, ou até mesmo a exposição à violência urbana.

Nesse sentido, inúmeros são os impactos retratados pelos moradores causados pela militarização da ação da polícia, que tem se tornado nas últimas décadas mais ostensiva com o uso de armamentos mais pesados, sendo um fenômeno que reproduz a pobreza urbana. Afinal, como afirmam os moradores as abordagens policiais violentas a famílias inocentes e os conflitos entre grupos do tráfico de drogas têm gerado prejuízos às suas vidas, como a perda de familiares, às vezes inocentes, e os constrangimentos pessoais.

A falta de oportunidades de ascensão socioeconômica ou profissional tem feito crescer os grupos do crime organizado. A realidade da militarização em

³⁸ Projeto proposto pela PMS em 2013 que previu a construção de uma avenida com mais de quatro postos de pedágio, destinada apenas a carros individuais, que deveria seguir o trecho das linhas de alta tensão da CHESF. O projeto não foi sequer licitado e para ser executado implicaria a remoção de lugares como Saramandaia e Baixa da Guine.

Pernambúés, e em bairros periféricos em várias cidades brasileiras, pode ser considerada um fator de segregação socioespacial, por contribuir com a reprodução da pobreza urbana.

No outro extremo, destacam-se os conjuntos habitacionais para servidores públicos (São Judas Tadeu e João Durval) e os condomínios como espaços residenciais fechados, que possuem alguma disponibilidade de equipamentos coletivos dentro dos muros, além de guaritas e equipamentos de vigilância. A situação socioespacial destes espaços tem sido condicionada pelos processos de autossegregação, o que ocorre também em outros bairros populares periféricos, como no caso dos conjuntos residenciais Mirantes de Periperi e Colinas de Periperi, estudados por Rossi (2017a); nestes casos, pela distância física e pelas características dos projetos, há flagrante tentativa de isolar um grupo de *status* profissional um pouco mais valorizado (servidores públicos) dos demais moradores do bairro.

Acontece que, como destaca Rodrigues (2013) a reprodução dos espaços residenciais nas cidades tem sido definida a partir de uma disputa de interesses entre classes e frações de classe social. As frações da classe trabalhadora se materializam no espaço local como grupos profissionais ou de renda, que moram em determinadas áreas do bairro periférico; os que têm melhores salários ou empregos acabam por ter acesso a programas de moradia e financiamento, situado geralmente nos melhores terrenos, com melhor infraestrutura e acesso a equipamentos de consumo coletivo, o que implica, na escala intra-bairro, diferenciação entre espaços residenciais.

Em Pernambúés, os dados revelam que não há famílias muito ricas, a maioria da população dependente de sua força de trabalho, sendo que as condições socioeconômicas e profissional foram fatores decisivos no momento inicial da urbanização, que ajudaram a definir o padrão atual de diferenciação interna.

Há de se considerar que há um modo bastante particular de segmentação entre áreas residenciais periféricas em Pernambúés e Saramandaia que é o fechamento de vielas e becos, em lugares onde predomina a autoconstrução, com portões que tendem a ficar trancados durante o dia ou apenas pela noite (figuras 40 e 41).

A busca e a construção concreta de um espaço residencial que não permita trânsito daqueles que são considerados como 'marginais' por alguns foi evidenciada empiricamente por Rossi (2017a) na análise sobre espaços residenciais fechados em três bairros do Subúrbio Ferroviário. Essa realidade se refere à tendência, evidenciada em Souza (2000) e Rodrigues (2013), de muitas famílias em ruas pobres quererem se isolar, em certa medida, das demais pessoas da vizinhança para que assim evitem que suas ruas se tornem cenas de uso de drogas, passagem para desconhecidos ou rotas de fuga em conflitos ou batidas policiais.

Figura 40 – Viela com portão, Baixa da Horta – 2017



Fonte: Rinaldo Rossi (2017).

Figura 41 – Escadaria com portão na av. Thomaz Gonzaga, 2017



Fonte: Rinaldo Rossi (2017).

A constatação do cercamento e/ou da construção de portão não são dados suficientes para qualificar um processo de autosegregação, isso porque não há diferenças significativas entre os moradores de dentro e fora do muro, de modo que o cercamento dessas vias públicas não afeta diretamente o acesso a bens e serviços, gerando poucos impactos na dinâmica socioespacial mais geral do bairro.

Por outro lado, pode-se dizer que os espaços residenciais fechados maiores, onde se concentram grupos com renda um pouco mais elevada que a da maioria do bairro, como os condomínios ou conjuntos habitacionais cercados, podem ser identificados como lugares, segundo a argumentação defendida por Carlos (2007b: 99), para quem “fechamento da rua, o isolamento da rua no bairro” implica as formas espaciais usos mais restritos, permitindo aos moradores a realização do “lugar enquanto ideologia, como auto-segregação”. O que caracteriza tais lugares é a forte segmentação, a gestão compartilhada dos espaços comuns e a busca por um ambiente residencial homogêneo, pelo menos no quesito renda, não apenas como uma representação social.

Deste modo, o sentimento de pertencimento estabelecido ao longo do tempo e as interações sociais, praticadas na organização administrativa, no uso de espaços comuns, no lazer etc. favorecem a definição dos espaços residenciais fechados Como lugares (SPOSITO; GOÉS, 2013), termos defendidos nesta dissertação.

Em Pernambués, foram identificados seis espaços residenciais fechados que são denominados em suas placas como condomínios e dois conjuntos habitacionais que optaram pelo cercamento, mantendo muros e portões (figura 42).

Todas elas são vizinhanças muradas com guaritas, portões, porteiro e equipamentos de vigilância. Ainda no caso do conjunto São Judas Tadeu, onde os portões ficam abertos durante todo o dia, não havendo quase nenhum constrangimento aos pedestres e carros que lá entram, considera-se que os esforços empregados em garantir a vigilância e o controle de fluxos são evidências de práticas cotidianas decorrentes da dinâmica de autosegregação.

Figura 42 - Espaços residenciais fechados e loteamentos regulares em Pernambués, 2010.



Fonte: Elaboração própria, 2017, com dados da CONDER, 2010.

Deve-se destacar que o isolamento socioespacial em relação ao bairro tem, no Conjunto João Durval e no Condomínio Vivendas do Iguatemi, os exemplos mais expressivos, uma vez que, apesar de estarem inscritos formalmente em Pernambués, a entrada destes no Acesso Norte e na Av. Tancredo Neves,

respectivamente, restringem a interação com os núcleos centrais do bairro e demais lugares de moradia.

A noção de autosegregação para as famílias de categorias específicas de trabalhadores não deixa de ser um conteúdo que norteou a construção do conjunto residencial São Judas Tadeu, por exemplo, o qual apesar de não funcionar como um condomínio, é cercado com muros e tem suas vias de acesso vigiadas. Neste caso a gênese decorre do interesse da empresa Petrobrás e do Governo federal em viabilizar moradia acessível a uma parte dos funcionários de salários mais baixos, que obtiveram facilidades para residir em Pernambuco³⁹

Os edifícios, conjuntos e condomínios murados estão nas melhores localizações do bairro em termos de infraestrutura, a maioria deles estão situados na Av. Thomaz Gonzaga vizinhos à praça Arthur Lago e ao Centro Social Urbano. Até hoje nas eleições do sindicato da categoria são organizadas urnas nos prédios, a fim de proporcionar a participação de servidores aposentados e ativos.

Esta lógica de autosegregação também se reproduz no conjunto João Durval (figura 43), próximo ao Jardim Brasília e vizinho ao DETRAN, que apesar de não ser formalmente um condomínio é organizado enquanto tal, tendo acesso regulado por portaria e serviços de vigilância terceirizados.

Figura 43 – Guarita de acesso ao Conj. João Durval, 2018



Fonte: Rinaldo Rossi, 2018.

³⁹ O conjunto habitacional São Judas Tadeu é formado por 43 edifícios com apartamentos de 60 e de 80 metros quadrados, além de campo, parque infantil, guarita e áreas comuns.

Há outros espaços residenciais fechados como nos condomínios Jardim Europa (figura 44), Sistema Solar e Vivendas do Iguatemi. Neste último, a fragmentação socioespacial torna-se mais evidente, uma vez que o condomínio possui acesso único voltado para Av. Tancredo Neves, vizinho ao Terminal Rodoviário, o que não favorece a interação com o bairro⁴⁰.

Em seu estudo, Fernandes (1992) relatou a ampliação do comércio e dos serviços no bairro após 1970, explicando que alguns proprietários de terra e empreendedores do setor imobiliário teriam tentado valorizar o quanto possível parcelas de terra melhor localizadas em relação a infraestrutura disponível e mais próximas de vizinhanças com renda familiar mais elevada. Naquele momento não houve sucesso, mas cerca de quatro décadas depois, a partir da reestruturação da Rótula do Abacaxi ocorrida em 2000 e de uma nova estratégia, esta possibilidade foi efetivada com a construção do Shopping Bela Vista e do conjunto de edifícios a ele associado (Horto Bela Vista), com uma proposta de condomínio-clubes⁴¹.

Figura 44 - Condomínio Jardim Europa, 2017



Fonte: googlemaps (acesso em jun./2017)

⁴⁰ Os acessos ao condomínio Vivendas do Iguatemi e ao conjunto João Durval possuem ligação direta com avenidas de tráfego rápido e de conexão com os principais eixos viários da cidade, isto favorece a fragmentação socioespacial do lugar em relação a dinâmicas intra-bairro.

⁴¹ Os objetivos dos condomínios-clubes é oferecer ao morador serviços e itens de lazer que reduzam a necessidade de sair do condomínio onde mora; geralmente possuem escolas, mercados, centros de atividade física e outros equipamentos a ele conectado. (<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/os-pros-e-contras-dos-condominios-clubes/> último acesso em jun./2018)

Outra mudança significativa surgiu no contexto da construção da Via Expressa⁴², com a conclusão do shopping Bela Vista e do Horto Bela Vista em 2012 fazendo expandir ainda mais a reestruturação urbana entre os bairros de Pernambués e Cabula, com nova disponibilidade de equipamentos de mobilidade e estabelecimentos de comércio e serviço. O projeto do Horto Bela Vista ocupa uma área de 327.691,34 m² e é composto por:

[...]por 19 (dezenove) edifícios residenciais com 32 a 34 pavimentos cada, distribuídas em 7 (sete) glebas condominiais com grupo de edifícios identificad0s por C1 a C7, totalizando 3.046 unidades residenciais e 6.100 (seis mil e cem) vagas, 3 (três) edifícios comerciais com 1.280 unidades comerciais e 1 (um) hotel/flat com 448 unidades hoteleiras agrupadas em um único grupo de edifícios totalizam 4.047 vagas de estacionamento, 1 (um) clube social privativo, 1 (uma)escola, 1 (um) parque e 1 (um) Shopping Center, que se destaca com sua ampla projeção horizontal predominante na área. (PLANARQ, 2010: 26).

Segundo Virgens (2016), a construção do Shopping Center e Horto Bela Vista foi alvo de críticas da imprensa, de pesquisadores e da sociedade civil organizada. A falta de um estudo e medidas consistentes para lidar com os impactos de vizinhança fizeram com que, a partir de uma luta comunitária, representada especialmente pelo Grupo Alerta Pernambués (GAP) e a Rede de Associações de Saramandaia (RAS), pressionassem os governos estadual e municipal para embargar a obra ou mitigar os impactos previstos, o que resultou, em 2009, na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a empresa responsável (a nacional JHSF), o Ministério Público Estadual e a sociedade civil organizada. Esse TAC, explica Virgens (2016) tornou obrigatório o investimento, por parte da incorporadora imobiliária, na requalificação das estradas de acesso ao bairro de Pernambués e da praça Arthur Lago (figura 45).

⁴² Obra do Governo do Estado que reestruturou a Rótula do Abacaxi ao longo da década de 2000.

Figura 45 – Praça Arthur Lago, 2017



Fonte: googlemaps, julho de 2017.

Nos dados elaborados pelo Censo de 2010 do IBGE não constam dados sobre o Horto Bela Vista, que segundo pesquisa de mercado, os apartamentos variam entre 400 a 500 mil reais, àqueles com menos de 80 metros quadrados, e 600 a 800 mil reais os que possuem mais de 120 metros quadrados, valores inacessíveis para a maioria dos moradores de Pernambués.

Observa-se que há diferentes valores simbólicos que são associados aos diferentes contextos sobre onde se habita em Pernambués. Um exemplo disso está na caracterização dado pela Sr. Adailton Reis, que demonstra reconhecer a intensa diferenciação socioespacial: “ali na principal, na pracinha [praça Arthur Lago] a gente tem um bairro a parte, é a área nobre de Pernambués” (jun./2017).

Há, assim, entre os moradores dos lugares onde predominou a autoconstrução uma ideia de ascensão socioeconômica ligada à onde se mora no bairro, a primeira diferenciação se dá entre os que moram em casas autoconstruídas nas ruas e avenidas principais e aqueles que residem na parte interna das favelas. Isso fica nítido no depoimento do Sr. Valdemar que identificou um senso de hierarquia em Pernambués que está relacionado à possibilidade de onde habitar, que tem a ver com o fator renda:

Antes eu morava aqui, era barro mesmo, quando chovia a gente tinha que ir melado mesmo, se limpar, usar sacola, não tinha jeito, passávamos pelo córrego bem ali onde hoje é a av. São Paulo. Hoje, graças a Deus, a gente

consegue sobreviver independente por que ganhamos um aluguel aqui e ali, hoje já moro lá em cima naquela casa, está vendo? [aponta para casa próxima a cumeada] tenho uma laje maior, dá pra ter uma visão de todo o bairro (ago./2017).

A observação e os depoimentos coletados têm reforçado o argumento de Dias (2017), que nos bairros populares de Salvador, a habitação e o perfil dos moradores (e suas práticas) variam de acordo com a possibilidade que eles têm de morar nas vias principais, uma vez que estas facilitam com que se tenha um carro, até por assegurar um local para estacionamento, com a presença de comércio mais próximo etc.

Assim, percebe-se uma nítida correlação entre a construção social dos lugares no bairro onde predominou a autoconstrução e processos de segregação. Cada lugar desses é carregado de valores relacionados a histórias comuns de sofrimento, resistência à discriminação e luta por direitos, que vai desde a autoconstrução de espaços comuns, do socorro à saúde do vizinho, do uso das escolas comunitárias e posteriormente públicas, da participação em atividades religiosas e políticas.

Essa linha de raciocínio conduz à evidência de que na escala intra-bairro são reproduzidas nuances próprias dos processos de segregação e autosegregação. Isso significa que o bairro se diferencia internamente a partir do modo como as famílias foram conduzidas a ocupar diferentes sítios e tipos habitacionais, segundo suas possibilidades de consumo e reivindicação política junto aos governos.

5.3 NÚCLEOS DE CONSUMO COLETIVO

Neste item busca-se evidenciar as principais áreas onde se concentram as atividades de comércio e serviço no bairro de Pernambués. Para tanto, é feita aqui uma explicação acerca da localização dos núcleos (figura 46, sua descrição, evidenciando as ações públicas e privadas que garantem tal oferta de atividades.

Para fazer tais considerações parte-se do pressuposto que os bairros geralmente possuem núcleos centrais (CORRÊA, 1989; SERPA; PEREIRA; MUNIZ, 2017) que são criados, normalmente, por meio da construção de infraestrutura por

parte dos governos, visando fomentar a urbanização de uma área ou atender a demanda dos moradores na reprodução cotidiana de suas vidas. Estes núcleos reúnem assim estabelecimentos de comércio e serviços e equipamentos que facilitam práticas de lazer, cultura, educação, consumo pessoal e organização comunitária.

Em linhas gerais, como já identificado por Fernandes (1992), pode-se dizer que Pernambués possui equipamentos públicos e atividades econômicas bastante diversificadas, de modo que nas principais ruas do bairro existem estabelecimentos de comércio e serviço: Av. Thomaz Gonzaga, rua Numa Pompílio Bittencourt, Av. Hilda, Rua Escritor Edison Carneiro, Av. São Paulo, entre outras.

Inicialmente, deve-se situar que a instalação de equipamentos do poder público ou estabelecimentos privados não se dá exclusivamente em núcleos centrais ou vias principais. É comum no caso de Pernambués que haja comércio e serviços em meio às áreas onde predominam residências, como no caso das escolas particulares. Isso ocorre pelo próprio empreendedorismo local, de modo que é comum observar residências que têm em sua entrada principal pequenas vendas ou prestação de serviços; ou mesmo os casos em que as pessoas colocam barracas nas ruas onde moram vendendo lanches, almoço, entre outros produtos, para driblar o desemprego e a falta de oportunidades.

Essa é uma realidade presente na Baixa de Manú, por exemplo, que não sedia nenhum dos núcleos centrais, de modo que lá, esse tipo de prática é muito comum. Como no caso da Sr^a Telma, moradora antiga que tem um pequeno anúncio na porta de sua casa divulgando o serviço que oferece: “como aqui não tem creche nem nada, a gente cuida das crianças daqui as mães deixam quando precisam e me ajudam com o valor que podem”. Essas práticas podem ser caracterizadas como formas não capitalistas de produção que emergem como estratégias de sobrevivência do cotidiano que são contraditórias em relação aos princípios do modo de produção capitalista (CANETTIERI, 2016).

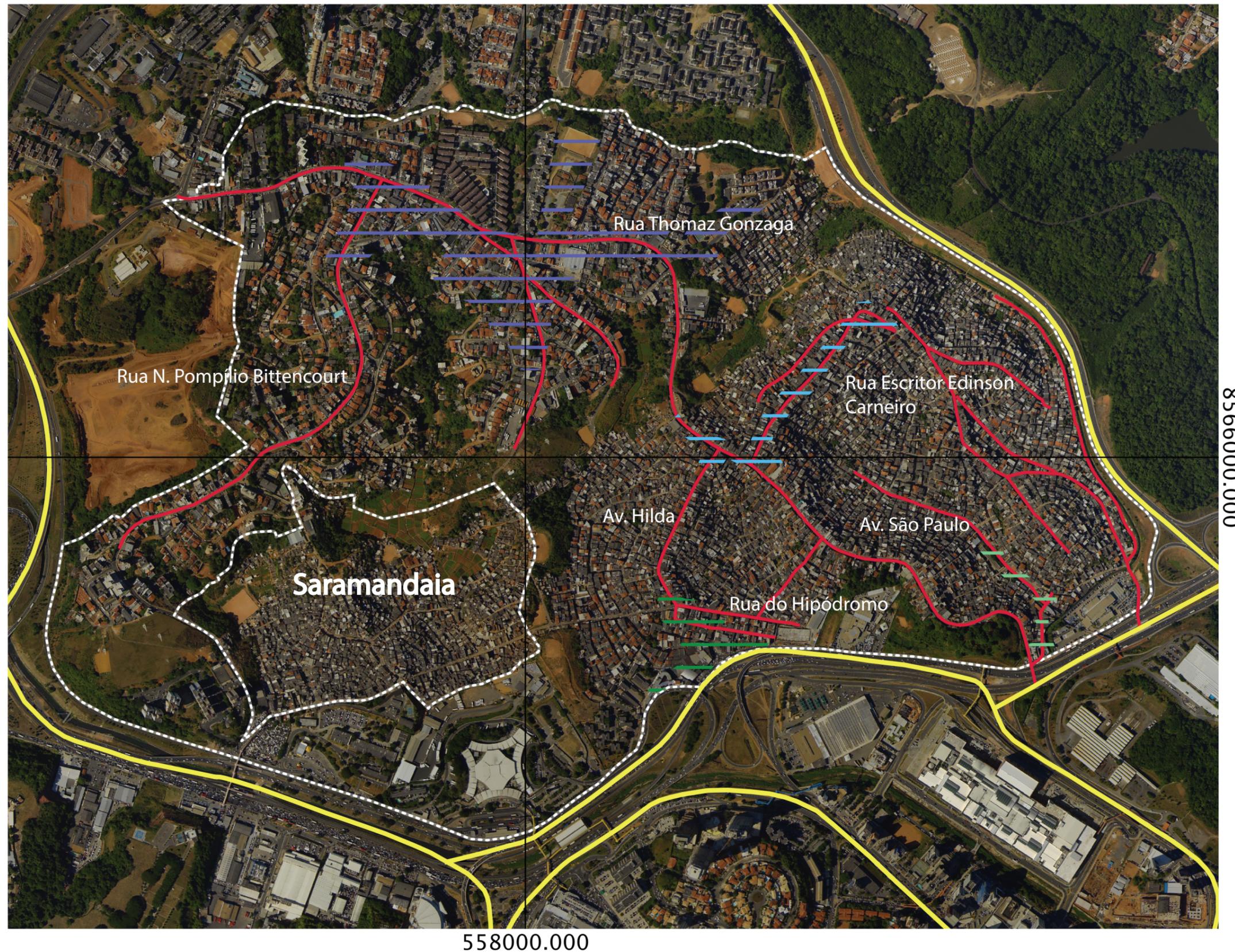
Figura 46 – Núcleos de consumo coletivo em Pernambuco, 2010

-  Limite oficial de bairro
-  Núcleo central Arthur Lago
-  Núcleo central do final de linha do bairro
-  Núcleo de consumo coletivo Av. São Paulo
-  Núcleo comercial da rua do Hipódromo

Escala
1 : 10.000

Datum:
CONDER, 2010

Fonte:
Elaboração própria,
2018



Outro exemplo são os espaços religiosos que possuem papel destacado na organização do espaço local, como no caso dos Terreiros de Candomblé que foram importantes nas primeiras décadas de ocupação prestando apoio às famílias e realizando encontros comunitários; as Igrejas, que nos últimos 15 anos têm crescido muito no bairro, de modo que alguns grupos evangélicos têm estabelecido cada vez mais pequenas igrejas ou 'células', bem próximas de onde as pessoas residem.

A educação pública (quadro 3), por exemplo, tem papel decisivo na construção de memórias compartilhadas entre os moradores e fortalecimento da identidade local.

Quadro 3 - Escolas Públicas em Pernambués, 2018

Unidade de Educação	Localização	Tipo
Nossa Luta	CSU de Pernambués	CMEI
Jardim Brasília	Jardim Brasília	CMEI
Thomaz Gonzaga	Av. Thomaz Gonzaga	EM
Hildete Bahia de Souza	Chácara da Perseverança	EM
Epaminondas Berbert de Castro	Avenida Hilda	EM
Madre Helena Irmãos Kennedy	Alto da Ventosa	EM
Centro Comunitário Frei Leonidas de Menezes	Alto do Cruzeiro	EM
Pernambués	Avenida São Paulo	EM
Ministro Aliomar Baleeiro	Rua Saturno	CE
Cleber Pacheco	Jardim Brasília	CE

Fonte: Pesquisa documental de campo, 2017-2018.

*CMEI = Centro Municipal de Educação Infantil; EM = Escola Municipal; CE = Colégio Estadual

Segundo dados do Mapa da Educação (PMS – acesso em novembro de 2017), apenas os dois CMEIs funcionam enquanto creches, atendendo crianças menores de 4 anos, sendo que além destes, apenas as Escolas Municipais de Pernambués e Thomaz Gonzaga atendem a chamada pré-escola, com crianças de

até 5 anos. A ausência de uma boa oferta de educação voltada para a primeira infância é um fator inquestionável de reprodução da pobreza em algumas partes do bairro.

Especialmente no caso da educação pública, as unidades escolares não necessariamente estão localizadas nas proximidades dos núcleos centrais, possuindo uma espacialização pouco mais dispersa em relação à oferta de serviços de saúde pública, por exemplo, que tem suas três unidades instaladas nos núcleos centrais.

Tabela 4 - Estabelecimentos comerciais por ramo de atividade, 1976

Ramos	N. de Empresas	%
1. Comestíveis	120	88,2
Quitanda	60	44,1
Bar	46	36,8
Açougue	04	3,0
Abatedouro	02	1,5
Depósito de bebidas	03	2,2
Supermercado	03	2,2
Restaurante	01	0,7
Sorveteria	01	0,7
2. Outros	16	11,8
Armazens	10	7,4
Mercadinho	04	3,0
Mat. de Construção	01	0,7
Armarinho	01	0,7
Total	136	100,0

Fonte: União Nordestina de Assistência às pequenas organizações UNO - Bahia, 1976.

No caso das atividades comerciais e dos serviços privados, a maioria dos estabelecimentos se concentra nas ruas principais e núcleos de consumo coletivo de Pernambués, que, desde a década de 1970, já possuía diversas atividades econômicas autônomas (tabela 4).

Assim, um primeiro levantamento sobre o comércio local feito pela CONDER

(BAHIA, 1978), destacou que, na época, 70% da população se abastecia no próprio bairro, verificando em 1976 a existência de 136 estabelecimentos comerciais, principalmente no setor de alimentos, sendo a quitanda e o bar os mais frequentes, com 60 e 43 estabelecimentos cada (respectivamente). Em se tratando de serviços foram identificados 31 estabelecimentos no mesmo ano em Pernambués (tabela 5), tendo sido barbearia (6) e costureira (3) os mais comuns.

Tabela 5 - Serviços em Pernambués, 1976.

Ramos	Quantidade / N de Estabelecimentos	%
Barbearia	6	28,6
Costureira	3	14,3
Fotografia	2	9,5
Banca de Jornal	2	9,5
Alfaiate	2	9,5
Cobertura de botões	2	9,5
Conserto de sapato	2	9,5
Salão de beleza	1	4,8
Conserto de relógio	1	4,8
Total:	21	100,0

Fonte: Plandurb / UNO - Bahia - 1976.

Apesar da relativa oferta de bens e serviços, o estudo destaca que a maioria das trocas comerciais se dava entre moradores do próprio bairro. Hoje, com o crescimento do bairro e a urbanização do entorno, cresceu também a oferta com a instalação de algumas empresas maiores, como os supermercados.

Um estudo recente sobre os núcleos centrais de Pernambués foi realizado por Serpa; Pereira; Muniz (2017). Os autores explicam como estão constituídas e distribuídas as atividades comerciais e de prestação de serviços no bairro.

Foi identificado que a maioria dos empreendedores entrevistados eram moradores do próprio bairro, sendo que apenas 30% não residem nele e sim em áreas residenciais adjacentes, no Cabula e entorno; a maioria deles possuem apenas o ensino médio completo (SERPA; PEREIRA; MUNIZ, 2017).

Os estabelecimentos comerciais e de serviços identificados no estudo são diversos, como: restaurantes, mercadinhos, depósitos de bebidas, bares, sorveteria, confeitaria, artigos para animais, posto de combustível, roupas e calçados, óticas, lotéricas, espaço para eventos, estética, *lan house*, casas de material de construção, escolas privadas, supermercados, autoescolas, entre outros.

Os dados levantados indicam que 76,2% dos consumidores é morador do próprio bairro (tabela 6).

Tabela 6 - Consumidores de estabelecimentos nos núcleos centrais de Pernambuco e bairros onde residem, 2015.

Local	N
Pernambúés	80
Bonocô	1
Cabula	6
Bela Vista	1
Periperi	1
Brotas	1
Luiz Anselmo	2
Fazenda Grande do Retiro	1
Tancredo Neves	3
Narandiba	2
IAPI	1
Suburbana	1
Alto do Cabrito	1
Vale do Matatu	1
Tororó	1
Matatu	1
Lauro de Freitas	1
Residentes em outras localidades	25
Total	130

Fonte: Muniz (2015)

Pode-se dizer que a comparação entre os dados sobre atividades de comércio e serviço em Pernambuco em 1976 com os dados atuais (2015) revelam que muitas características do passado permanecem agora, como por exemplo a maioria dos donos de estabelecimentos são do bairro e o setor de serviços apresenta pouca complexidade. Tem, na maioria dos casos, a atuação de microempreendedores individuais que buscam através do comércio manter uma renda que permita o sustento de sua família.

5.3.1 Núcleo central da praça Arthur Lago

A identificação das principais aglomerações comerciais e de serviço nesta pesquisa segue inicialmente a metodologia proposta em Serpa; Pereira; Muniz (2017), que definem áreas do bairro com maior concentração de atividades econômicas e de equipamentos de consumo coletivo. Os autores descrevem o primeiro núcleo como o que possui maior concentração de atividades econômicas formalizadas, situado no entorno da Praça Arthur Lago:

Foram definidos como componentes do Núcleo Central 1 os estabelecimentos localizados entre a esquina da Rua Numa Pompílio Bittencourt e a Cesta do Povo da Rua Tomás Gonzaga, incluindo os estabelecimentos ao longo da mesma rua e ao redor da Praça Arthur Lago. Os pontos de comércio mais antigos, e os mais antigos ainda abertos, do Núcleo 1, se estabeleceram próximos à Praça Arthur Lago para suprir principalmente a demanda dos moradores dos conjuntos habitacionais São Judas Tadeu e Jardim Europa, além das chácaras que ainda existiam no bairro. A Praça fica tangente à Rua Tomás Gonzaga e possui acesso também para as ruas Acajutiba, Jequiriça e Conde Pereira Carneiro, além de três pontos de ônibus nas proximidades conferindo-lhe maior movimentação de pedestres ao longo do dia. (...) A natureza dos estabelecimentos da amostra demonstra a variedade do comércio e dos serviços prestados: foram identificadas 11 atividades diferentes popular, nesse núcleo estão localizados os estabelecimentos de maior porte, como posto de gasolina, clínicas, lojas de eletrodomésticos, móveis, supermercados e farmácias de grandes redes (SERPA; PEREIRA; MUNIZ, 2017: 396-397).

O núcleo central da Praça Arthur Lago atende assim ao setor no qual reside uma população com maior renda no bairro, principalmente nas cumeadas a noroeste; os autores identificaram 90 estabelecimentos abertos neste núcleo.

Ao longo das principais ruas deste núcleo, a Av. Thomaz Gonzaga e ruas de

acesso à antiga Chácara da Perseverança existem alguns estabelecimentos de serviço com alcance mais amplo que o próprio bairro, como o caso de duas empresas de transporte coletivo e duas estações de rádio bem conhecidas na cidade (rádio Metrópole e rádio Salvador).

Neste núcleo são encontrados serviços de saúde como clínicas médicas, pequenos *shoppings centers* e supermercados; situando também caixas eletrônicas de bancos, posto de gasolina com loja de conveniência e lanchonete *fast food*.

As atividades comerciais neste núcleo não são exclusivamente formais, havendo também barracas e vendedores ambulantes de frutas, DVDs, equipamentos eletrônicos, entre outros. Estes se concentram principalmente na Praça Arthur Lago e seu entorno, que é um dos espaços mais movimentados e conhecidos do bairro. Nestas proximidades também está localizada a sede do Grupo Alerta Pernambués que oferece cursos e outros serviços sociais, além de outros estabelecimentos de serviços privados como escritórios de advocacia, contabilidade e segurança particular.

No loteamento Chácara da Perseverança, também associado a este núcleo central, encontra-se a sede da 1ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) e o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), que atende a população que precisa de atenção psicossocial na categoria álcool e drogas; e a Escola Municipal Hildete Bahia, uma das mais antigas, além da Escola Municipal Thomaz Gonzaga.

Assim, além de ser um núcleo de forte concentração comercial, configura-se um núcleo onde os governos também construíram equipamentos importantes como o Centro Social Urbano (CSU), um dos lugares mais conhecidos e frequentados por moradores das mais diversas vizinhanças de Pernambués. O espaço é gerido atualmente pelo governo do estado e lá funciona a Unidade Básica de Saúde do CSU de Pernambués, o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Nossa Luta e a sede do 5º Distrito do Conselho Tutelar em Salvador, que atende às demandas do Cabula, Pernambués e adjacências.

Por possuir campo de futebol com vestiário, quadra de basquete (ainda que em estado de conservação precário), salas e áreas abertas disponíveis para atividades coletivas, o CSU tornou-se um lugar muito frequentado, uma vez que, junto com a praça Arthur Lago, são os maiores equipamentos públicos, que

proporcionam integração dos moradores de diversos lugares do bairro, atendendo a públicos com diversos interesses e idades.

No CSU ocorrem torneios, escolinhas de esportes, capoeira, cursos, encontros para terceira idade, jogos, eventos culturais de samba, dança e *hip hop*, encontro de trabalhadores, palestras e cursos, feiras de saúde e ações de cidadania organizada pelos governos e por ONGs.

5.3.2 Núcleo central do final de linha do bairro

O núcleo central do bairro que abrange o entorno do final de linha possui características distintas daquele apresentado anteriormente. Aqui o público consumidor é oriundo, majoritariamente, das áreas onde ocorreram ocupações populares (Av. Hilda, rua Edison Carneiro, Final de Linha e setor final da Av. Thomaz Gonzaga):

A Igreja Universal do Reino de Deus da Rua Tomás Gonzaga foi considerada como início do Núcleo Central 2, já que ao longo dos aproximadamente 300 metros entre o fim de um núcleo central e o início do outro não há concentração de estabelecimentos. Esse núcleo segue o mesmo caminho das linhas de ônibus ao longo da Rua Escritor Edson Carneiro, até o final de linha do bairro, no Largo da Ventosa. (...) essa área do bairro pode ser caracterizada pela alta densidade de edificações, com uma ocupação visivelmente mais irregular, já que os empreendimentos desse núcleo estão dispostos em imóveis menores e até subdivididos. As ruas transversais são mais estreitas, descendo por escadarias e ladeiras sobre as vertentes; as calçadas (quando presentes) são estreitas também (SERPA; PEREIRA; MUNIZ, 2017: 397)

Esse segundo núcleo central foi caracterizado pelos autores como possuidor de mais de 100 estabelecimentos, possuindo maior densidade comercial e residencial. Neste trecho o comércio, em sua maioria, possui menor porte.

Esse núcleo possui também grande valor histórico para os moradores que têm nele alguns equipamentos de referência do bairro, como o Largo da Ventosa, onde funciona o terminal final de ônibus e a Escola Municipal Madre Helena Irmãos Kennedy. Na esquina da rua Escritor Edison Carneiro com a Av. Thomaz Gonzaga situa-se a Igreja São José Operário, a Sociedade Beneficente 10 de Julho, a Sociedade Beneficente e Recreativa Unidos de Pernambués e a ABREPE, entidades

importantes para a integração comunitária do bairro.

Além disso registra-se neste núcleo, na esquina da Av. Thomaz Gonzaga com a Av. Hilda a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Edson Barbosa e a Escola Municipal Epaminondas Berbert de Castro. No âmbito religioso, registra-se a Primeira Igreja Batista de Pernambués e a Igreja Universal do Reino de Deus, ambas de grande porte, situadas nesse núcleo central do bairro.

5.3.3 Núcleo de consumo coletivo da Av. São Paulo

Buscando ampliar a caracterização das áreas que concentram o comércio e serviços no bairro, buscou-se definir outros núcleos onde foram instalados tardiamente os estabelecimentos voltados ao consumo coletivo. Aqui se definem, portanto, núcleos periféricos, situados em meio a áreas ocupadas pela autoconstrução da moradia, que cresceram pela proximidade com importantes ruas do bairro e sua conexão com ruas externas ao bairro.

Figura 47 – Av. São Paulo margeada por estabelecimentos comerciais, 2017



Fonte: Googlemaps (2017).

Destaca-se, primeiramente, o núcleo situado na Av. São Paulo (figura 47), que se estende pela Rua Nova do Vale, até alcançar a Av. Paralela, onde foi instalada a Unidade de Saúde do Pernambuezinho. Ao adentrar a rua Nova do Vale

observa-se a presença relativamente numerosa de pequenos estabelecimentos comerciais com lojas de roupa, alimentos, bares, materiais de construção entre outros. Já na metade da Av. São Paulo observa-se a Escola Municipal de Pernambués e a pequena praça Luiz Carlos Suica (figura 48) com equipamentos infantis. Além de ser espaço de eventos sociais, comunitários e religiosos, nas ruas desta avenida podem ser encontradas barracas de frutas e vendedores ambulantes, (figura 49), isopor com bebidas, churrasco, baleiros, bancas de rifa e jogos de azar.

Figura 48 – Praça na av. São Paulo, 2017.



Fonte: Rinaldo Rossi (2017)

Figura 49 – Pequeno Comércio de rua na av. São Paulo, 2017



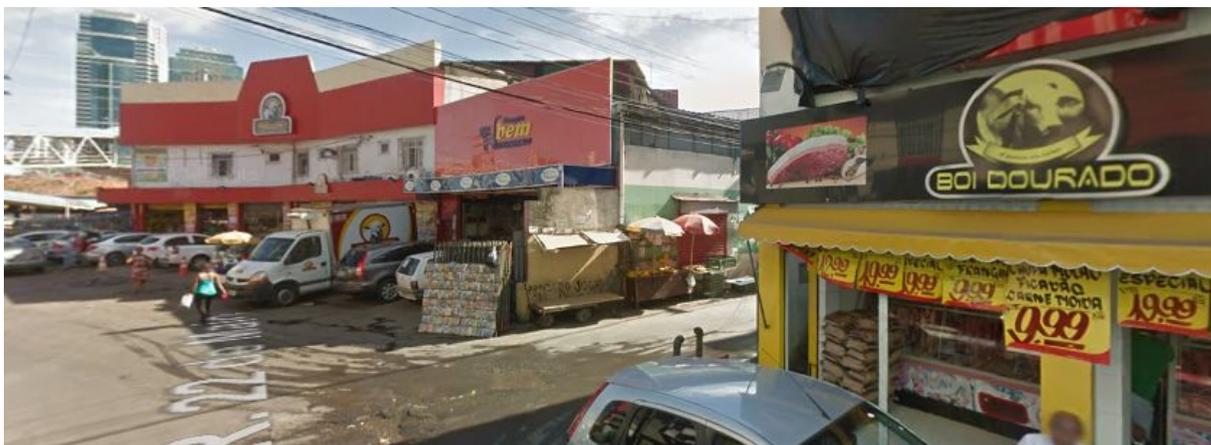
Fonte: Rinaldo Rossi (2017).

5.3.4 Núcleo comercial da rua do hipódromo

Este núcleo, inicia-se na parte inferior da avenida Hilda e se estende principalmente pela rua do Hipódromo e possui semelhanças com o anterior por ter sido estabelecido em uma área de autoconstrução popular, tendo crescido principalmente pela proximidade com a Av. Tancredo Neves. Este núcleo, por outro lado, possui uma maior presença de atividades econômicas formais, com a presença de empresas maiores, em decorrência da maior proximidade com o Shopping da Bahia e com o Terminal Rodoviário de Salvador.

Esses fatores locacionais favoreceram o crescimento populacional do entorno e o crescimento vertical das casas, que em alguns casos chegam a ter 4 pavimentos. Esse setor tornou-se propício à instalação de supermercados e açougues, hotéis, lojas de material de construção e do comércio de rua (figura 50).

Figura 50 – Frigoríficos e mercado de rua na rua do Hipódromo, 2017.



Fonte: Googlemaps (2017).

A presença de hotéis é muito significativa nesse núcleo periférico de comércio e serviços. A pesquisa de campo pôde registrar a existência de pelo menos dez pequenos hotéis nas ruas internas do bairro, a escolha pela instalação nas ruas internas se deu pela proximidade com a rodoviária, onde o fluxo de possíveis hóspedes é grande e pelo baixo custo das terras em Pernambués, o que favorece a lucratividade dos que ali instalam os hotéis.

Parte dos consumidores que buscam esses serviços provavelmente não

moram no bairro, utilizando os hotéis em casos de estadia rápida em Salvador. No caso do comércio de alimentos muitos utilizam este núcleo por estar no trajeto do trabalho para casa, tanto para aqueles que moram no bairro, quanto para aqueles que trabalham no subcentro do Camarajipe e pegam o transporte coletivo nesta parte limítrofe do bairro. Não se pode negar que há uma grande demanda por consumo oriunda dos moradores do entorno desse núcleo, de lugares de moradia popular como em Manguinhos, Saramandaia, Av. Hilda etc.

5.4 FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E INTEGRAÇÃO EM PERNAMBUÉS

A análise desenvolvida até aqui permite traçar um perfil socioespacial da urbanização ocorrida em Pernambués e seu entorno, destacando que, neste contexto, o bairro foi reproduzido de maneira diferente em cada subespaço, em decorrência das suas espacialidades e temporalidades específicas.

Isso ocorre em face do processo de fragmentação socioespacial fator imanente da reprodução do espaço soteropolitano e que favoreceu o intenso parcelamento do solo, a construção de novos pavimentos nas casas e a verticalização, com a construção de novos edifícios. residencial, formando um bairro populoso e denso com intensa diferenciação socioespacial interna.

A fragmentação socioespacial foi identificada em termos qualitativos e quantitativos a partir do estudo das interações ocorridas entre os lugares de moradia e núcleos de consumo coletivo do bairro. Pode-se perceber, a partir dos dados expostos que a referência e a característica socioespacial de cada um dos diferentes lugares de moradia envolve um processo particular de urbanização.

Além de possuir diversos equipamentos mais antigos de integração entre moradores dos diversos lugares, a exemplo do Centro Social Urbano (figura 51) e da Igreja São José Operário, pode-se dizer que as duas escolas de ensino médio (Aliomar Baleeiro e Kleber Pacheco) e os demais equipamentos como campos de futebol, praças e outros favorecem a integração entre moradores dos variados lugares do bairro, com diferentes rendas.

Figura 51 – Centro Social Urbano de Pernambués, 2016



Fonte: Rinaldo Rossi (nov/2016)

A organização popular é assim um elemento integrador do bairro, como no caso de um dos patrimônios culturais de Pernambués que é o Terno de Reis Rosa Menina, fundado ainda em 1945, um dos primeiros de Salvador. Este movimento possuiu papel destacado na educação e organização social local, persistindo atuante até os dias atuais, com participação em eventos na cidade e fora dela “representando o bairro”, de modo que várias gerações de moradores já passaram pelo projeto.

Pode-se destacar diversas iniciativas que reivindicam o bairro como categoria ou *lócus* de organização e reivindicação política, além das associações de bairro mais tradicionais, como a Sociedade Beneficente 10 de julho, Sociedade Beneficente e Recreativa Unidos de Pernambués, Associação Beneficente e Recreativa de Pernambués (ABREPE), Grupo Alerta Pernambués. Além das ações de mídia comunitária como a Rádio WD, a TV GAP e o programa na web Pânico na TV que buscam retratar a diversidade interna e a realidade sociocultural das favelas, mantendo um discurso de reivindicações em prol o bairro como um todo.

Defendendo conteúdos de fortalecimento da identidade política e social do bairro, mas também em parceria com movimentos sociais atuantes em outras escalas, destacam-se inúmeros ativismos locais, a exemplo do grupo Linha de Frente (LGBT) organizador das seis edições da Parada Gay de Pernambués.

A iniciativa e organização local, com parceria de movimentos, ativistas e moradores, já propiciou diversos eventos comunitários, especialmente no que tange a questão racial. Vários desses eventos tiveram grande sucesso e expressão entre a população local, alguns exemplos foram: o Concurso da Beleza Negra (figura 53), caminhada do Orgulho Negro, Feiras de Saúde e Serviços, Concurso de Dança, Carnaval Multicultural Pernambués, entre tantas outras iniciativas, mais ou menos consolidadas no calendário do bairro.

A não existência de uma festa de carnaval anual é uma das frustrações entre o meio cultural e as lideranças políticas, tendo ocorrido apenas uma vez nos últimos 10 anos, com presença de artistas locais, a festa não se manteve em decorrência da preocupação das autoridades de que um potencial confronto entre gangues do tráfico de drogas não poderia ser contido no caso de uma festa desse porte.

Figura 52 – Procissão S. J. Operário, 2016



Fonte: Ytana Mayanne (2016)

Figura 53 – Concurso Beleza Negra, 2014



Fonte: Rinaldo Rossi (2014)

Nesse sentido, pode-se dizer que o movimento religioso possui grande importância para a integração local, sendo a Igreja São José Operário (figura 52) uma das mais antigas e importantes nesse sentido, tendo contribuído na valorização local e formação de muitos moradores, alguns tendo sido por ela alfabetizados. Além

do catolicismo, conforme já mencionado, as religiões de matriz africana possuíam papel destacado na união e luta comunitárias, especialmente no período suburbano de Pernambués, entre os anos 1950 e 1970. Ultimamente tem crescido cada vez mais a influência local das igrejas protestantes e neopentecostais, entre elas se destacam a Igreja Universal e a Primeira Igreja Batista de Pernambués, que, entre outras igrejas menores, têm um expressivo número de seguidores.

Porém, um dos movimentos culturais que tem permanecido vivo no bairro, nos últimos 10 anos, é o hip hop. De origem negra e norte-americana, o movimento envolve o estilo de música *rap*, a dança com o *break*, e o desenho com o grafite e junto a prática esportiva do *skate*, tem ocupado praças e ruas de Pernambués buscando a afirmação do que há de bom no bairro e de sua raiz negra, denunciando a condição periférica ao qual ele é submetido. O movimento cultural do bairro nos últimos anos revelou jovens músicos para o cenário local e até para outras partes do mundo, como no caso dos artistas: Lucas de Fiori, Negro Davi, Hadji, 16 Beats.

Em termos de representação político-eleitoral, pode-se dizer que Pernambués é um bairro ativo porque, além de possuir associações antigas, atuantes e representativas, possui um representante no parlamento municipal e diversos outros candidatos que possuíam certa expressividade nas urnas nos anos que disputaram. O fato de possuir um vereador que defende muitas causas locais tem favorecido a oferta de infraestrutura e serviços, conseguidos pela intermediação junto pelo poder público ou patrocínio junto a atividades comunitárias.

A existência e interação destes fatores de integração ajudam a fortalecer o sentimento de pertencimento em relação a Pernambués. O que se observa, portanto, é que a heterogeneidade dos lugares de Pernambués, resultante do processo de fragmentação socioespacial, não resulta numa perda de referência ou da relevância do bairro enquanto unidade socioespacial. Ao invés de destruir o bairro, o processo de fragmentação socioespacial e a resistência a esta têm possibilitado, em alguma medida, o crescimento da defesa e do “orgulho” de pertencer ao bairro, como na recorrente fala dos moradores que veem como vantagem Pernambués ser o bairro mais negro da cidade do Salvador.

5.4.1 Pertencimento e uso dos núcleos de consumo coletivo

A fragmentação socioespacial, apesar de neste caso, não ter implicado, até então a desarticulação do bairro de Pernambués como referência socioespacial na cidade e para os moradores locais, tem implicado uma forte segmentação entre os diferentes lugares de moradia, que em alguns casos possuem poucas conexões com os demais, seja por diferenças socioeconômicas, pela segmentação física ou pela falta de acessibilidade, como nos casos da Baixa da Guine e do Loteamento Jardim Brasília, que possuem comunicação reduzida entre si.

No setor mais próximo do Cabula e do Acesso Norte, a fragmentação socioespacial atinge o imaginário dos moradores a ponto de que em alguns desses lugares, os moradores pouco se identificam como moradores de Pernambués, como destaca a tabela 7.

Tabela 7 – Pertencimento: “qual bairro você mora?” - 2018

Grupos Amostrais	Pernambués	Saramandaia	Jardim Brasília
Ventosa	100%	0%	0%
São Paulo	100%	0%	0%
Hilda	100%	0%	0%
Arthur Lago	100%	0%	0%
Numa Pompílio	48%	4%	48%
Saramandaia	14%	86%	0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

A posição afastada do final de linha do bairro ajuda a explicar porque os entrevistados dos grupos amostrais que abarcam Saramandaia, LJB e Conjunto João Durval afirmam com maior frequência não pertencerem a Pernambués; o fator distância, por outro lado, não pode ser considerado preponderante na análise deste fenômeno; há de se levar em consideração a questão habitacional particular em cada lugar e verificar em que medida ajuda a explicar o enfraquecimento do vínculo com o bairro.

Ao questionar o bairro em que o entrevistado reside, permitindo a ele que

apresente uma resposta espontânea sem alternativas pré-estabelecidas, pôde-se ouvir como resposta de um número expressivo dos moradores do entorno da rua Numa Pompílio Bittencourt que o bairro em que eles moram é o Jardim Brasília (48% do grupo amostral Numa Pompílio), ainda que isso não esteja sendo debatido em nenhuma instância política ou acadêmica de relevância municipal nos últimos anos.

A tentativa de dissociar o LJB de Pernambués estava presente na estratégia de propaganda do loteamento (“Jardim Brasília – Cabula – O lugar para o seu lar”) e na publicação da CONDER (BAHIA, 1978), que não define o LJB nem como Cabula nem como Pernambués. Essa diferença se perpetuou no imaginário coletivo dos moradores do lugar, fazendo emergir uma representação social acerca do Jardim Brasília que quer diferenciá-lo do contexto habitacional dos lugares da autoconstrução de Pernambués.

Apesar das diferenças do tipo de habitações e das condições socioeconômicas, é possível demonstrar que as sociabilidades do Jardim Brasília não estão completamente dissociadas daquelas de Pernambués, isso se verifica, por exemplo, no fato de que 44% dos entrevistados do grupo Numa Pompílio afirmam que alguém em sua residência frequenta o CSU de Pernambués uma ou mais vezes ao ano; além de que 56% afirmam que preferem comprar a cesta básica do mês dentro do bairro de Pernambués.

Também compondo o grupo Numa Pompílio, muitos moradores do Conjunto João Durval que participaram do questionário percebem seu bairro Pernambués (48%), demonstrando também que há interação com moradores e centralidades de Pernambués. O Sr. Aleksandro Santos, que promove ações sociais e esportivas no Conjunto João Durval, na Saramandaia e no LJB, afirma que há uma integração entre os lugares, de modo que “[...] muita gente transita entre Pernambués, Saramandaia, João Durval, não tem a rivalidade que já teve, a turma cola mesmo, o esporte une muito” (abr./2018).

O fato de 86% dos entrevistados afirmarem que a Saramandaia é o bairro onde moram reforça a proposição de Carvalho (2016) e Lima (2016) que não consideram Pernambués seu bairro, tendo buscado ao longo de suas lutas por direitos a afirmação de que a Saramandaia é um bairro, estratégia que tem como objetivo contornar o estereótipo da invasão, bem como ajudar no pleito por mais

políticas públicas junto aos Governos, movimento político semelhante ao feito pelos moradores da “invasão” de Nova Constituinte no Subúrbio Ferroviário (ROSSI; PASSOS, 2017).

Apesar da população e das lideranças políticas assumirem a defesa de Saramandaia como uma estratégia política, não se pode desconsiderar que sua urbanização está articulada com o processo mais amplo da produção de Pernambués. As sociabilidades também se interligam de modo que 32% dos entrevistados em Saramandaia revelam que membros do domicílio frequentam o CSU de Pernambués todo mês para atividades de saúde ou esporte e outros 32% afirmam frequentar uma ou mais vezes por ano (tabela 8).

Em se tratando do pertencimento a Pernambués, a resposta dos outros quatro grupos amostrais foi unânime, sendo que em 100% dos questionários respondidos faz-se referência a Pernambués enquanto bairro de sua moradia.

Tabela 8 – Frequência de ida ao Centro Social Urbano de Pernambués (%), 2018

Grupos Amostrais	Nunca foi	Algumas vezes no ano	Todo mês
Ventosa	11%	49%	40%
São Paulo	13%	42%	45%
Hilda	8%	44%	48%
Arthur Lago	15%	46%	39%
Numa Pompílio	53%	38%	9%
Saramandaia	36%	32%	32%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Entre os moradores das áreas urbanizadas com a ocupação popular do bairro o CSU é utilizado com alguma frequência pela maioria dos entrevistados nessas áreas e não passa de 15% a proporção dos que declaram nunca ter frequentado. Nestas partes do bairro, mais de 40% dos entrevistados utilizam esse espaço público pelo menos uma vez por mês, com usos relacionados ao esporte, lazer, saúde ou atividade comunitária.

As entrevistas com lideranças comunitárias e agentes do bairro já afirmavam a importância do CSU para a organização comunitária, para a prestação de serviços e para a criação de referenciais de pertencimento com o bairro, aspectos destacados

pelo Sr. Peter Ângelo coordenador executivo do Grupo Alerta Pernambués, ONG que atua na promoção de cursos e feiras de ações sociais. O levantamento quantitativo permitiu demonstrar que na maioria dos lugares poucos moradores não conhecem o CSU, chegando a apenas 8% no grupo amostral Hilda, correspondendo a áreas como Manguinhos, que teve a urbanização consolidada ainda no século XX.

Semelhante é o papel exercido pelos núcleos centrais e de consumo coletivo do bairro, onde o CSU está localizado. Ao possibilitar o suprimento de necessidades dos moradores dos diferentes lugares por meio da disponibilidade de serviços públicos e privados e da larga oferta de supermercados e mercadinhos, tornam-se áreas que são utilizadas por grupos de renda distintos e oriundos de lugares diversos do bairro.

Optou-se por investigar os deslocamentos dos moradores para ter acesso a saúde pública do bairro como modo de observar a utilização dos núcleos de consumo coletivo e verificar como as diferenças de localização dos lugares podem fazer com que seus moradores tendam a fazer trajetos distintos nos seus cotidianos.

Um primeiro olhar sob os dados permite considerar que os moradores dos lugares com renda mais elevada dependem menos da saúde pública, de modo que 71% dos entrevistados do grupo amostral Numa Pompílio afirmam não utilizar o serviço (tabela 9).

Tabela 9 – Frequência do uso das Unidades de saúde pública de Pernambués (%), 2018

Grupos Amostrais	UBS/CSU	UBS- UPA (Pernambuezinho)	UBS (Av. Hilda)	UBS (Saramandaia)	Ñ utiliza
Ventosa	34%	17%	27%	0%	22%
São Paulo	6%	56%	28%	0%	10%
Hilda	30%	0%	60%	0%	10%
Arthur Lago	39%	0%	23%	0%	38%
Numa Pompílio	5%	0%	0%	24%	71%
Saramandaia	4%	0%	4%	47%	45%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Essa busca pela unidade básica de saúde pública mais próxima de casa se revela especialmente nos dados correspondentes a três grupos amostrais: no caso

do grupo São Paulo, por exemplo, a escolha preferida dos moradores é a UBS do Pernambuezinho (56%); por estar situada na entrada do bairro pela Av. Paralela acaba por atender os moradores dos lugares mais próximos (Baixa de Manu, Barro e Alto do Cruzeiro).

Os moradores da Saramandaia, como era de se esperar, frequentam muito mais a UBS da Saramandaia (47%) enquanto os moradores da Av. Hilda e suas imediações preferem utilizar a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) situada nesta avenida (60%).

Por outro lado, os dados revelam que a UBS do CSU é utilizada por moradores de várias partes do bairro, ainda que em alguns casos, poucos prefiram utilizá-la. A UPA da Av. Hilda também é utilizada por moradores da maioria dos lugares do bairro, especialmente aqueles que dependem mais da saúde pública, moradores das favelas. A frequência do uso preferencial da UPA nos vários lugares do bairro ocorre por esta possuir uma complexidade maior de serviços que as UBS.

Esse dado é importante para reconhecer que a fragmentação socioespacial ocorrida na escala intra-bairro implica, aos moradores dos diferentes lugares do bairro, deslocamentos diversos na busca cotidiana por serviços.

Ainda buscando destacar a importância dos núcleos de consumo coletivo, foi priorizada na aplicação do questionário a elaboração de um dado que permitisse analisar qual o deslocamento realizado pelo morador dos diferentes lugares de Pernambués para atender às demandas básicas de sua família por mercadorias, o que expressa a mobilidade da família em relação à cidade e a força que possui os núcleos de consumo coletivo no suprimento das demandas locais.

A maioria dos entrevistados afirma comprar seus alimentos mensais dentro do bairro (tabela 10), entre os que compram em supermercados fora de Pernambués têm aqueles que afirmaram utilizar os estabelecimentos do bairro para fazer pequenas compras.

Tabela 10 - Local de aquisição mensal de cesta básica (%), 2018

Grupos Amostrais	Fora do bairro	No bairro
Ventosa	25%	75%
São Paulo	38%	62%
Hilda	36%	64%
Arthur Lago	28%	72%
Numa Pompílio	43%	57%
Saramandaia	39%	61%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A escolha sobre onde comprar a cesta básica da família revela a escolha, da maioria dos entrevistados em todos os grupos amostrais, por realizá-la dentro do bairro. Em todos os grupos amostrais, mais de 50% dos entrevistados compram alimentos básicos no bairro, sendo que os moradores do LJB e do Conjunto João Durval são os que mais compram fora (43%) o que está diretamente relacionado ao uso de automóvel (tabela 11), à renda e à localização de suas moradias.

Os entrevistados que residem no entorno dos núcleos centrais do bairro são os que mais compram internamente, alcançando 72% no grupo amostral Arthur Lago e 75% no grupo que compreende o Alto da Ventosa, Baixa da Paz e demais lugares próximos ao Largo da Ventosa. Isso ocorre pela proximidade com uma grande concentração de estabelecimentos comerciais e de serviço.

Tabela 11 - Meio de transporte mais utilizado em Pernambués (%), 2018

Grupos Amostrais	Carro próprio	Moto	Ônibus	Ônibus c/ Metro
Ventosa	7%	16%	56%	21%
São Paulo	8%	12%	52%	28%
Hilda	10%	19%	52%	19%
Arthur Lago	42%	8%	27%	23%
Numa Pompílio	33%	4%	39%	24%
Saramandaia	4%	4%	64%	27%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

Os dados do grupo amostral Arthur Lago revelam que, apesar dos moradores possuírem renda maior (até 4 salários mínimos) e mais frequentemente utilizar automóvel particular (42%), isso não interfere na escolha sobre onde comprar a

cesta básica familiar, apresentando percentagem mais elevada de pessoas que compram dentro do bairro do que na maioria dos lugares de autoconstrução.

Nos quatro grupos amostrais onde predomina renda inferior a 2 salários mínimos (Ventosa, São Paulo, Hilda e Saramandaia) não chega a 10% os entrevistados que possuem carro próprio, de modo que o ônibus e o metrô são as opções preferenciais, somando mais de 70% em todos esses grupos. Neles a utilização de motocicletas também cresce, apresentando maior frequência, 19%, entre os entrevistados da Av. Hilda e suas imediações.

No quesito emprego, a diferença principal também se dá entre os grupos amostrais que correspondem aos lugares de moradia de renda maior ou menor, de modo que, nas áreas construídas de modo formal, a quantidade de moradores que trabalha fora do bairro é maior que os que trabalham dentro do bairro; ocorre o inverso entre os que moram nas favelas, onde um número mais expressivo trabalha dentro do bairro (tabela 12).

Tabela 12 – Local de trabalho dos moradores de Pernambués (%), 2018

Grupos Amostrais	Trabalho no bairro	Trabalha fora	Não Trabalha*
Ventosa	40%	29%	31%
São Paulo	26%	22%	52%
Hilda	33%	20%	47%
Arthur Lago	16%	46%	38%
Numa Pompílio	19%	48%	33%
Saramandaia	33%	20%	47%

* Aposentados, estudantes e desempregados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Um dado preocupante diz respeito aos que não estão trabalhando que, segundo os dados levantados, são em maioria pessoas desempregadas. Os que não trabalham representam quase metade dos entrevistados em todos os lugares de moradia popular estudados, chegando a 52% no grupo amostral São Paulo, que abarca moradores da Baixa de Manu, Alto do Cruzeiro e Barro.

Entre lugares onde predomina a autoconstrução da moradia, o Alto da

Ventosa é o que apresentou menor população que não trabalha (31%) e maior contingente dos que trabalham no bairro (40%). Esses dados associados às reflexões de Serpa; Pereira; Muniz (2017) permitem inferir que a proximidade com o local de trabalho, que reduz custos do empregador com transporte e atrasos, é um fator que favorece a empregabilidade de moradores do entorno do Largo da Ventosa.

A dependência do transporte coletivo apresentada na maioria dos questionários respondidos e o contingente expressivo de pessoas que não trabalham fora do bairro, mais que 70% dos entrevistados em todos os lugares de autoconstrução popular; dá subsídios para refletir a condição de Pernambués no contexto da metrópole.

Ainda que esteja muito bem localizado em relação à concentração de ofertas de transporte público e de atividades empregadoras (*shoppings centers*, complexos de serviço médico, loteamentos residenciais de alta renda etc.) pode-se dizer que a maioria dos moradores, pelo menos com base nos dados da amostragem, tem o seu cotidiano muito vinculado a Pernambués ocupando postos de trabalhos dentro do bairro e fazendo serviços ou “bicos” trabalhos extras fora do bairro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação permitiu a verificar os limites e possibilidades da aplicação do conceito de fragmentação e segregação para análise da questão urbana contemporânea. Isso foi possível a partir de uma análise do processo de reprodução do espaço e da difusão do modo de vida urbana como fenômenos realizados em múltiplas escalas.

Ao reconhecer que no contexto atual a urbanização se processa de modo cada vez mais veloz e dinâmico por meio de reestruturações urbanas cada vez mais destrutiva a interesses que não sejam econômicos, pôde-se perceber a importância que possui os conceitos de lugar e cotidiano que permitem evidenciar realidades que são, por muitas vezes, contraditórias ao processo produtivo e revelam singularidades que o modo de produção não consegue anular.

Nesse sentido, pode-se dizer que uma primeira consideração válida dessa pesquisa foi de cunho teórico ao comprovar que o conceito de lugar deve complementar o de bairro na interpretação do fenômeno intra-urbano, especialmente em grandes cidades. Isso porque, com a reestruturação urbana cada vez mais intensa nas cidades capitalistas a tendência à fragmentação socioespacial se aprofunda, implicando segmentações ainda mais intensas na escala intra-bairro. As diferenças geradas ou reforçadas pelo processo da fragmentação podem ser compreendidas através da noção empírica dos lugares que são construções sociais locais resultantes da urbanização que fragmenta, mas que não consegue anular as singularidades e resistências locais.

O espaço de concepção escolhido, o bairro Pernambués, confirmou o seu potencial, no que tange a interpretação geográfica com base na abordagem sobre fragmentação-bairro-lugar. Demonstrou-se na pesquisa, portanto, que o processo de fragmentação socioespacial nem sempre será suficiente para anular uma integração entre moradores e segmentos de moradores, se revelando, por vezes, insuficiente para desconstruir o sentimento de pertencimento em relação ao bairro. Por outro lado, o processo de fragmentação implica transformações e diferenciações cada vez mais acentuadas na escala intra-bairro, que são sensíveis no estudo de sua

Geografia.

Outra consideração teórica alcançada na pesquisa refere-se ao fato de que a emergência do conceito de fragmentação socioespacial na pesquisa urbana contemporânea e o crescimento do seu potencial explicativo não pode estar dissociada do reconhecimento da importância que tem o conceito de segregação como aspecto complementar.

Isso porque, como a realidade habitacional é histórica deve ser compreendida também a luz dos processos que a formataram em cada lugar e parece inviável, segundo a proposta teórica aqui apresentada, compreender a urbanização da periferia das cidades brasileiras e latino-americanas sem reconhecer o papel histórico da segregação socioespacial, que também demonstra, para a realidade estudada, um caráter racial estruturante.

O conceito de segregação socioespacial e racial, além de explicar o espaço no pretérito, é fundamental para a leitura dos processos atuais, de modo que, associado ao seu conceito oposto-complementar, a autosegregação permite explicar os diferentes vetores e qualidades dos processos de fragmentação do espaço urbano na contemporaneidade.

Esta dissertação demonstrou, assim, que a complementaridade conceitual entre segregação e autosegregação permite explicar como frações de classe social, materializadas no espaço local como grupos étnicos, profissionais ou de renda, se apropriam de modo conflituoso do espaço habitacional do bairro periférico, o que acaba tornando-se expresso na representação social de cada lugar do bairro, sendo que alguns desses lugares, interessados em se apresentar como uma espécie de elite local, tem na autosegregação e na fragmentação elementos que compõem seus discursos sobre o lugar, como estratégias para não serem identificados com o bairro pobre.

Observou-se também que a construção social do lugar pode ocorrer tanto em espaços residenciais autoconstruídos quanto naqueles que foram desenvolvidos de modo formal. Isso porque nos condomínios, conjuntos habitacionais e loteamentos fechados também se criam vínculos de pertencimento e há alguma interação e organização comunitária entre os moradores, o que se revela na gestão do espaço comum, na realização de eventos comunitários e representação social construída

acerca de cada vizinhança desse tipo.

Por outro lado, pode-se dizer que os vínculos e o pertencimento entre os que vivem em lugares onde predominou a autoconstrução são ainda mais potentes, uma vez que, nos enfrentamentos cotidianos à situação de pobreza ao longo de décadas, as famílias estabelecem parcerias, amizades e afetos que compõem a representação social do lugar. Isso ocorre a partir das lutas, resistências e sofrimentos vividos em ameaças e remoções por parte dos poderes públicos, na falta de serviços básicos que atendam as famílias e na tentativa de conter os danos causados pelos riscos ambientais, que muitas vezes são recorrentes.

Nesse sentido, a pesquisa identificou práticas que são contraditórias ao próprio modo de organização capitalista e que promovem uma significativa integração nos lugares do bairro. O principal exemplo é a autoconstrução, manutenção e gestão de equipamentos e infraestrutura comunitárias; por meio destas atividades os moradores criam laços mais fortes e conseguem amenizar o quadro de impostos pelos governos.

Pode-se afirmar, portanto, que o conceito de lugar dá grande valor explicativo a realidades de um mesmo bairro que por vezes são distintas. No caso de Saramandaia, por exemplo, que era identificada como uma invasão de Pernambués até a década de 1990, os vínculos comunitários em prol da construção de um lugar moradia melhor se desenvolveram a tal ponto que hoje os moradores de lá afirmam que Saramandaia é um bairro e conseguiram a aprovação desta demarcação junto a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal; mesmo sem possuir grande densidade de pessoas e infraestrutura a construção social do lugar ocorreu de modo tão intenso que o tornou um espaço com fragmentação mais acentuada em relação aos lugares de Pernambués, aqui descritos.

Por outro lado, os dados levantados permitem considerar que tanto nos lugares da moradia informal, quanto naqueles adquiridos por meio do mercado imobiliário formal, os processos que implicam uma representação social mais fragmentada deles em relação a de Pernambués não foram de perto suficientes para apartá-los por completo de Pernambués. Isso se comprova no uso que um número expressivo de moradores desses lugares faz dos núcleos de consumo coletivo do bairro, como meio de acesso a mercadorias, serviços e áreas de lazer.

Com um crescimento constante, Pernambués tornou-se um bairro denso, populoso e extenso, espaço onde se verifica como se processa a fragmentação em escala intra-bairro. É por isso que a pesquisa permitiu considerar não apenas a diferença entre os lugares que possuem uma representação social mais distante de Pernambués, mas verificar que a fragmentação tem proporcionado cada vez mais nos últimos anos uma diferenciação interna que se revela nas características das ocupações (algumas mais recentes, outras com melhor infraestrutura), no topônimo dos lugares e nos deslocamentos preferidos dos moradores.

A dinâmica de fragmentação socioespacial pode também ser verificada na relação estabelecida entre Pernambués e a cidade de Salvador. Mesmo que este não tenha sido o foco principal da investigação, os dados permitiram e a leitura teórica permitem afirmar que apesar da proximidade com o subcentro do Camarajipe, a maioria absoluta dos moradores de Pernambués não possuem as condições necessárias para usufruir deste espaço, sendo que grande parte dela não sai do bairro nos seus principais trajetos cotidianos, bem como dependem do sistema de transporte coletivo para realizar seu deslocamento pela cidade.

Isso também subsidia a discussão sobre como a segregação socioespacial condiciona a totalidade de Pernambués, sendo que na origem da ocupação do bairro (a partir de 1940) a segregação socioespacial e racial foi o principal condicionante, uma vez que a escolha de Pernambués como moradia adveio das restritas possibilidades que um assalariado ou subempregado possuía de habitar áreas urbanizadas da cidade.

Com o passar do tempo e pela proximidade com o subcentro do Camarajipe a infraestrutura local melhorou de modo que Pernambués conta hoje com equipamentos que um número expressivo de bairros periféricos de Salvador não possui. Além disso, o crescimento do subcentro do Camarajipe e do setor residencial em seu entorno favoreceu a disponibilidade de empregos e a oferta de transporte coletivo no entorno, beneficiando também Pernambués, fator que torna ele um dos bairros com maior crescimento populacional de Salvador nos últimos anos.

O fato de Pernambués ser hoje um bairro onde os moradores possuem menor imobilidade relativa em comparação aos que vivem em bairros populares mais novos e distantes não deve anular a importância de reconhecer como a segregação

socioespacial ainda é uma dinâmica imanente na reprodução do espaço local.

Ocorre que, ainda hoje, Pernambués é um bairro com muitos problemas sociais e ambientais que geram prejuízos incalculáveis a muito dos seus moradores. A não resolução de problemas que existem desde o início da urbanização local, como deslizamento de terras, alagamentos pouca disponibilidade de creches, entre outros, revela que a segregação socioespacial é ainda um fator decisivo no modo como os governos não atendem às demandas do bairro.

Além disso, permanece o estigma de que Pernambués é um espaço da violência, intransitável, onde prevalecem os ladrões e traficantes, que foi criado e tem sido reforçado pelos meios de comunicação. Isso tem legitimado a violência policial e o crescimento de fações ligadas ao tráfico de drogas que acabam por gerar prejuízos diversos às famílias que lá vivem.

O fato de os governos e grande parte da sociedade tratarem Pernambués como um “caso de polícia” é inegavelmente resultado do processo histórico de segregação do bairro na cidade de Salvador, que tem, na permanência dessas práticas preconceituosas e racistas, a renovação do quadro de pobreza e segregação.

Por outro lado, a despeito das investidas em criminalizar o bairro e submeter sua população à precariedade, os moradores de Pernambués, assim como de outros bairros populares e periféricos, têm demonstrado orgulho do seu lugar de moradia e têm resistido, criando alternativas à segregação e à fragmentação. Prova disso é a enorme integração que ocorre nos espaços públicos do bairro, com a afirmação de sua história, sua etnicidade e sua representatividade política, social e cultural.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. *Representação social: uma genealogia do conceito*. Comum, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, 2004.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). *Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARAÚJO, James Amorim. *Modernização capitalista e reprodução social da classe trabalhadora na periferia de Salvador/BA: o pero vaz e as formas e práticas derivadas da escravidão*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Estudos sobre Pernambués*. Salvador, 1978. (Plano Metropolitano de Desenvolvimento)

BARROS, Sandra L. A. *Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro?: O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife*. Universidad de Chile: Revista de Urbanismo, n. 9, 2004. Disponível em: <http://web.uchile.cl/vignette/revistaurbanismo/CDA/urb_completa/0,1313,ISID%253D315%2526IDG%253D2%2526ACT%253D0%2526PRT%253D6651,00.html#_edn14> (último acesso: abril, 2018).

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996

BERNADINO-COSTA, J.; GROSGOQUEL, R. *Decolonialidade e perspectiva negra*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Habitação em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 125-142.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>, acesso: 01 de jun. 2017.

BRITO, Cristóvão. *A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970*. Geotextos, Salvador: UFBA, v.1, n.1, 2005, p.51-80.

_____. *Grande corporação e estruturação da região industrial e urbana nos arredores de Salvador-Ba*. Geotextos, Salvador: UFBA, v.3, n.1 e 2, 2007, p.89-116.

CALDEIRA, T. P. R. *Fortified Enclaves: The New Urban Segregation*. Public Culture, Chicago, v. 8, n.2, p. 303-328, 1996.

_____. *Cidade de muros crime segregação e cidadania*. São Paulo: Editora da USP, 2000.

CANETTIERI, Thiago. *A cidade capitalista na produção dos excluídos e os excluídos na produção da cidade capitalista: o paradoxo da exclusão urbana*. Revista Geoingá, Maringá: v. 8, n. 1, p. 64-83, 2016.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *A cidade*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.
- _____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____. *Diferenciação socioespacial*. CIDADES, v. 4, n. 6, 2007c, p. 45-60
- _____. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: USP, 2008.
- _____. *A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico*. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 75-110.
- CARRIL, L. F. B. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume, 2006.
- CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto (Org.). *Salvador: transformações na ordem urbana metrópoles, território, coesão social e governança democrática*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014.
- CARVALHO, I. M. M.; BARRETO, V. S. *Segregação residencial, condição social e raça em Salvador*. Cadernos Metrópoles, São Paulo, vol. 18, p. 251-273, 2007.
- CARVALHO, Marcos Oliveira de. *A produção audiovisual no planejamento urbano participativo: experiências e o caso do plano de bairro Saramandaia*. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2016.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. De; GOMES, P. C. dá C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- CHETRY, Michael. *Os conceitos da metrópole latino-americana contemporânea*. Revista eletrônica E-metropolis nº 16, 2014
- CHUNG, Deborah V. C. *Práticas de professores: superando as dificuldades da base alfabética*. Monografia – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, 2010.
- CLARK, David. *Introdução à Geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1985.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Processos espaciais e a cidade*. Revista Brasileira de Geografia, ano 43, nº 3, 1979, p. 100-110
- _____. *O espaço urbano, 1989*.

_____. *Corporação, práticas espaciais e gestão do território*. Revista Brasileira de Geografia, ano 54 nº 3, 1992.

_____. *O espaço urbano: notas teórico-metodológicas*. Geosul, ano VIII, nº 15, 1993, p. 13-18.

_____. *A geografia cultural e o urbano*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão*. In: CARLOS, A. F. A.; Souza, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 41-51.

COSTA, Wanderley da; MORAES, Antônio Carlos. *Geografia Crítica: A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1987.

CPE. *Uma política de habitação para Salvador*. Boletim CPE. v. 5, n. 5, p. 5-25, 1960.

DAMIANI, Amélia L. *O Lugar, o mundo e o Cotidiano*. In: 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 1997, Buenos Aires. *Territórios y Identidad - Geografía de las Practicas Culturales y Representación Geográfica*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. v. Tema 4.

DAVIS, Mike. *City off quartz: excavating the future in Los Angeles*. London: Verso, 2006.

DELGADO, Juan Pedro. *Organização social do território e mobilidade urbana*. In: CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto (Org.). *Salvador: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

DIAS, Clímaco. *Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de salvador*. Salvador: Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2017

FERNANDES, Ana. *O epucs e a cidade do salvador nos anos 40: urbanismo e interesse público*. 2010 <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/171/171-615-1-SP.pdf>

FERNANDES, R. B.; LIMA, J. B.; PENA, J. S.: *Os “cabulas” de Salvador: confrontando as delimitações de 1992 e 2010*. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011 pp. 1-17

FERNANDES, Rosali Braga. *Periferização sócio-espacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa*. 1992. 319 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 1992

_____. *Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del cabula*. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

FLOCK, Wigbert. *Pobreza y autoorganización en Santiago de Chile*. Un estudio etnográfico en el barrio José María Caro. Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Sociales: Revista Mexicana de Sociología 67, núm. 1, 2005: 01-30.

FONSECA, Antônio Ângelo. *A emergência do lugar no contexto da globalização*. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador: UNIFACS, ano III, n. 5, p. 97-104, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

_____. *Microfísica do poder*. 17 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, Cidade d' Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Antônio Custódio. *Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais*. Revista da Faculdade de Letras – GEOGRAFIA Série I, Vol. IV - Porto, 1988 p. 15 a 30.

GOUVEIA, Anneza T. de A. *Um olhar sobre o bairro: aspectos do Cabula e suas relações com a cidade de Salvador*. Salvador: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2010.

[GORDILHO-SOUZA, A. M.](#) Configuração do habitar contemporâneo em Salvador: legalidade urbanística e exclusão. In: VIII Encontro da Anpur, 1999, Porto Alegre. Anais do Encontro. Porto Alegre: Anpur, 1999.

_____. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EdUFBA, 2000.

_____. *Da idealização do subúrbio à construção da periferia - Estudo da expansão suburbana no século XX, em Salvador-BA*. In: VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Niterói, 2004.

GORDILHO-SOUZA, Ângela; LIMA, Adriana Nogueira. *Regularização fundiária em área de ocupação informal: titulação coletiva e individual*. Recife, Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, 2004.

GRAHAM, Stephen. *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. London, UK: Verso, 2011.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HELLER, Ágnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 2 ed., 1987.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed., 1993.

LACOSTE, Yves. *A pesquisa e o trabalho de campo: Um problema político para estudantes, pesquisadores e cidadãos*. Boletim Paulista de Geografia, v. 84, p. 77-92, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal lógica dialética*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *The production of space*. London: Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Adriana N. V. *Do direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia*. 239 f. Salvador: Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo 2016.

LODI, João B. *A entrevista teoria e prática*. São Paulo, Pioneiro, 1971.

MAGALHÃES, Denise. *Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do litoral nordeste da Bahia: os dois lados da Rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2015.

MARANDOLA JR. Eduardo; HOGAN, Daniel J. *Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos*. Revista Ambiente & Sociedade, v. VII, nº. 2, p. 95-110, 2004.

MARANDOLA JR. Eduardo; MODESTO, Francine. *Percepção dos perigos ambientais urbanos e os efeitos de lugar na relação população-ambiente*. Revista brasileira de estudos de populace Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 7-35, 2012.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro – Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares*. Belo Horizonte, FJP, 2017.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In Marx, Karl. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

MOTA, Flávio O. *A dinâmica afrodescendente no contexto espacial do Cabula – Salvador/BA*. Salvador: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2016.

MOTTA, Luana Dias. *Sobre múltiplos sofrimentos: experiências de remoção e reassentamento no programa Vila Viva-BH*. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, Ano VI, volume I, número 10, 2017.

_____. *A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade*. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018, [2016].

NICOLIN, Janice de Sena. *Kipovi Cabuleiro: um tom de memória do Cabula*. 289 f. Salvador: Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Estudos Cebrap, 2, 1972.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PINTO, Luís Aguiar Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.

REIS, V. *Atucaiados pelo Estado*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

RODRIGUES, Adilma de Jesus. *Formas modernas de comércio varejista em áreas residenciais populares na cidade de Salvador-BA: o caso do Shopping Center Ponto Alto, no bairro de Pau da Lima*. 2001, 150 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Loteamentos murados e condomínios fechados: a propriedade fundiária urbana e segregação sócio espacial*. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147-168.

ROLNIK, R. *Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)*. Estudos Afro-Asiáticos, n. 17, 1989.

ROSSI, Rinaldo C. *Da fazenda ao loteamento fortificado da Sapoca: a urbanização na orla de Tubarão (Salvador-BA)*. Monografia – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2015.

_____. *Autossegregação e espaços residenciais fechados no Subúrbio Ferroviário (Salvador-BA)*. Anais do Encontro. Salvador, 2017a.

ROSSI, Rinaldo C.; PASSOS, Natali. *Nova Constituinte: da invasão, ao quilombo, ao bairro*. In: Seminário Salvador e suas cores, 2017, Salvador: Anais do evento, 2017.

RUOPPILA, Sampo. *Processes of Residential Differentiation in Socialist Cities: literature review on the cases of Budapest, Prague, Tallinn and Warsaw*. European Journal of Spatial Development, University of Helsinki, Finland. n. 9. Feb. 2004.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *Cidade pós-moderna: espaço fragmentado*. Revista Território, ano 111, nº 4, 1998, p. 39-53.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio; MORAES, Luiz Roberto; FISCHER, Tânia (Org.). *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, Janio. *A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador*. Presidente Prudente: Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3. ed. São Paulo, SP: Nobel, 1992

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso da São Paulo*. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

_____. *O centro da cidade de Salvador: estudo de Geografia Urbana*. São Paulo: editora da USP; Salvador: EDUFBA, 2ª ed., 1959/2008.

_____. *A urbanização desigual: especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1980.

_____. *Ensaio sobre urbanização latino-americana*. São Paulo (SP): Hucitec, 1982.

_____. *Economia espacial*. 2 ed. São Paulo (SP): Edusp, 1979.

_____. *Espaço do cidadão*. São Paulo (SP): Hucitec, 1987.

SEABRA, Odette C. de L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1989.

SERPA, Angelo. *Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador*. Geotextos, Salvador: UFBA, v.3, n.1 e 2, 2007, p.31-46.

_____. *Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea*. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 169-188.

SERPA, Angelo P.; PEREIRA; MUNIZ. *Complexificação de centralidades de comércio e serviços e ascensão social em dois bairros empreendedores no estado da Bahia*. Caderno de Geografia, v.27, n.49, p. 383-410, 2017

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 51, p. 139-172, 1989.

_____. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Da 'fragmentação do tecido sócio-político-espacial' da metrópole à 'desmetropolização relativa': algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90. In: SPOSITO, M.E.B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GASPERR, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GOÉS, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

TELLES, E. E. *Racismo à Brasileira*. Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

TELLES, Vera da S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte (MG): Editora Fino Traço, 2010.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem da favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

_____. *Salvador: transformações e permanências (1549 - 1999)*. Ilhéus: Editus, 2002. 456 p.

VIRGENS, Silvia C. A. das. *Shopping Center e a produção do espaço urbano em Salvador-BA*. Salvador (BA): Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto de Geociências, 2016.